



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

IVAN RODRIGUES

**ETNOHISTÓRIA *KAIINGANG* NA REGIÃO DE PALMAS/PARANÁ: UM OLHAR
PARA A RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE**

**CHAPECÓ/SC
2021**

IVAN RODRIGUES

**ETNOHISTÓRIA *KAINGANG* NA REGIÃO DE PALMAS/PARANÁ: UM OLHAR
PARA A RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação da Prof^a Dra. Mirian Carbonera e co-orientação Prof^a Dra. Samira P. Moretto

CHAPECÓ/SC
2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Rodrigues, Ivan

Etnohistória Kaingang na região de Palmas/Paraná: Um olhar para a relação com o meio ambiente / Ivan Rodrigues. -- 2021.

107 f.:il.

Orientadora: Doutora Mirian Carbonera

Co-orientadora: Doutora Samira Peruchi Moretto

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Chapecó, SC, 2021.

1. Etnohistória. 2. Kaingang. 3. Palmas PR. 4. Colonização. 5. SPI. I. Carbonera, Mirian, orient. II. Moretto, Samira Peruchi, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.


IVAN RODRIGUES

ETNOHISTÓRIA KAINGANG NA REGIÃO DE PALMAS/PARANÁ: UM
OLHAR PARA A RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em História defendido em banca examinadora em 04/10/2021.

Aprovado em:04/10/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Mirian Carbonera – UNOCHAPECÓ/UFFS
Presidente da banca/orientador - UFFS



Prof. Dra. Samira Peruchi Moretto - UFFS
Co-orientadora



Prof. Dra. Claudia Battestin Dupont - UNOCHAPECÓ
Membro titular externo



Prof. Dr. Marlon Brandt – UFFS
Membro titular interno

Prof. Dr. Claiton Márcio da Silva – UFFS
Membro suplente

Chapecó/SC, outubro de 2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela vida e saúde.

Como não poderia deixar de ser, agradeço especialmente a minha pessoa - Krisley Motta dos Santos - esposa dedicada e presença reconfortante até mesmo na distância imposta pelo desenvolvimento deste trabalho. Seu amor, incentivo e apoio incondicional são reconfortantes em qualquer situação.

Minhas filhas, Kauane Vitória e Maria Clara, razão maior da minha vida e motivo do meu orgulho, sou grato por estimularem em mim a necessidade de ser uma pessoa melhor dia a dia.

Agradeço à minha orientadora, a professora Dra. Mirian Carbonera e à co-orientadora professora Dra. Samira P. Moretto pela paciência, precisão e coerência demonstradas durante a orientação. Reconheço que a credibilidade e confiança demonstradas, principalmente nos momentos de maior dificuldade, foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas da turma do mestrado de 2019, que tive a honra de conviver e compartilhar materiais e conhecimentos diversos, meu muito obrigado.

Aos professores do PPGH da Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS campus Chapecó, obrigado pela competência e profissionalismo com que desenvolveram suas aulas. Permitiram assim que o conhecimento fosse partilhado e construído, oportunizando a possibilidade real de aprendizado.

RESUMO

A presença dos *Kaingang* na região de Palmas/PR é milenar. Com o passar dos anos esse grupo étnico precisou se adaptar às mudanças provocadas principalmente com a chegada das frentes colonizadoras, no século XIX, que acabaram limitando suas áreas de domínio. Esta pesquisa objetivou analisar por meio de fontes etnohistóricas, bibliográficas e documentais a interação dos *Kaingang* da região de Palmas com o meio ambiente. Além de identificar como se desenvolveu a legislação que visava amparar os nativos desde o início da República, entre os anos de 1891 até 1967. Nesse período, passou a funcionar o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que também foi objeto de análise, uma vez que sua ação tutelar contribuiu para a destruição de grandes áreas da Floresta Ombrófila Mista presente na região, habitat preferencial dos *Kaingang*. É identificado, por meio desta pesquisa e análise das fontes, que ao longo do século XIX e XX, a própria legislação facilitava o avanço das frentes colonizadoras sobre as áreas de reservas, intensificando o desmatamento e alterando de forma significativa o modo de vida dos *Kaingang*, que tiveram que se adaptar às mudanças, alterando práticas cotidianas de subsistência, religiosidade, moradia, entre outros. Essas ações resultaram na demarcação de reservas, por exemplo, a Terra Indígena de Palmas (1909), limitando significativamente o domínio territorial desse grupo e atenderam definitivamente ao modelo proposto pelo sistema econômico e pelos governos federal e estadual.

Palavras-chave: *Kaingang*. Região de Palmas. Floresta Ombrófila Mista, Política indigenista

ABSTRACT

The presence of the *Kaingang* in the region of Palmas/PR is millenary. Over the years, this ethnic group had to adapt to the changes caused mainly by the arrival of colonizing fronts, in the 19th century, which ended up limiting their areas of domain. This research aims to analyze through ethnohistorical, bibliographical and documental sources the interaction of the *Kaingang* of the Palmas region with the environment. In addition to identifying how the legislation aimed at supporting the natives from the beginning of the Republic, between the years 1891 and 1967, was developed. as its tutelary action contributed to the destruction of large areas of the Mixed Ombrophilous Forest present in the region, the preferred habitat of the *Kaingang*. It was identified, through this research and analysis of the sources, that throughout the 19th and 20th centuries, the legislation itself facilitated the advance of colonizers over the reserve areas, intensifying deforestation and significantly changing the way of life of the *Kaingang*, who had to adapt to changes, altering daily subsistence practices, religiosity, housing, among others. These actions resulted in the demarcation of reserves, such as the Indigenous Land of Palmas (1909), significantly limiting the territorial domain of this group and definitively meeting the model proposed by the economic system and the federal and state governments

Key-words: *Kaingang*. Region of Palmas. Mixed Ombrophilous Forest, Indigenous Policy

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Divisão municipal e área de estudo	12
Figura 2 — Cobertura Florestal Nativa Original da Região de Palmas	20
Figura 3 — Floresta Ombrófila Mista	21
Figura 4 — Pinha e o pinhão, fruto da araucária	21
Figura 5 — Proposta de reconstituição das estruturas subterrâneas	24
Figura 6 — Aldeamentos indígenas na Província do Paraná.....	29
Figura 7 — Terras indígenas <i>Kaingang</i>	36
Figura 8 — Armadilha de pesca <i>Kaingang</i> – Pari	46
Figura 9 — Indígena <i>Kaingang</i> subindo na araucária com o auxílio da serigoia ..	48
Figura 10 — Palmeira Jerivá	49
Figura 11 — Menina <i>Kaingang</i> albina iniciando os trabalhos com a fibra de taquara ..	51
Figura 12 — Curú <i>Kaingang</i>	52
Figura 13 — Rancho ou choupana dos <i>Kaingang</i>	53
Figura 14 — Casa de madeira de pinho coberta com tabuinhas	54
Figura 15 — Relação dos Postos Indígenas sob a jurisdição da 7ª Inspeção Regional ..	65
Figura 16 — Quadro elaborado com base nas atas da Comissão de semeadura e criação de gado dos habitantes do Toldo da Lontras	66
Figura 17 — Posto Indígena de Palmas/PR – 1943	67
Figura 18 — Apicultura indígena P.I. de Palmas/PR	68
Figura 19 — Crianças indígenas na Escola Cacique Condá no PI Fioravante Esperança, no ano de 1945	70
Figura 20 — Crianças indígenas realizando trabalhos manuais PI Fioravante Esperança no ano de 1945	70
Figura 21 — Alunos da Escola Indígena Cacique Condá em parada cívica de 7 de setembro realizada em Palmas em 1943 no PI Fioravante Esperança	71
Figura 22 — Produção industrial no Paraná em 1951	75
Figura 23 — Ordem de serviço da Madeireira Ipiranga de Palmas no ano de 1965	78
Figura 24 — Índio <i>Kaingang</i> mostrando como era usado o tronco no ano de 1965	81

LISTA DE SIGLAS

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

FOM – Floresta Ombrófila Mista

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PI – Posto Indígena

PIs – Postos Indígenas

SPI – Serviço de Proteção aos Índios.

SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais.

TI – Terra Indígena

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1 . INTRODUÇÃO	08
2 . A OCUPAÇÃO HISTÓRICA NA REGIÃO DE PALMAS	17
2.1 A OCUPAÇÃO NA LONGA DURAÇÃO DA REGIÃO DE PALMAS	23
2.2 A FORMAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS NA REGIÃO DE PALMAS ...	31
3 . OS <i>KAINGANG</i> DA REGIÃO DE PALMAS	38
3.1 O TERRITÓRIO	39
3.2 FESTAS E RITUAIS	40
3.3 PLANTIO	42
3.4 ALIMENTAÇÃO TÍPICA OU TRADICIONAL	42
3.5 MEDICAMENTOS NATURAIS	50
3.6 FORMAS DE HABITAR	51
4 . OS <i>KAINGANG</i> E O DIREITO À TERRA	58
4.1 O POSTO INDÍGENA DE PALMAS	64
5 . CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
6 . REFERÊNCIAS	88
7 . ANEXOS	95

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva analisar a relação dos *Kaingang* na região de Palmas/PR com o meio ambiente dando enfoque para fontes etnohistóricas, bibliográficas e documentais entre os anos de 1891 até 1967, período em que o processo de colonização na região estava em pleno desenvolvimento, e tiveram início as políticas tutelares propostas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). A formação florestal da região de Palmas marcada pela Floresta Ombrófila Mista, com uma porção significativa de Campos, que faz parte do Bioma da Mata Atlântica, tornou-se habitat para diferentes grupos humanos, entre eles indígenas, caboclos e colonos. Os indígenas extraíam da floresta os recursos necessários para a sua sobrevivência, desde a construção de suas casas, alimentação, medicamentos, entre outros. Porém com a chegada das frentes colonizadoras no século XIX, esse cenário passou por profundas transformações, pois o modelo de exploração proposto era completamente diferente do modo de vida dos nativos. A partir de então, teve início a formação de fazendas e posteriormente o interesse econômico pelos recursos florestais, como consequência desse processo houve aumento no desmatamento. A devastação da área, acompanhada pela expansão das atividades econômicas na região, acabaram limitando os territórios indígenas e os recursos que dispunham para sobreviver.

O período escolhido para o desenvolvimento da pesquisa concentra-se entre o final do século XIX e boa parte do século XX. Este recorte temporal foi adotado com o objetivo de encontrar registros que apontem as principais transformações que ocorreram no modo de vida dos *Kaingang* por conta do avanço do processo colonizador e também pela maior disponibilidade de fontes relacionadas ao período em questão. Vale saber que com a chegada das frentes colonizadoras sobre os territórios indígenas, o Estado passa a atuar mais para legitimar a ocupação dessas áreas, consequentemente resultando num aumento na produção documental. Durante esse período foram criadas algumas leis referentes aos direitos indígenas, o que notadamente não foi suficiente para conter o avanço colonizatório sobre suas terras.

Esta pesquisa vincula-se à linha “História do povoamento, da agricultura e do meio ambiente” do mestrado em História, da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS - Campus Chapecó. A linha tem como objetivo compreender os processos históricos de intervenção humana no meio ambiente e a influência do mesmo sobre as sociedades humanas em diferentes contextos políticos, históricos, ecológicos e culturais.

Atuando como professor¹ da rede pública do estado do Paraná a mais de 17 anos, já me deparei com diversas realidades. Porém, a experiência mais marcante que tive em toda a minha vida profissional foi na Escola Estadual Indígena Segsó Tanh Sã, na comunidade indígena *Kaingang* Toldo das Lontras, situada nos municípios de Palmas/PR e Abelardo Luz/SC². Distante aproximadamente oito quilômetros do centro da cidade paranaense, a comunidade conta atualmente com aproximadamente 781 indígenas (IBGE, 2010). Entre os anos de 2010 e 2012, enquanto trabalhei na escola da comunidade, pude perceber quanta riqueza histórica e cultural havia no local. Esse contato com os *Kaingang* despertou o interesse em conhecer mais profundamente os aspectos culturais da etnia, assim como compreender as diretrizes que foram adotadas para a consolidação da reserva onde o grupo se encontra. As lideranças indígenas locais fomentam ações visando a preservação da cultura, principalmente entre os mais jovens, considerando que a influência externa é muito grande, ainda mais com a proximidade da área central do município.

No período em que estive na Escola Estadual Indígena Segsó Tanh Sã, foi possível perceber que diante das iniciativas de preservação que a comunidade indígena de Palmas desenvolvia, a população do município não valorizava essa riqueza cultural presente a poucos quilômetros do centro da cidade. Os *Kaingang* são vítimas constantes de ataques preconceituosos, geralmente, por seu modo de vida completamente diferente daquele imposto pela sociedade de consumo. Diante dessa problemática, objetivei inicialmente compreender melhor as relações sociais que se estabeleceram entre os nativos e o não índio ao longo do tempo. O projeto seria então voltado para as relações interétnicas, ou seja, como a proximidade com o não índio havia influenciado no modo de vida dos *Kaingang* de Palmas. Para a realização dessa pesquisa, uma das principais fontes que iria utilizar seriam as fontes orais. O projeto foi sendo preparado inclusive para ser submetido ao Conselho de Ética em Pesquisa (CEP), em paralelo foram realizados contatos na TI a fim de planejar as entrevistas. Essas ações, foram sendo desenvolvidas no segundo semestre de 2019 e no primeiro de 2020, quando surge a pandemia do COVID-19. Essa proposta foi mantida ao longo dos seis primeiros meses de 2020, quando ficou perceptível que a situação da pandemia não seria resolvida num curto espaço de tempo, tornando o desenvolvimento da pesquisa por esse viés praticamente impossível.

Diante dessa realidade, o projeto foi remodelado, porém sem perder o tema central, que é a comunidade indígena *Kaingang* da região de Palmas. A partir desses acontecimentos, nossa pesquisa voltou-se para compreender as relações dos indígenas com o meio ambiente, por meio de fontes

¹ Professor de História e de Geografia na escola Indígena Segsó Tanh Sã, nos anos de 2010 e 2012, no Ensino Fundamental e Médio.

² Destaco que a região de Palmas descrita ao longo da dissertação, corresponde à área territorial localizada entre os estados do Paraná e Santa Catarina, não sendo utilizado como referência os recortes políticos entre as Unidades Federativas.

ethnohistóricas, documentais e bibliográficas. Pensando na trajetória de longa duração dos grupos *Kaingang*, o problema de pesquisa estabelecido foi pensar as relações dos indígenas com o meio ambiente, a partir do momento em que as frentes colonizadoras do século XIX, passaram a limitar suas áreas de terras e, conseqüentemente, interferir no acesso aos recursos naturais fundamentais para a existência da cultura *Kaingang*. Além disso, buscou-se compreender como o desenvolvimento da legislação indigenista organizou a vida dos nativos e ao mesmo tempo provocou alterações na área de terras destinadas à Reserva Indígena de Palmas.

Como hipóteses de pesquisa foi estabelecido: 1) A intervenção humana provoca inúmeras modificações no meio ambiente. Essas mudanças acontecem porque o ser humano precisa se adaptar ao lugar em que vive. Sabe-se que essas transformações ocorreram desde as primeiras ocupações dos *Kaingang* na região, porém as transformações no ambiente foram aumentando gradativamente no decorrer dos anos, com a chegada dos colonizadores principalmente a partir do século XIX. 2) O processo de colonização provocou mudanças no modo de vida dos *Kaingang* da região de Palmas.

Inicialmente foi realizada a revisão bibliográfica relacionada ao período de ocupação histórica dos *Kaingang* na região de Palmas, além de estudos arqueológicos que nos revelam uma história de longa duração dessa etnia na região. Existem diferentes teses, dissertações, livros, artigos científicos que abordam esse tema e foram utilizados na elaboração desta dissertação. Ainda, entre os principais autores pesquisados estão Schmitz (2011), Mota (2008), Tommasino (1995), Bringmann (2015), D'Angelis (2006), Fernandes e Piovezana (2015), Novak e Mota (2016). Posteriormente, foi feita uma abordagem que procurou estabelecer como os indígenas da região de Palmas se relacionavam com o meio ambiente, apresentando para isso as principais características ambientais locais, destacando a interação dos nativos com os recursos naturais, assim como mostrando o ambiente ecológico que fazia parte do habitat dos *Kaingang*, por meio da análise de fontes etnohistóricas relacionadas às descrições feitas por Fernandes (1941), Baldus (1937), Borba (1908) e Ambrosseti, ([1895] 2006). Os relatos apresentados pelos referidos autores descrevem em detalhes o cotidiano dos *Kaingang*, sempre evidenciando a estreita relação dos nativos com a natureza, que vai se modificando gradativamente à medida que as políticas indigenistas do período republicano são colocadas em prática.

A partir do surgimento do SPI, passei a analisar de que forma a legislação contribuiu para o desenvolvimento de ações que viessem a proteger os nativos diante do crescente esbulho de suas terras que foi intensificado durante esse período. A análise foi realizada em documentos e decretos governamentais disponíveis em sites eletrônicos, nos quais foi possível consultar documentos como o Código Florestal Brasileiro de 1934, leis, decretos presidenciais, imagens fotográficas e trabalhos

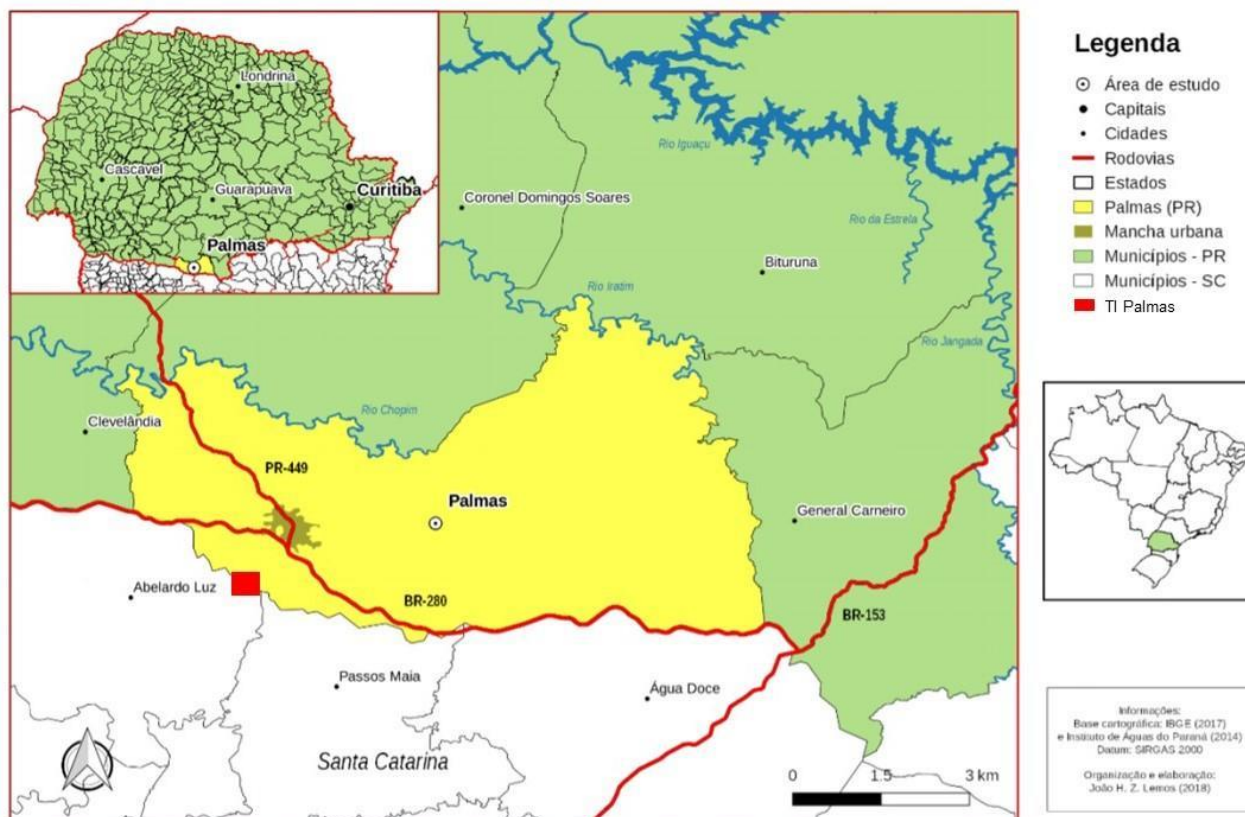
acadêmicos de Almeida (2015), Novak (2006), Barbosa (2016), Piovezana (2010), Fernandes e Piovezana (2015) Becker (1999). Além desse material, o importante acervo digital do Museu do Índio, relativos ao período de vigência do Serviço de Proteção aos Índios, que foi extinto no ano de 1967, após ser alvo de acusações de corrupção e consequentemente facilitação da exploração das reservas naturais existentes dentro dos Postos Indígenas e nas Inspetorias Regionais, sendo substituído pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI. A análise destes documentos se tornou fundamental para compreender os desdobramentos das ações que culminaram com a extinção do SPI e contribuíram para a intensa diminuição dos recursos naturais na região, além de provocar mudanças impactantes diretamente no modo de vida dos indígenas *Kaingang* que viviam na região de Palmas/PR.

A relevância do presente estudo consiste em identificar e reconhecer o modo de vida adotado pelos indígenas *Kaingang*, valorizando sua estrutura cultural e interação com o meio ambiente, tanto nas relações de sobrevivência quanto nas suas crenças religiosas, bem como o significado do espaço para a cosmogonia. Estes princípios que justificam a origem dos elementos fundamentais para a existência desta etnia foram sendo alterados ao longo dos séculos XIX e XX, descaracterizando o modo de vida tradicional da comunidade.

Como área de estudo foi escolhida a região do município de Palmas, que se localiza no terceiro planalto paranaense, integrado a bacia hidrográfica do Iguaçu, que possui uma população estimada de 51.755 pessoas, e como dito anteriormente 781 são indígenas (IBGE, 2010). Sua extensão territorial é de 1.557,893 km², com altitudes que variam entre 950 e 1.370 metros acima do nível do mar, sendo considerada a altitude média de 1.115 metros. Os municípios limítrofes com Palmas são Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Bituruna e General Carneiro no Estado do Paraná e Água Doce, Abelardo Luz e Passos Maia no estado de Santa Catarina (IBGE, 2021). A Figura 1 apresenta a área de estudo com destaque para a região em que localiza a Terra Indígena de Palmas.

A denominação da TI de Palmas sofre alterações ao longo do trabalho de acordo com a forma que era chamada em cada período, sendo que as denominações de Toldo das Lontras e, posteriormente, de Posto Indígena Fioravante Esperança correspondem à mesma área de estudo.

Figura 1: Divisão municipal e área de estudo



Fonte: Adaptado pelo autor de Carlin (2019, p. 25).

Os *Kaingang* estão entre os mais numerosos povos indígenas da região Meridional da América Latina, destacando-se no Brasil e na Argentina. Sua cultura se desenvolveu na área que compreende as regiões sudeste e sul do território brasileiro, correspondendo à região de florestas de pinheirais. Segundo Lino (2014, p. 98):

Por volta de 2,5 mil anos atrás, um grupo étnico diferente começou a povoar em um primeiro momento as terras altas do Brasil meridional, e posteriormente espalhando-se de modo muito efetivo por diversos ambientes, incluindo regiões costeiras. De matriz linguística jê, estes povos muito provavelmente tem sua origem na região central do Brasil, em algum lugar entre a área do cerrado e o sul da floresta amazônica, onde encontram-se diversos povos indígenas jê com semelhanças entre si, como os xavantes, os bororos, os caiapós, dentre outros. Em tempos históricos, estas populações ficariam conhecidas, dentre denominações diversas, como os índios caingangues e xoclungues.

Na região que compreende o vale do baixo Iguaçu, no sudoeste paranaense, foi registrada a ocupação mais antiga do Paraná até o momento. Parellada (2008) destaca que é datado de 9.040 anos aproximadamente o sítio mais antigo, estes vestígios estão relacionados a grupos de caçadores-

coletores da tradição Umbu. Segundo a autora também se encontram registros dos grupos Itararé Taquara, ancestrais do grupo linguístico Jê.

Com base na história e na etnohistória de resistência dos povos *Kaingang* de Palmas, com essa pesquisa identificamos o processo de ocupação territorial na região e a relação do grupo com a Floresta Ombrófila Mista. De acordo com Cavalcante (2011), o termo etnohistória é utilizado para designar diversas pesquisas, que em sua maioria envolvem as questões indígenas com abordagens históricas.

Para a compreensão dessa relação homem e natureza, a pesquisa foi desenvolvida pelo viés da História Ambiental, que consiste na análise das interações entre os sistemas sociais e os sistemas naturais ao longo do tempo. Enquanto área do conhecimento, surgiu na década de 1970, nos Estados Unidos, no momento em que os movimentos ambientalistas cresciam em diversos países. Conforme destaca Oliveira (2007), no Brasil, os conhecimentos sobre as florestas foram ampliados nos últimos anos, contribuindo para a compreensão das transformações das paisagens e das mudanças climáticas. Deve-se ainda levar em conta que a História Ambiental não é uma área do conhecimento voltada apenas para o passado, mas também para processos atuais, sendo que os ecossistemas, a biodiversidade e outros elementos passaram a fazer parte da linguagem analítica utilizada pelo pesquisador. Para Silva, Brandt e Carvalho (2015, p. 271), “A História Ambiental surge respondendo aos anseios da sociedade por saber mais sobre o impacto humano na natureza ao longo do tempo, procurando alternativas ou lições no passado que possam ser úteis para os problemas ambientais contemporâneos”.

Destaca-se o papel da História Ambiental no âmbito de ampliar as possibilidades de investigação, associando-se com outras disciplinas, por exemplo, a Geografia, qual é marcante no estudo das paisagens. De acordo com Corrêa, “A História Ambiental, por também focar o meio ambiente por meio do estudo da paisagem, tem muito a contribuir, recompondo essa memória social” (CORRÊA, 2008, p. 136). Drummond (1991) descreve que os historiadores ambientais têm a natureza como o principal guia da historiografia ambiental. Trata-se de uma mudança séria de paradigma nas ciências sociais. Assim, as ciências naturais podem compor o próprio objeto de estudo, sendo como manifestações culturais que ajudam a entender os padrões de uso dos recursos naturais. Dessa forma podemos entender que a História Ambiental contribui para que se tenha um entendimento do todo, não havendo possibilidade de compreensão de uma sociedade sem estabelecer a sua relação com o meio em que ela vive.

A História Ambiental precisa operar instrumentos que proporcionem uma visão holística das sociedades e das naturezas, de suas interações em uma duração sempre longa. O segundo compromisso é o de considerar os biomas, regiões e paisagens como sistemas abertos, que

são submetidos continuamente a influência de fatores aleatórios, dentre os quais as ações humanas, cujos resultados são imprevisíveis em longo prazo (PERES, 2017, p.44).

Deve-se compreender que ao estudarmos as ações de uma sociedade, não podemos desvincular os comportamentos e práticas sociais do meio em que vivem. Tais atitudes estão inteiramente ligadas ao espaço e as condições naturais que ele apresenta. Kury (2001, p. 868) define a “percepção como os conjuntos de dados climáticos, topográficos, culturais, de fauna e de flora permite delinear uma postura ecológica [...] que relaciona os seres vivos a uma determinada economia natural”. Para os pesquisadores ambientais não existe a possibilidade de compreender as relações sociais sem associar aos elementos do meio em que se encontram. Uma das principais características da História Ambiental é a abordagem de temas que apresentem uma determinada característica natural, por exemplo, um bioma, um determinado rio, etc. Ainda em relação ao objeto de estudo associado a História Ambiental, pode-se destacar:

[...] “quase todas as análises focalizam uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural: um território árido, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas, um litoral, a área de ocorrência natural de uma árvore de alto valor comercial e assim por diante. Isso revela um parentesco com a história natural, que via de regra prospera melhor em cenários fisicamente circunscritos” (DRUMMOND, 1991, p. 05).

A identidade ambiental retratada por Drummond, corresponde neste estudo a área de abrangência da Floresta Ombrófila Mista que compõe a paisagem na região de Palmas, habitat onde os *Kaingang* organizaram e desenvolveram sua sociedade e modos de vida. As relações com o meio natural foram descritas ao longo da história do Brasil em relatos de viagens de naturalistas, nos quais geralmente apresentavam riqueza de detalhes da vida cotidiana dos nativos, e, conjuntamente, uma descrição completa do ambiente em que as sociedades estavam inseridas, assim como a influência da natureza nas práticas cotidianas da população. Além dos relatos, as obras de arte também trazem essas informações, tanto que Kury (2001) pontua que algumas delas apresentam a relação dos homens com a natureza e, no caso dos índios, retratam suas técnicas de pesca, seus afazeres do dia a dia, ou seja, suas relações com a paisagem, animais e plantas locais. Ainda de acordo com Kury (2001, p. 870):

A iconografia e relatos de viagem buscam, assim, descrever de modo exaustivo e profundo os diversos elementos que compõem cada lugar. Esse aspecto do trabalho científico dos naturalistas do século XIX, pode parecer aos leitores do século XX, meramente pitoresco, ou romântico, no sentido pejorativo que a palavra adquiriu. No século XXI, para evitar possíveis anacronismos, é preciso compreender que, para os naturalistas do século XIX, a ciência devia buscar descrever a totalidade de elementos que atuavam em um fenômeno local. É como se cada parte contivesse o todo.

Pelos relatos dos naturalistas nota-se uma descrição detalhada dos lugares visitados objetivando estabelecer as relações entre o meio e as pessoas que o compõe. Entre estes detalhes observados podemos destacar a vegetação, a população típica de cada local, clima, animais, moradias,

costumes, etc. As descrições apresentadas trazem discussões relacionadas não apenas a descrição do meio material da paisagem.

não se trata mais de contentar-se em descrever o meio ambiente no qual vivem e trabalham os homens; o que se preocupa em compreender são as relações complexas que se estabelecem entre os indivíduos e os grupos, o ambiente que eles transformam as identidades que ali nascem ou se desenvolvem (CLAVAL, 2004, p.71).

Os historiadores ambientais precisam atuar de forma direta com as demais ciências naturais e, de acordo com Drummond (1991), devem também se apoiar no funcionamento dos ecossistemas para que haja a compreensão dos grupos humanos inseridos neles, assim como da sociedade que provocou as intervenções no meio ambiente. A relação mais estreita que a história estabelece com outra área do conhecimento é com a ecologia e Worster (1991) determina que essa ciência investiga as interações entre os organismos e os ambientes físicos, destacando que ao longo da história, as plantas têm sido grandes aliadas dos seres humanos contribuindo para a alimentação, medicamentos, ou seja, elementos indispensáveis para a sua sobrevivência. De acordo com Pádua (2009, p. 94) a questão ambiental só apareceu recentemente na trajetória humana, porém as relações ambientais já existiam de acordo com os padrões culturais de cada período e são capazes de explicar a existência de sociedades no passado. Por meio dessa relação de dependência nasce a História Ambiental, atrelada ao fato de que os seres humanos provocam mudanças no meio ambiente em busca constante de adaptação aos novos modelos de sobrevivência que vão surgindo gradativamente.

Saint Hilaire (1964) destaca em um de seus relatos a relação entre os colonizadores com os indígenas, os primeiros tomavam com frequência machados de pedra, vasos de cerâmica, cestas e colares feitos com dentes de macaco. No caso de uma panela, que foi mostrada para o naturalista, ele a considerou de tão boa qualidade que as comparou com a dos paulistas. Cabe a História Ambiental explorar essas interações, ou seja, aquilo que é considerado de utilidade ou não aos diferentes grupos sociais ao longo do tempo (DRUMMOND, 1991).

Os relatos apresentados por Borba (1908) mostram vários detalhes da vida dos indígenas, como o vestuário, o sistema social no qual estavam inseridos, as crenças, habitações, utensílios, armas, caçadas, alimentação, ou seja, detalhes a respeito do cotidiano.

Já Holanda (1994) desenvolveu uma leitura das fontes documentais produzidas a partir dos relatos de viagem registrando a relação de dominação e dependência dos bandeirantes com os povos indígenas, para que os colonizadores pudessem sobreviver na floresta tropical brasileira.

Convém frisar que nos últimos anos, na região estudada tem ganhado destaque a produção acadêmica envolvendo tanto questões indígenas quanto de História Ambiental. No caso das populações indígenas, as pesquisas etnohistóricas foram percorridas por diversos pesquisadores,

citamos Mota (2008), Almeida (2015), Almeida e Nötzold (2011), Becker (1999), Brighenti (2012), Bringmann (2010), Fernandes e Piovezana (2015), Hass (1997), Peres (2009), Novak (2006) Piovezana (2010), Shimitz (2011), Tommasino, Veiga (2006), Wachovicz (1985) entre outros, e suas considerações resultaram em pesquisas de suma importância para a compreensão da história regional. Essas pesquisas trazem incorporadas a si uma abordagem da história social, cultural, política, antropologia e arqueologia. Mais recentemente, pesquisadores como Silva, Brandt, Carvalho (2015), Brandt, Nascimento (2015), Silva, Brandt, Moretto (2017) têm se aproximado de temas relacionados ao viés teórico e metodológico da História Ambiental.

Tendo em vista essas colocações, os resultados da presente pesquisa estão associados a uma série de registros documentais disponíveis. Afinal, o uso de várias fontes documentais é uma característica da História Ambiental, que incorpora nas análises investigatórias uma vasta gama de materiais, sejam eles escritos ou não escritos, orais e visuais (DRUMMOND, 1991).

A presente dissertação é composta por três capítulos. O primeiro tem por objetivo evidenciar a ocupação histórica dos *Kaingang* na região de Palmas. Neste capítulo destaquei a ocupação milenar dos povos Jê meridionais, que deram origem aos *Kaingang*, assim como as razões que contribuíram para que permanecessem na região ao longo dos anos.

No segundo capítulo, apresentei as principais características da fauna e flora da Floresta Ombrófila Mista, identificando nas fontes etnohistóricas a interação dos *Kaingangs* com o ecossistema em que viviam. Abordei também a relação deste povo com o meio ambiente, destacando o uso da floresta como recurso de subsistência e a importância do espaço para a manutenção dos aspectos culturais da etnia. Destaquei como a relação dos indígenas com o meio ambiente foi sendo transformada a partir do momento em que as frentes colonizadoras foram avançando sobre seus territórios.

Por fim, no terceiro capítulo, analisei a legislação referente a distribuição de terras no Brasil, fazendo um paralelo à criação de leis que deveriam garantir os direitos dos povos indígenas, não deixando de referenciar a legislação ambiental e a criação de Postos Indígenas entre o período de 1891 até 1967, período de atuação da SPI. Busquei identificar como as práticas decorrentes, principalmente, da colonização provocaram mudanças na paisagem, evidenciadas pela diminuição da cobertura florestal e da fauna, assim como no modo de vida dos indígenas, que foram se adaptando enquanto a política colonizatória era colocada em prática. Finalizei essa etapa com algumas reflexões sobre a mudança da paisagem decorrente do modelo de colonização adotado.

2. A OCUPAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO DE PALMAS

Neste capítulo apresento uma descrição da paisagem natural da região de Palmas, assim como foram analisados os dados referentes a ocupação histórica dos *Kaingang*, partindo dos registros arqueológicos encontrados, até o período em que ocorreram os primeiros contatos com as frentes colonizadoras, que posteriormente resultaram na formação e demarcação da Terra indígena de Palmas.

Localizado no Planalto Meridional brasileiro, o estado do Paraná limita-se ao norte, nordeste e leste com o estado de São Paulo, ao sul, com Santa Catarina, a leste com o Oceano Atlântico, a sudoeste com a República Argentina e ao oeste com a República do Paraguai e o estado do Mato Grosso do Sul. Com uma extensa rede hidrográfica, formada por rios caudalosos, destaca-se entre eles o rio Iguaçu. Com sua nascente na região metropolitana de Curitiba, apresenta um percurso de 1320 Km, ligando as regiões leste a oeste do estado do Paraná, onde deságua no município de Foz do Iguaçu, no rio Paraná (Extraguapuava, 2021). De acordo com Becker (1999), a vegetação típica do estado do Paraná caracteriza-se pela presença do bioma da Mata Atlântica, com predominância da mata de araucária, que aparece desde o sul do estado até a região do Trópico de Capricórnio. Ela destaca que, apesar dessa predominância de mata de araucárias, o estado do Paraná apresenta significativas áreas de campos:

Para o oeste, temos os Campos de Palmas e de Guarapuava, de modo especial, onde encontramos palmáceas como o butiá. Nos Campos de Palmas, além das palmeiras que lhe conferem o nome, predominam as gramíneas como a barba de bode e, em algumas áreas, verdadeiras invasões de samambaias (BECKER, 1999, p. 27).

Bertoldo, Paisani e Oliveiras (2013) evidenciam que a superfície do Estado do Paraná, no Brasil, caracteriza-se por grande diversidade, em que diferentes tipos de florestas ocorrem entremeadas por formações herbáceas e arbustivas, resultantes de várias peculiaridades, principalmente climáticas. As regiões sudoeste e sul do Estado são ocupadas pela Floresta Ombrófila Mista, considerada uma formação típica do sul do país. Este ecossistema está presente, especialmente nos estados de Santa Catarina e Paraná, começando no primeiro planalto, a oeste da Serra do Mar, seguindo pelos segundo e terceiro planaltos do estado do Paraná.

Na região do município de Palmas, essa característica torna-se marcante. Conforme destaca Loureiro Fernandes, ao analisar a paisagem da região de Palmas nos anos de 1940.

Regiões ha do território palmense recobertas de magníficos e extensos pinhais, mas, na área por nós percorrida, predominavam as "savanas de araucária", pinheiros esparsos pontilhando a vastidão dos campos. Mas mesmo nas onduladas campinas pode o observador contemplar a silhueta altiva das araucárias, ora à borda dos capões, ora rareando nas pestanas das matas

que orlam os cursos de água. Numerosos rios fertilizam a região, tributários da margem esquerda do Iguaçu ou da margem direita do Chopim, os dois grandes rios que, ao norte e ao oeste, constituem os limites geográficos do município de Palmas (FERNANDES, 1941, p. 167).

Além do imponente Pinheiro-do-Paraná, encontramos nesta floresta, uma enorme diversidade vegetal formada por xaxins, pinheiros-bravo, cedros-rosa, ipês, canelas, imbuias, jabuticabas, tarumãs, taquaras, bromélias, goiabeiras, erva-mate, entre outras. Bauer (2002, p. 42) apresenta alguns dos principais tipos de madeira encontrados no território de Palmas no final do século XIX e início do século XX:

O pinheiro araucária [*Araucariaangustifolia*], imbuia [*Ocotea porosa*], cedro [*Cedrelafissilis*], canela e lageana [*Ocoteapulchella*], canela imbuia, canela guaicá, canela preta [*Ocoteaelegans*], sapopema [*Sloanea monosperma*], ipê branco, cambará [*Aloysiavirgata*], guaçatunga, guaçatunga preta, pimenteira, cataia, gumirim, brugreiro, ingá, guavirova, bracatinga [*Mimosa scabrella*], arrueira, cambuatã, juvê, xaxim, guavirova, guamirima branco, pessegueiro bravo, guaraperê, lava-cabeça, pau-ferro, camboim, agulheiro, corumilho, carne de vaca, Miguel pintado, erva mate, vassourão, timbó, figueira brava, sabugueiro.

Informações obtidas no Instituto Purunã (2019) indicam que atualmente a araucária encontra-se na lista da flora ameaçada de extinção. Ainda de acordo com o Instituto, desde 1890 a extração das araucárias e a devastação da Floresta Ombrófila Mista no Paraná vem se intensificando, e como resultado, nos dias de hoje, resta apenas 1% da porção original desse ecossistema.

A Floresta com Araucária é caracterizada pelo clima subtropical, indicando amplitude térmica elevada, portanto as estações do ano são relativamente bem definidas: os invernos são frios, com geadas frequentes, e os verões quentes apresentam temperaturas mais elevadas. Quando adulta esta espécie pode medir de 20 a 50 metros de altura. As araucárias são dióicas, ou seja, existe uma árvore feminina e outra masculina. Na árvore feminina, em uma estrutura denominada estróbilo, também chamada de pinha, desenvolvem-se os pinhões, que são as sementes das araucárias. Essas árvores não produzem frutos. Seu diâmetro pode variar de 90 a 180 cm, com uma casca grossa, de cor marrom-arroxeadada, áspera e rugosa. Já a árvore masculina, diferentemente, no lugar das pinhas existem os estróbilos, podendo ser identificados a partir dos 12 anos de existência. Outra particularidade desse espaço é a grande diversidade florística, cabendo destacar do mesmo modo a enorme variedade da fauna presente no ambiente, enriquecendo ainda mais as características naturais da área.

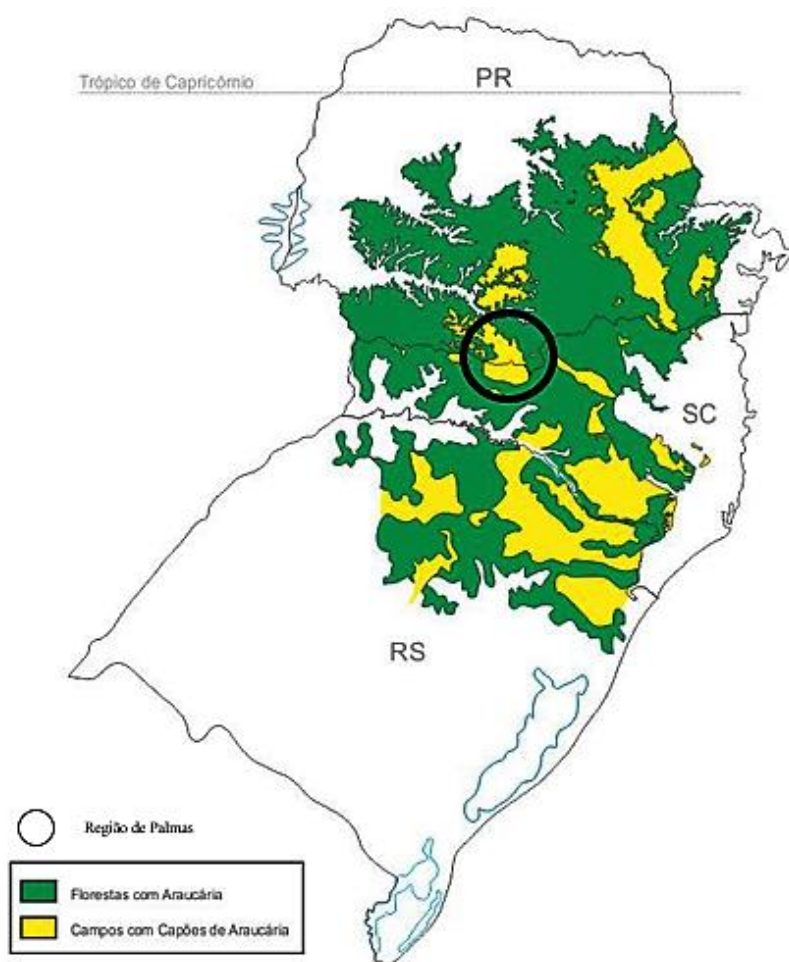
A região de Palmas apresenta o domínio do Bioma Floresta Atlântica, com vegetação de campos, conhecidas como Campos planálticos, alternando com capões de Floresta Ombrófila Mista (Figura 3). Conforme Moretto (2010), a Mata Atlântica abriga uma rica biodiversidade e se caracterizava pela grande extensão, ocupando quase toda a faixa litorânea do território brasileiro, estendendo-se por regiões de planaltos, apresentando grande variação na sua denominação florestal

de acordo com as características de relevo, clima e altitude, além dos diversos ecossistemas associados. Rodrigues, Psidonik e Silva (2017) destacam que a FOM é uma vegetação encontrada nas áreas de elevadas altitudes e com climas frios, principalmente em áreas de planaltos. Ainda apontam que se adaptou e se desenvolveu na Região Sul do Brasil, onde há condições naturais para o seu desenvolvimento. Moretto (2010) descreve que este tipo de vegetação recebe diversas denominações, entre elas: florestas de pinheiros, pinhais, zona de pinhais, mata de araucárias, etc. Dentre as diversas espécies vegetais que são encontradas nesta floresta, estão as Araucárias Angustifólias, as quais são conhecidas também como Pinheiros do Paraná. “Árvores de tronco cilíndrico e reto, cujas copas dão um destaque especial à paisagem, a araucária chega a viver até 700 anos, alcançando diâmetro de dois metros e altura de até 50 metros” (PROCHNOW, 2009, p.16). Sobre a origem desse tipo de cobertura vegetal pode-se destacar:

Historicamente, pesquisas evidenciam que a Floresta com Araucárias começou a se formar no sul do continente americano após a última glaciação do planeta e atingiu o ápice há cerca de 2.200 anos. Acompanhando a era geológica, podemos dizer que o gênero Araucária fazia parte da flora terrestre já no período Triássico e encontrou seu apogeu no Gondwana. A espécie Araucária angustifolia tem origem no início do período Jurássico, há 200 milhões de anos, estendendo-se pelo hemisfério sul e com ocorrência na Austrália, na Argentina, no Chile, na Nova Zelândia e no sul da África, caracterizando-se assim por ser uma das formas de vegetação mais antigas do mundo (COLAÇO, 2017, p.06).

Moretto (2010) destaca a existência de uma teoria que associa a distribuição da araucária à ação dos seres humanos, já que suas sementes eram levadas por grupos indígenas como fonte de alimentos. Porém, segundo a autora, a teoria mais aceitável é que a disposição das formações fitogeográficas foi provocada pelas mudanças climáticas ocorridas entre 1000 e 1500 anos atrás, propiciando que estas florestas restritas a vales úmidos a retomassem para a região de planalto. Rodrigues, Psidonik e Silva (2017) destacam a importância do pinhão, fruto da araucária, como fonte alimentar para os nativos, além de assinalar a grande quantidade de animais atraídos para as florestas em períodos específicos em busca desse fruto e que acabavam fazendo parte da cadeia alimentar desse povo. Além disso, sinalizaram que a queda de suas folhas contribuiu para a formação de húmus, fazendo com que o solo se torne naturalmente fértil. Ademais, tudo o que era extraído da floresta era de fundamental importância para a sobrevivência dos indígenas. As condições particulares da região (latitude e altitude) possibilitaram o surgimento dessa cobertura vegetal, ambiente onde os povos *Kaingang* sobreviviam.

Figura 2. Cobertura Florestal Nativa Original da Região de Palmas



Fonte: Adaptado pelo autor de Saueressig (2012, p. 9).

Fernandes (1941), afirma que pelo seu alto valor nutritivo, o pinhão sempre foi apreciado pelos indígenas, sendo que na época da maturação, eles percorriam grandes áreas em busca dos pinhões caídos ou acabavam provocando a queda das pinhas que não atingiram ainda a completa maturação. Atualmente, o pinhão continua sendo importante fonte de sobrevivência para os indígenas, pois além do consumo, utilizam os frutos da Araucária como fonte de renda comercializando-os ao longo do ano. Na Figura 3 observamos as características da Floresta Ombrófila Mista, com destaque para a araucária, árvore típica desse tipo de vegetação. Já na Figura 4, podemos observar a pinha e o pinhão, fruto tão apreciado pelos *Kaingang* e também fonte de alimento para a fauna local.

Figura 3. Floresta Ombrófila Mista



Fonte: Acervo do Autor (2021).

Figura 4. Pinha e o pinhão, fruto da Araucária



Fonte: Jornal Cruzeiro do Vale (2016).

Sobre a mata de araucárias podemos destacar que:

[...] originalmente ocupava cerca de 200.000 km², dos estados do Sul e Sudeste do Brasil, cerca de 40% do território do Paraná, 30% de Santa Catarina e 25% do Rio Grande do Sul.

Também ocorria em maciços descontínuos, nas partes mais elevadas das Serras do Mar, Paranapiacaba, Bocaina e Mantiqueira, no sudeste e nordeste de São Paulo, noroeste do Rio de Janeiro e Sul de Minas Gerais e no leste da Província de Misiones (Argentina). (PROCHNOW, 2009, p.16).

De acordo com Moretto (2010), a composição da Floresta de Araucária não é homogênea, pois apresenta uma coletividade de espécies, sendo as árvores interrompidas pelos grandes ervais e campos. Toda essa extensão territorial citada representa os espaços ocupados pelos *Kaingang*. Da mesma forma que a floresta atraiu os *Kaingang*, também chamou a atenção de grupos dispostos a explorar seus recursos devido a qualidade da madeira e o valor comercial da mesma. Como consequência, a cobertura florestal original foi amplamente reduzida com avanço do processo colonizador sobre as áreas de pinheirais, principalmente nos primeiros anos do século XX, que extraiu milhões de metros cúbicos de pinheiro, destinados a outros estados brasileiros e também a outros países. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, os estados do Paraná e Santa Catarina passaram a ser os principais centros abastecedores de madeira do mundo (PROCHNOW, 2009). Outra formação fitogeográfica nativa da região de Palmas são os campos.

Campinas onduladas onde viceja o capim mimoso, o capim limão, o folha-larga alternadas com matas imponentes onde se alteiam majestosos troncos de imbuías, angico e pinheiros. São os majestosos pinheiros os elementos dominantes e característicos, pois o município de Palmas, sob o ponto de vista fitogeográfico, está enquadrado nas zonas dos pinhais ou das araucárias (FERNANDES, 1941, p.167).

A descrição apresentada por Fernandes demonstra a riqueza natural presente no município de Palmas, na região ocupada e transformada em habitat pelos indígenas *Kaingang*. Percebe-se que as descrições são feitas destacando a beleza e a diversidade apresentada nesta formação vegetal. Cabe aqui salientar a estreita relação que os *Kaingang* estabelecem com a natureza. Toda a mitologia em torno do surgimento dos *Kaingang* está relacionada à natureza, assim como suas ações de sobrevivência, que sempre estão de uma forma ou de outra ligadas às relações dos humanos com o ambiente. De acordo com Brighenti (2012), a mitologia indígena aponta que os *Kaingang* saíram de um buraco na terra, além do que associam sua origem ao milho cateto e metades externas. Dessa forma, surgem os dois grupos da etnia *Kaingang*, os Kaimé e os Kairú, com seus costumes e os modos de vida associados aos elementos da natureza, sendo isso fundamental para a sobrevivência dos nativos.

2.1 A OCUPAÇÃO HISTÓRICA NA LONGA DURAÇÃO DA REGIÃO DE PALMAS

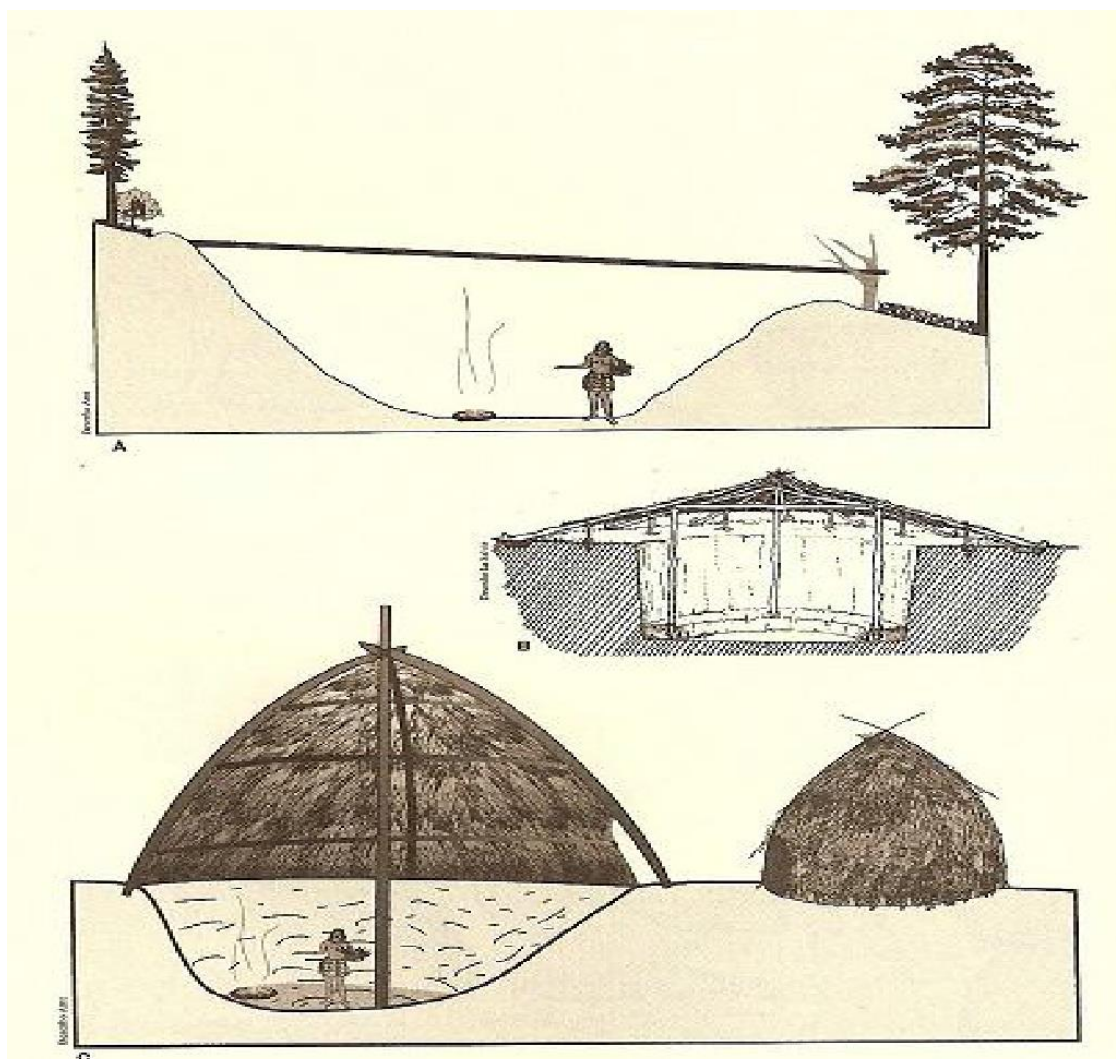
A ocupação humana na região foi iniciada há pelo menos 12.000 anos, conforme dados provenientes de sítios arqueológicos encontrados nas margens do rio Uruguai e afluentes (LOPONTE; CARBONERA; SILVESTRE, 2015; LOURDEAU et al., 2016). Já no vale do baixo Iguaçu, no sudoeste paranaense, de acordo com Parellada (2008), foi registrada a ocupação mais antiga do Paraná até o momento. Datada entre 9.040 anos aproximadamente, esses vestígios estão relacionados a grupos de caçadores-coletores da tradição Umbu, onde também encontram-se registros mais recentes, datados em cerca de 300 anos, dos grupos Itararé-Taquara, ancestrais do grupo linguístico Jê. De acordo com Mergem (2016), a tradição Taquara se encontra no Rio Grande do Sul, enquanto a tradição Itararé, encontra-se nos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Ainda de acordo com Mergem (2016), essas tradições se diferem principalmente através dos artefatos produzidos, característicos de cada cultura. Segundo Novak e Mota (2013, p. 80):

Também é em torno de 2.000 AP que as datações mais antigas certificam a presença na região de uma outra tradição ceramista diferente da Tradição Tupiguarani. Ela foi denominada pelos arqueólogos de Tradição Itararé. Muitos pesquisadores a relacionam com as populações *Kaingang*.

Com o desenvolvimento da agricultura, há cerca de dois mil anos ocorreu a expansão de grupos pertencentes a grandes famílias linguísticas indígenas, entre elas a Jê, que passaram a ocupar os espaços povoados pelos antigos caçadores e coletores. O grupo denominado de Itararé-Taquara, considerado os antepassados dos *Kaingang* e Xokleng, acabou se adaptando às regiões de maiores altitudes, de floresta ombrófila mista e de clima mais frio (SCHMITZ, 2011; CARBONERA; CECHIN, 2015).

Os *Kaingang* se adaptaram às condições climáticas da região, que apresenta invernos rigorosos, inclusive com a precipitação de neve. Para suportar o frio intenso durante o inverno, construíam estruturas subterrâneas, que consistiam em grandes depressões abertas no chão com cerca de três a dez metros de diâmetro, com alguns metros de profundidade, que podiam ter diferentes funções, dentre as quais de moradias. Geralmente, essas habitações poderiam ser ocupadas por um determinado tempo, podendo se prolongar por alguns anos e até mesmo ser abandonadas ou substituídas e, depois, reconstruídas após o abandono (SCHMITZ, 2005). Algumas dessas estruturas subterrâneas sofreram com o processo de erosão ao longo do tempo ou foram completamente destruídas pelas atividades agrícolas e pecuária, por representarem elevados riscos de acidentes para os rebanhos. Na Figura 5, temos um exemplo de reconstituição de como deveriam ser essas moradias.

Figura 5: Proposta de reconstituição das estruturas subterrâneas



Fonte: Schmitz (2005, p. 180).

Geralmente sobre essas covas eram erguidas estruturas de madeira com cobertura de folhas, que protegiam os indígenas do clima rigoroso característico da região, ficando eles abaixo da superfície do solo. Lino (2016) explica que essas estruturas raramente foram encontradas isoladas, e que geralmente eram localizadas em áreas com maior altitude, associando assim a sua instalação às áreas de clima mais frio. De acordo com Mota (2008), provavelmente os *Kaingang* chegaram no território paranaense antes mesmo dos Guarani. Com a chegada dos *Guarani* neste território, eles conquistaram várias regiões próximo aos vales dos rios, fazendo com que os *Kaingang* se deslocassem para a região centro sul do estado em territórios interflúvios. Tommasino (1995) descreve que o desaparecimento dos *Guarani*, a partir do século XVII, está relacionado provavelmente a sua submissão a escravidão pelos paulistas. Isso acabou liberando o território para os *Kaingang*, fortalecendo sua presença na região, mas ainda assim foram forçados a se deslocarem

fugindo das frentes de colonização que seguiam de leste para oeste do território, em direção ao rio Paraná e depois mais para o sul.

Até mesmo a denominação *Kaingang* foi sendo alterada ao longo da história. As primeiras referências sobre os povos *Kaingang* na literatura surgiram em 1587, ainda sob a denominação de Guayaná. Posteriormente, foram denominados de coroados, pelos primeiros povoadores, como afirma Fernandes (1941), por apresentarem um corte de cabelo semelhante aos dos padres franciscanos, denominação essa que eles não gostavam. A designação *Kaingang*, apenas em 1882, aparece na literatura etnográfica em trabalhos apresentados por Telêmaco Borba (BRINGMANN, 2015 p. 30).

A ocupação dos territórios indígenas era baseada na premissa de que este espaço era vazio e improdutivo e, portanto deveria ser ocupado. De acordo com Radin (2016), por acreditarem que a população do sertão pertencia a uma raça inferior, esta seria absorvida por uma raça superior, no caso, a do colonizador (europeu), sendo a expropriação das terras visto com certa naturalidade pelo governo nacional. Também, deve-se ressaltar que durante esse período, existia a chamada política de branqueamento da população, que consistia em eliminar gradativamente a grande quantidade de indígenas, negros e caboclos que compunham a população brasileira. Acreditava-se, segundo Radin (2016), que esses povos não seriam capazes de constituir uma sociedade desenvolvida.

De acordo com Silva (2014) a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, aumentou a tensão entre Portugal e Espanha pela região dos Sete Povos das Missões. A garantia de posse do território localizado no Sul do Brasil por parte de Portugal era essencial para impulsionar o processo de expansão econômica. Antes mesmo das questões relativas ao Tratado de Madrid serem resolvidas, o ministro português, Conde de Oeiras, ordenou que fossem realizadas expedições até o rio da Prata. Ainda de acordo com Silva (2014), para o cumprimento dessas ordens, foi designada a ação ao Tenente-Coronel Afonso Botelho Sampaio e Souza, que coordenou onze expedições entre os anos de 1768 e 1774, com o objetivo de conquistar as terras dominadas pelos *Kaingang*, os quais conseguiram retardar a ocupação por quase quarenta anos. Mesmo sem obter sucesso inicial, essas expedições tiveram caráter excepcional voltado ao conhecimento da região por parte dos colonizadores.

Essa etapa se intensifica, no início do século XIX, com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, que tinha como um dos principais objetivos, “promover a expansão dos campos e do comércio de gado para abastecer a região cafeeira e das minas” (D’ANGELIS, 2006, p. 277). O território de Palmas estava localizado em área estratégica, pois encurtava o caminho em direção a Corrientes, na região produtora de muares, animais que eram essenciais para os cafezais paulistas. A partir de então, Palmas passou a receber maior número de colonizadores. Como destaca Brighenti (2012), a ocupação dessa região apresentava algumas características estratégicas. Primeiramente, a

garantia de posse das terras que estavam indefinidas com a Argentina. Em segundo lugar, os campos de Palmas, apresentavam pastagens naturais, sem a necessidade de contratação de trabalhadores para a derrubada da mata. Além disso, os altos impostos cobrados em Lages pela passagem das tropas pressionavam pela busca de novos caminhos pelo Oeste. Nessa época, as terras hoje paranaenses, pertenciam ainda à província de São Paulo. Souza (2014, p. 43) afirma que “os fazendeiros que pretendiam ocupar essas terras entendiam que os povos indígenas que nelas viviam deveriam ser integrados às vilas e cidades, ou afugentados, ou aldeados, ou simplesmente escravizados e eliminados”.

Foi no início do século XIX que ocorreu a tomada definitiva de Guarapuava e Palmas. Em 1809, a expedição com mais de trezentas pessoas (mais de duzentas eram soldados) comandada pelo Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo parte de Santos, em São Paulo, com destino a Guarapuava objetivando a ocupação desses campos, abrindo assim espaço para as fazendas de criação. Apesar de conseguirem finalizar o projeto iniciado no século anterior (a conquista dos campos de Guarapuava), a resistência Kaingáng continuou, mas não foi suficiente para barrar o movimento até os campos de Palmas, aonde chegaram em 1839 (SILVA, 2014, p. 25).

Existiam dois grupos distintos de indígenas nas terras do sul do Brasil e, conseqüentemente, dois tratamentos distintos para cada grupo. Aqueles que eram considerados domésticos ou mansos, os procedimentos adotados eram mais brandos. Consistia em convencê-los a aceitar a civilização e a inclusão na política. Essa integração aconteceria por meio da mestiçagem, surgindo uma cultura comum sendo o branco o elemento civilizador (BRINGMANN, 2015). Já aqueles considerados hostis, a ordem era exterminá-los, pois não poderia existir nenhum obstáculo para o desenvolvimento das atividades econômicas de interesse do governo. Os indígenas eram vistos como uma ameaça para o grupo de trabalhadores, pois poderiam além de causar prejuízos às atividades desenvolvidas, influenciar por meio de seus costumes os trabalhadores locais.

A presença de indígenas nessas terras não fazia com que os colonizadores repensassem suas ações, prevalecendo apenas o interesse em ocupá-las e promover alguma atividade que trouxesse retorno financeiro aos envolvidos, além de atender aos interesses do projeto colonizador da época. Nos primeiros anos da colonização, as terras do Sul do Brasil, especialmente as do território paranaense, eram consideradas áreas vazias, desabitadas, ricas em recursos e prontas para serem exploradas. Esses argumentos eram utilizados pelos colonizadores para justificar a ocupação das áreas de terras por colonos, desconsiderando a presença dos indígenas, ou transformando-a em obstáculo a ser superado.

Ao se projetar sobre a organização espacial *Kaingang* e imaginar um território, os comandantes inverteram fenômenos históricos. Afirmavam que os índios invadiam as terras ocupadas por colonos [...]. Essa compreensão espelhada por parte dos portugueses e brasileiros revela uma deturpação do processo histórico em razão do desejo presente do

apossamento daquelas terras e ganhou força e legitimidade com a decodificação da paisagem a partir de noções próprias de territorialidade (CORRÊA, 2008, p. 149).

Ao longo do processo de colonização, os personagens mudaram de posição. O indígena passou a ser considerado o invasor das terras que ocupavam durante séculos e os colonizadores foram colocados na condição de vítimas. Luciano (2006) destaca que o indígena era visto como preguiçoso, selvagem, canibal, cruel, bem como vários outros adjetivos construídos para justificar a apropriação com fins econômicos por parte dos colonos sobre as terras que eram ocupadas pelos nativos. A presença dos nativos contrariava os projetos de colonização. Em trecho de uma carta Régia, datada de cinco de novembro de 1808, destinada ao governador da capitania de São Paulo, o príncipe Regente destaca seu posicionamento em relação aos nativos presentes na região.

Sendo-me presente e quasi total abandono, em que se acham os campos geraes da Coritiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que desaguam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguay, todos comprehendidos nos limites dessa Capitania e infestados pelo Indios denominados Bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietarios, que nos mesmos paizes têm procurado tomar sesmarias e cultival-as em beneficio do Estado [...] cada dia mais evidente que não ha meio algum de civilisar povos barbaros, senão ligando-os a uma escola severa, que por alguns annos os force a deixar e esquecer-se de sua natural rudeza e lhes faça conhecer os bens da sociedade e avaliar o maior e mais solido bem que resulta do exercicio das faculdades moraes do espirito, muito superiores ás physicas e corporaes: tendo-se verificado na minha real presença a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quaes tenho mandado que se tente a sua civilização e o reduzil-os a aldeiar-se, e gosarem dos bens permanentes de uma sociedade pacifica e doce, debaixo das justas e humanas leis que regem os meus povos, e até mostrando a experiencia quanto inutil é o systema de guerra defensiva [...] (CARTA REGIA de 05 de novembro de 1808).

Percebe-se por meio desta correspondência a grande preocupação que o príncipe Regente demonstra em relação à presença dos nativos na região, destacando o conflito com os fazendeiros, os quais estavam atendendo os interesses do Estado por meio da produção. Deve-se destacar que em momento nenhum é demonstrada preocupação com a qualidade de vida dos nativos, pelo contrário, visto que são expostos como uma ameaça e determinando que a única forma de os integrar a sociedade seria por meio de métodos que os forçassem a esquecer o seu modo de vida tradicional. Em outro trecho da Carta Régia, destaca-se que os nativos considerados bárbaros serão perseguidos e mortos, porém destaca que ficarão sob a tutela do Estado aqueles que se submeterem aos aldeamentos.

[...] Milicianos de Coritiba e do resto da Capitania de S. Paulo que voluntariamente quizerem armar-se contra elles, e com a menor despeza possivel da minha Real Fazenda, perseguir os mesmos Indios infestadores do meu territorio; procedendo a declarar que todo o Miliciano, ou qualquer morador que segura algum destes Indios, poderá consideral-os por quinze annos como prisioneiros de guerra, destinando-os ao serviço que mais lhe convier; tendo porém vós todo o cuidado em fazer declarar e conhecer entre os mesmos Indios, que aquelles que se quizerem aldeiar e viver debaixo do suave jogo das minhas Leis, cultivando as terras que se lhe approximarem, já não só não ficarão sujeitos a serem feitos prisioneiros de guerra, mas

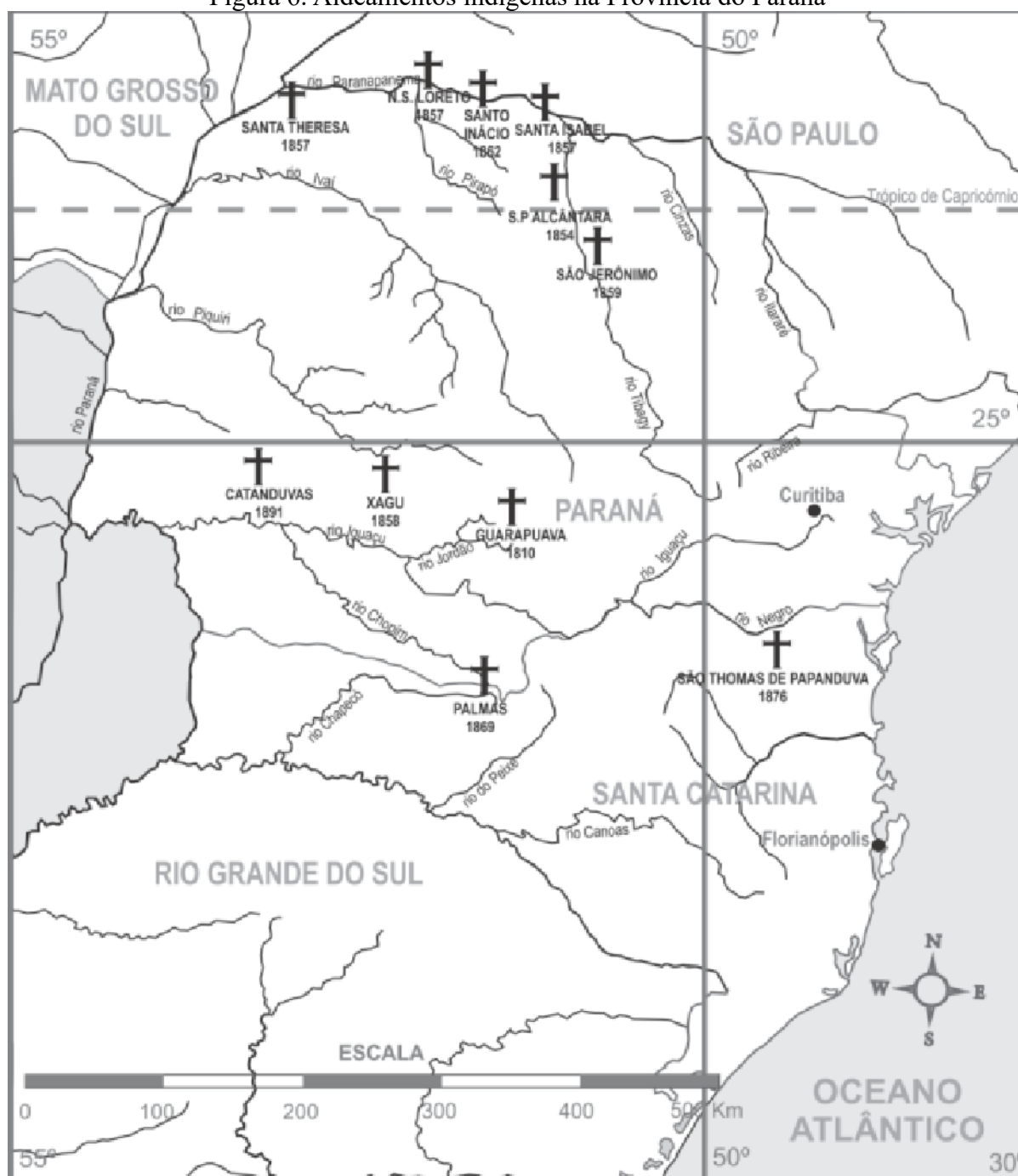
serão até considerados como cidadãos livres e vassallos especialmente protegidos por mim, e por minhas Leis: e fazendo praticar isto mesmo religiosamente com todos aquelles que vierem offerecer-se a reconhecer a minha autoridade e se sujeitarem a viver em pacifica sociedade debaixo das minhas Leis, protectoras de sua segurança individual e de sua propriedade [...] (CARTA RÉGIA DE 5 DE NOVEMBRO DE 1808).

Percebe-se que em seu discurso, o príncipe regente destaca que a região vive em completo abandono, ou seja, projetando a ideia de vazio, área improdutivo, para justificar a ocupação e colonização da região. Cabe destacar que a convivência pacífica entre os nativos e colonizadores seria estabelecida desde que os indígenas permanecessem submissos às propostas impostas pelo modelo econômico que se estruturava, principalmente não reagissem a expropriação de suas terras.

Silva (2014) destaca que após a publicação da Carta Régia, os *Kaingang* passaram a sofrer com mais intensidade os impactos das frentes de colonização. Os indígenas eram rotulados de ferozes, isso acabava estimulando os ataques aos nativos, provocando mortes de ambos os lados. Mesmo sendo revogada a Carta Régia em 1831, suas consequências não poderiam mais ser revertidas. “Os fazendeiros instalados em Guarapuava conquistaram os campos de Palmas e instalaram naquela localidade 37 fazendas com mais de 30 mil cabeças de gado, fundando a vila de Palmas” (MOTA; NOVAK, *apud* SILVA, 2014, p. 30). As características naturais de campos utilizados para pastagens na região de Palmas favoreciam a rápida ocupação.

Aos indígenas que tiveram suas terras ocupadas, os aldeamentos eram o destino. O objetivo dos aldeamentos de acordo com Brighenti (2012) era fixar os indígenas em determinados territórios. Cabia aos seus diretores atrair às colônias os nativos, promovendo o processo civilizatório dos mesmos. Palmas ainda não se apresentava como um aldeamento oficial, pois de acordo com Brighenti (2012), apesar de ter sido citado em relatório de 1855, não constavam nem diretor e nem missionários no devido aldeamento, portanto este não era considerado oficial. Porém, em 1853, o presidente da província Zacarias Góes e Vasconcelos cita que o aldeamento de Palmas continua a existir na província. Cabe destacar aqui que Brighenti (2012), ao comentar os estudos de Mota, destaca que este autor afirma que a colônia indígena de Palmas foi efetivamente criada no ano de 1869. Na Figura 6 pode-se observar a distribuição dos primeiros aldeamentos indígenas criados na Província do Paraná.

Figura 6. Aldeamentos indígenas na Província do Paraná



Fonte: Almeida *apud* Brighenti (2012, p. 98).

Deve-se ressaltar que mesmo havendo os aldeamentos a permanência de todos os indígenas não era garantida no local. De acordo com Brighenti (2012), estima-se que a cada indígena aldeado, dez permaneciam fora dos aldeamentos, vivendo em aldeias livres, que eram conhecidas como toldos. Destaca-se que o indígena em sua condição natural, não despertava interesse algum para o Estado, já o indígena aldeado e civilizado, poderia inclusive suprir a necessidade de mão de obra local.

À medida que a ocupação se expandia, os embates entre os nativos e colonos foram se intensificando. A notícia de terras desocupadas e propícias para o desenvolvimento de atividades econômicas provocou o interesse de muitos estrangeiros em se deslocar para o Paraná, incentivados também pelo decreto do Presidente da Província Zacarias de Goes, em 21 de março de 1855, promovendo a imigração estrangeira para a Província.

Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira (MARTINI *apud* MOTA, 2008, p.42).

As terras consideradas públicas ou devolutas, que estavam no controle do Estado, passaram a beneficiar apenas alguns pequenos grupos em detrimento de outros. Tal atitude fez com que os nativos buscassem novas áreas para sobreviver, não se submetendo às condições impostas pelo colonizador. Segundo Helm (1995), os nativos passaram a buscar novas áreas de refúgio, para escapar da condição que os subordinavam aos brancos.

As fazendas de criação de gado vão se multiplicando e invadindo as áreas ocupadas pelos indígenas. No caso da região de Palmas, além da dominação territorial, destaca-se a dominação cultural, já que simultaneamente ocorre o processo de aldeamento e catequização. Desde que foi iniciado esse contato com o não índio, os costumes nativos passaram a sofrer uma série de interferências, todas impostas pelo colonizador, que buscava torná-los submissos ao processo que estava em desenvolvimento. De acordo com o relatório do presidente J. F. de Araújo, citado por Helm (1995, p. 17):

A conquista em virtude da qual o homem civilizado por assim dizer toma posse do selvagem de modo que este sinta e reconheça a superioridade daquele ... é preciso opor obstáculos à satisfação do instinto que leva o índio a continuar a ser o que é. (...) daí a necessidade dos aldeamentos onde tem lugar os serviços do catequista. Logo após, cumpre chamar o indígena aos hábitos da civilização por meio do trabalho bem dirigido.

Percebe-se que a única proposta para permitir a convivência com o indígena seria por meio da formação de aldeamentos, onde os nativos seriam submetidos ao modelo de sociedade das frentes pioneiras, destacando a catequização como ferramenta adequada para que o indígena passasse a perceber o colonizador como etnia superior, que deveria ser respeitada.

A perseguição e assassinato dos indígenas se tornaram frequentes no processo de ocupação da região de Palmas. Quando o povoado era atacado e reações contrárias aconteciam, havia morte tanto de indígenas quanto dos colonizadores. Essa desapropriação dos povos indígenas com fins de

colonização trouxe outras questões que deveriam ser resolvidas principalmente no cotidiano da cidade.

Por volta de 1904, Aníbal Wirmond comprou da União, em Palmas, uma área considerada imensa. Consta que para pagá-la foi preciso recolher todo o dinheiro que havia em circulação em Palmas e Guarapuava. De posse da área, Aníbal achou por bem doar aos índios errantes uma parte de sua fazenda. A doação seria de três mil alqueires, a uma distância de sete quilômetros da cidade. Ali os índios passaram a residir fixamente, e a cidade ficou livre dos problemas de segurança, assalto, roubos e bebedeiras e badernas, pois os índios moravam embaixo de pontes, abrigos, como os moradores de rua hoje (ANATER, 2004).

Essa doação de uma imensa área de terras tinha o objetivo de tentar corrigir as consequências da expropriação cometida nas terras indígenas com o avanço das frentes pioneiras. Ao retirar e limitar as áreas de terras dos indígenas, assim como seus recursos de sobrevivência, a doação tinha por objetivo evitar que os indígenas se dirigissem a área urbana de Palmas, onde eram alvo de muito preconceito, marginalizados e acabavam vivendo de forma muito precária.

2.2 A FORMAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS NA REGIÃO DE PALMAS

As Terras Indígenas são porções do território nacional pertencentes à União, ocupadas por um ou mais povos indígenas. É uma área de uso e usufruto coletivo, que não pode ser confundida com o conceito de propriedade privada. Seu reconhecimento acontece por meio de requisitos técnicos legais de acordo com a legislação vigente. Atualmente esses requisitos vão desde os estudos para a identificação, até chegar a demarcação dos limites, homologação e registros.

Fernandes e Piovezana (2015) afirmam que a política de demarcação de terras indígenas teve início ainda no final do século XIX, tendo como principal objetivo a concentração dessa população e a liberação das terras para o desenvolvimento do projeto de colonização.

Alguns anos antes da criação do SPI, em 1910, várias discussões relacionadas à hostilidade dos indígenas eram promovidas objetivando garantir a aceleração do programa voltado ao progresso econômico do país. Atribuía-se aos indígenas o atraso nas obras de infraestrutura no setor de comunicações e transportes. O objetivo era transformar os nativos em trabalhadores nacionais, ou seja, mão de obra que desenvolvesse as atividades de acordo com o interesse dos governantes e garantindo o desenvolvimento de grandes obras de interesse do Estado. A partir do momento em que os indígenas estivessem inseridos no que se entendia por “civilização”, deixariam de se rebelar contra as ocupações de suas terras, permitindo que grandes investimentos fossem realizados. Caso a disciplina não resolvesse, os indígenas deveriam ser exterminados.

Existiam três posicionamentos políticos distintos em relação aos indígenas no final do século XIX e início do século XX. De acordo com Novak e Mota (2016), o primeiro defendia o extermínio dos nativos; o segundo, ligado à Igreja Católica, defendia a catequização; enquanto o terceiro defendia a demarcação dos territórios e a proteção por parte do governo para impedir que novos massacres fossem praticados.

Após a abolição (1888), houve a intensificação do processo de imigração para o Brasil, principalmente pelo fato do governo brasileiro incentivá-la por meio de propostas de oferta de grandes áreas de terras férteis, localizadas principalmente no Sul do Brasil. No entanto, não era mencionada a presença das populações indígenas e assim que os imigrantes adentravam aos territórios disponibilizados passavam a ocorrer conflitos.

Silva (2014) afirma que os caciques Viri e Condá, líderes *Kaingang* da região, ao longo do século XIX, exerceram inúmeros conflitos com moradores locais e reivindicavam com políticos a demarcação de suas terras. Atuaram como colaboracionistas junto ao governo, as alianças firmadas entre os *Kaingang* e o governo foi descrita por Silva (2014) como um modo de sobrevivência, uma forma de garantir melhores condições de vida diante da situação de adversidades que se encontravam.

Graças aos índios convertidos, os brancos tomavam conhecimento dos territórios ocupados pelos *Kaingang* resistentes. Pouco a pouco seus refúgios, seus campos de caça e de coleta de pinhões foram sendo revelados e ocupados. Progressivamente seus espaços diminuía, assim como suas possibilidades de viver. Daí sua reação violenta, principalmente contra os grupos indígenas que tinham outras estratégias de sobrevivência diante do avanço da frente pastoril nos interflúvios dos rios Iguaçu e Uruguai (MOTA, 2008, p.166).

Cabe destacar que o conflito entre os próprios *Kaingang* pelas posses das terras passou a se tornar frequente durante este período. Apesar de pertencerem a uma mesma etnia, muitas vezes tinham interesses diferentes, geralmente de acordo com os ideais do cacique que os orientava.

Mota (2008) descreve o importante papel desses caciques junto ao governo, destacando que no ano de 1855, desempenharam um bom trabalho realizando a prisão de vários indígenas que atacavam as fazendas, sendo solicitado ao presidente da província, o engajamento de Vitorino e Viri ao corpo policial ambulante. A princípio, parece contraditório as lideranças indígenas atuarem junto ao governo para garantir a formação de aldeamentos sob o custo de perder terras que pertenciam à etnia. Porém, cabe destacar que os caciques recebiam gratificações do governo proporcionais à quantidade de indígenas que eles conseguissem reunir. De acordo com Silva (2014), o governo chegou a pagar uma indenização de 50\$000 réis por mês para Vitorino Condá a cada 500 indígenas que ele conseguisse reunir.

O cacique Estevão Viri, em certa ocasião, logo após a fundação da vila de Palmas, conforme descreve Silva (2014), defendeu de um assalto realizado por indígenas resistentes à ocupação. Em troca de seu trabalho recebia bens materiais como ferramentas, machados, foices, espingardas, que lhe conferiam superioridade nos combates com os demais indígenas. Mota (2008) destaca que os fazendeiros e autoridades repassaram fartos lotes de armas de fogo para serem usadas contra os índios que resistiam à ocupação de suas terras. A partir do momento em que o cacique Viri passou a receber objetos pelos serviços prestados ao governo, abriu-se um precedente para que fizesse a solicitação das terras. Ao acatar os pedidos do governo e receber “pequenas trocas de bens materiais, foi a porta de entrada para pedidos mais ambiciosos, como no caso a solicitação de uma extensão de terra” (SILVA, 2014, p. 36). Percebe-se que mesmo prestando serviços aos brancos, o *Kaingang* buscava apenas garantir o acesso à terra, à produção e à manutenção de seu modo de vida.

Após a morte dos respectivos caciques, na década de 1870, seus sucessores mantiveram o espírito de resistência e continuaram a exercer pressão sobre o governo paranaense com o objetivo de garantir a demarcação de seus territórios. Deve-se destacar que a estratégia utilizada pelos nativos como forma de resistência ao projeto colonizador adotava diferentes formas. Conforme destaca Novak (2006), desde as guerras em defesa de seus territórios, a utilização de aldeamentos, quando necessário e a construção de casas longe dos aldeamentos oficiais para manter seu modo de vida longe dos brancos. Como as políticas de aldeamentos nem sempre alcançavam o resultado esperado, já no período republicano o governo do estado passou a adotar novas ações de tratamento para os indígenas. “O estado do Paraná passou a defender a reserva de terras aos grupos indígenas, com uma política mais laica e assistencialista, influenciada pelo pensamento positivista” (NOVAK, 2006, p. 77). De acordo com esse pensamento republicano, o indígena deveria ser transformado em um trabalhador nacional, com um pedaço de terra onde ele pudesse produzir o necessário para o seu sustento e até em algumas ocasiões, vender o excedente da produção. Oferecer ao indígena um pedaço de terra fazia parte do processo de integração dos nativos ao mundo civilizado. Essa proposta visava transformar os indígenas em povos sedentarizados, capazes de produzir tudo o que fosse necessário para seu sustento.

No ano de 1903, uma área de terras é reservada para os *Kaingang* em Palmas, momento esse em que os grupos indígenas eram liderados pelo cacique Antônio Joaquim Cretan. Conforme apresentado por Novak (2006, p. 121), no decreto de demarcação:

Decreto N.º 64 – de 2 de Março de 1903

O Governador do Estado do Paraná, atendendo a que a tribo de índios Caingangs, ao mando do cacique Antonio Joaquim Cretan, acha-se estabelecida na margem esquerda do ribeirão do Lageado Grande, no município de Palmas; e Considerando que é mister garantir-lhes morada estável de modo a se dedicarem à agricultura a que estão afeitos; - Usando da

autorização que lhe é conferida pelo artº. 29 da lei n.º 68, de 20 de Dezembro de 1892, decreta: Art.º Único. Fica reservada para estabelecimento de tribos indígenas as terras ocupadas pelas Cabildas do cacique Cretan, com as seguintes divisas:- a partir da cabeceira do ribeirão do Lageado Grande á cabeceira do ribeirão Palmeirinha e por estes dois rios, abaixo até ao Iguaçu que será a divisa norte, respeitando os direitos de terceiros.

Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 2 de Março de 1903 -15º da República.

Francisco Xavier da Silva

Arthur Pedreira de Cerqueira

Ao conceder áreas de terras para a formação de reservas indígenas no Paraná, o governo acreditava que os indígenas tinham atingido o mesmo nível da sociedade colonizadora que os cercava, ou seja, deixariam de ter um modo de vida considerado atrasado comparado com os imigrantes. Percebe-se que a forma como o governo tratava a questão indígena era apenas de oferecer subsídios para que os mesmos fossem modelados de acordo com os padrões culturais dos colonizadores. Sobre essa prática adotada pelo governo cabe destacar:

(...) a política de reservar terras às populações indígenas não pode ser vista simplesmente como algo imposta e pré-determinada pelo governo. Até porque na concepção dos representantes do governo seria mais prática a eliminação física dos grupos indígenas. Se os índios sobreviveram e conseguiram terras reservadas é porque compreenderam aquele momento histórico e souberam se relacionar com o governo, reivindicando seus interesses e participando do processo político do Paraná (NOVAK, 2006, p. 180).

Até o ano de 1910, as políticas voltadas ao atendimento das populações indígenas foram muito contraditórias. A partir da promulgação da constituição republicana em 1891, a União transmite a responsabilidade aos Estados para negociar seus territórios, favorecendo as oligarquias que defendiam a expansão das frentes colonizadoras que consideravam as terras ocupadas pelos indígenas como devolutas. As políticas foram marcadas por contradições, somadas ao interesse das elites agrárias, pois a questão indígena foi anexada ao ministério da agricultura (NOVAK; MOTA, 2016).

Ao definir uma área de reserva para os indígenas, muito além de atender as reivindicações dos nativos, atendia aos interesses das elites locais, pois assim ficava determinado os lugares onde os indígenas deveriam permanecer e também aqueles que não deveriam. Dessa forma, a grande maioria das terras poderia ser liberada para negociações e os recursos naturais existentes nessas áreas poderiam gerar volumosos lucros para os grupos que os explorassem.

No ano de 1910, a União cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPIILTN. Vinculado ao Ministério da Agricultura, teve como seu primeiro diretor o Marechal Rondon. O órgão criado para defender e representar os indígenas, que até então não tinham seus direitos respeitados, principalmente em virtude do projeto colonizador, parecia que não tinha mudado de configuração.

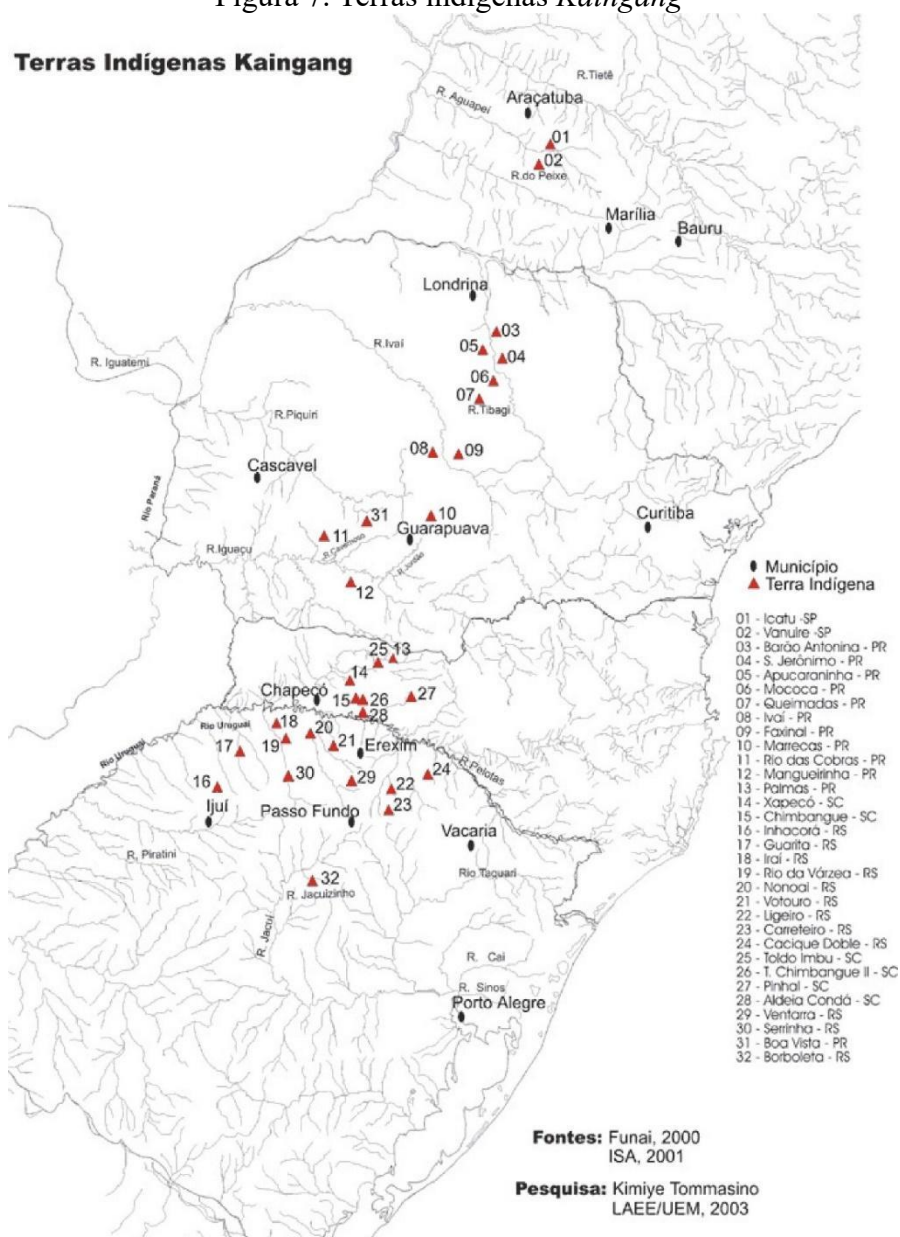
Na opinião dos representantes do SPI até aquele momento o índio era visto como uma espécie bruta, sendo necessária sua conversão, admitido apenas enquanto não índio futuramente. Mas a visão assimilacionista e integracionista em relação ao indígena perdurou. Não mais pelo meio da conversão religiosa, mas pela tentativa do ideal civilizador, através do trabalho nas lavouras no interior das áreas reservadas aos indígenas ou nas fazendas vizinhas. Mesmo assim os conflitos se mantiveram intensos, com muitas mortes de indígenas sendo registradas, geralmente devido a questões territoriais, e a ideia de um futuro sem índio no Brasil permanecia, seja pela eliminação física propriamente dita ou pela eliminação cultural e incorporação a sociedade nacional (NOVAK; MOTA, 2016, p.80).

O objetivo do SPI era garantir o avanço das frentes colonizadoras e suas práticas buscavam incorporar o nativo ao convívio pacífico com a população camponesa. Hoerhann (2012) destaca que com a criação desse órgão, a conversão ao cristianismo deixou de ser o principal objetivo. A prioridade era transformar os nativos em mão de obra para que fossem inseridos no mercado, tornando-os cidadãos, além de garantir que as áreas de terras que eram ocupadas pelos indígenas pudessem ser exploradas por moradores locais. Outro aspecto que chama a atenção, diz respeito a liberação de verbas pelo Ministério da Agricultura para as ações desenvolvidas pela SPI. Segundo Novak e Mota (2016), quando os recursos eram destinados a pacificação, estes eram liberados com mais facilidade. Porém, quando seriam destinados a investimentos em áreas já pacificadas, enfrentavam grandes dificuldades para a tramitação.

Ao longo do tempo, as políticas implementadas pelo SPI apresentaram alguns resultados positivos favorecendo as questões indígenas. Porém, com o tempo, houve mudanças nas práticas do órgão motivando às críticas, principalmente, relacionadas aos verdadeiros interesses de seus representantes voltados à exploração dos recursos presentes nas áreas ocupadas pelos *Kaingang*.

No caso dos *Kaingang* de Palmas, a demarcação da reserva ocorreu no ano de 1909. Cabe destacar, que nesse período a reserva pertencia a região denominada de Campos de Palmas e que abrangia parte do território do Oeste catarinense, até o ano de 1916, quando com o término da Guerra do Contestado é estabelecido o acordo de limites.

Contemporaneamente, além da TI de Palmas, os *Kaingang* vivem distribuídos em outras 31 terras indígenas localizadas nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Figura 7). Desse total, 37% das TI localizam-se no estado do Paraná, sendo que estão entre os mais numerosos povos indígenas do Brasil. De acordo com Veiga (2006), eles têm uma economia baseada na caça de aves e de grandes e pequenos mamíferos existentes na região, pesca, coleta de mel, frutas silvestres, como a jabuticaba, butiá, araçá, além do pinhão e larvas, conhecidas como “corós”, muito apreciadas pelos *Kaingang*, além da agricultura complementar. Atualmente a agricultura é a principal atividade econômica desenvolvida pela etnia.

Figura 7. Terras indígenas *Kaingang*

Terras Indígenas Kaingang TOMMASINO LAEE/UEM. 2003

Fonte: Tommasino (2003) *apud* Fernandes e Piovezana (2015, p.117).

Ao serem confinados, os *Kaingang* passam a acompanhar o crescimento do processo de colonização, vendo as reservas se transformarem em um recurso florestal para as madeireiras, ou transformadas em pastagens para engorda do gado, alavancando o desenvolvimento das atividades econômicas na região. Fernandes e Piovezana (2015) relatam que as terras indígenas *Kaingang* eram as últimas áreas de florestas que ainda não haviam sido exploradas. Carvalho (2017) destaca que o crescimento populacional registrado no início do século XX, motivado pelo incentivo à colonização em direção ao Sul do Brasil, gerou um aumento considerável no consumo de lenha, já que outras

fontes de energia como o gás de cozinha só chegariam ao Brasil na segunda metade do referido século. Essa oferta de recursos naturais fez com que serrarias passassem a se instalar nas terras indígenas, sendo responsáveis pela devastação quase total da cobertura vegetal encontrada dentro dessas reservas.

Os *Kaingang* utilizavam a araucária como fonte de sobrevivência e como forma de divisão territorial, já que seu modo de vida acabava por dividi-los em grupos liderados por diferentes caciques (SILVA, 2014). Tommasino (1995) também salienta que as divisões territoriais entre os *Kaingang* tinham os pinheirais como referencial e os rios para delimitar os territórios e estabelecer seus domínios.

A relação dos *Kaingang* com o meio ambiente sempre apresentou algumas características peculiares. O nomadismo fazia parte de sua rotina diária, pois a FOM oferecia recursos vegetais ou animais para a sobrevivência dos grupos. Utilizavam os recursos oferecidos pela natureza com sabedoria, garantindo a manutenção dos mesmos. Além de fornecer recursos para a sobrevivência, a floresta também tinha uma série de significados relacionados às suas crenças que serão melhor analisados no capítulo seguinte.

3. OS *Kaingang* DA REGIÃO DE PALMAS

Neste capítulo apresento as características relacionadas a interação dos *Kaingang* com o ecossistema em que estavam inseridos, no início do século XX. Será abordada a relação deste povo com o meio ambiente, destacando o uso da floresta como recurso de subsistência, além da forma como interagem com a natureza no desenvolvimento de todas as suas atividades, sejam elas sociais ou culturais/espirituais. As informações foram obtidas através das descrições realizadas por etnólogos que acompanharam os *Kaingang*, evidenciando suas práticas cotidianas. Entre elas podemos destacar a obra de Loureiro Fernandes³, que esteve presente na comunidade indígena *Kaingang* de Palmas, na primeira metade do século XX; a de Juan Bautista Ambrosetti⁴, que apresentou um estudo sobre os *Kaingang* da região de Misiones (área que estava em litígio na disputa entre Brasil e Argentina, na chamada “Questão de Palmas”); e também a de Telêmaco Borba⁵ e Herbert Baldus⁶, que também desenvolveram seus trabalhos destacando o cotidiano dos indígenas *Kaingang*.

³ José Loureiro Fernandes nasceu em Portugal e veio para o Brasil nos primeiros meses de vida. Formou-se em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro e especializou-se em urologia. Antropólogo autodidata e professor universitário, participou da criação de escolas e faculdades e de movimentos culturais – foi um dos fundadores do Círculo de Estudos Bandeirantes do Paraná e membro da Academia Paranaense de Letras. Organizou expedições para coletar dados sobre povos com os xetás e os *Kaingang* e participou da fundação do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/eventos/coloquio-sobre-jose-loureiro-fernandes-acontece-no-circulo-de-estudos-bandeirantes/Acesso: 14/08/2021>

⁴ Juan Bautista Ambrosetti desde a mais tenra infância Ambrosetti foi um aficionado por História Natural. Aos 17 anos foi aceito como membro ativo da Sociedad Científica Argentina. Tendo a idade de 20 anos, realizou sua primeira expedição científica rumo ao interior da Argentina. A convite do Capitão Antonio Romero, dirigiu-se para o norte da Província de Santa Fé, região conhecida como Chaco Santafesino. O resultado dessa expedição foi publicado na obra *Viaje de un Maturrango*. Sua precoce inserção no meio científico argentino lhe rendeu a indicação do conhecido naturalista argentino Pedro Scalabrini para o cargo de diretor do Museo de História Natural de Paraná, capital da província de Entre Ríos. Após cinco anos de trabalho no Museu, voltou a Buenos Aires. Animado pelo contexto das expedições científicas da época, empreendeu várias viagens para diversos pontos do território argentino. No entanto, Misiones reservou destaque especial para Ambrosetti, tendo empreendido três viagens para essa região, tendo as mesmas dado origem a três relatos distintos. Paralelamente aos relatos de viagem, publicou uma vasta obra de estudos etnográficos dos povos aborígenes da região. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434312641_ARQUIVO_Misionesanteo-avancobrasileiroafrenteiraBrasil-ArgentinanavisaodeJuanBautistaAmbrosetti1891-1894.pdf. Acesso: 14/08/2021.

⁵ Telêmaco Augusto Enéas Morosini Borba foi funcionário do sistema de aldeamentos da Província do Paraná, administrando os Aldeamentos Indígenas de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo, na região do rio Tibagi, bem como o Aldeamento de Santo Inácio do Paranapanema. Depois disso atuou como sertanista, guia e explorador de matas e zonas paranaenses cujo interesse do poder provincial demandava conhecimento, como o Vale do Tibagi, as ruínas de Guairá, o curso do rio Paraná e o Salto das Sete Quedas. Envolveu-se com a Revolução Federalista, exilou-se na Argentina e lá se tornou sócio do Instituto Geográfico Argentino. Teve várias legislaturas como deputado estadual e várias gestões como prefeito do município de Tibagi. Disponível em: <https://www.facebook.com/Museu-Paranaense/posts/3026063957516507/> Acesso: 12/08/2021.

⁶ Herbert Baldus foi um antropólogo teuto-brasileiro que exerceu importante papel na constituição da pesquisa e dos conhecimentos antropológicos no Brasil. Seu trabalho científico se desenvolveu intimamente ligado ao curso de sua própria vida, que transcorreu, em sua maior parte, neste país, dedicada ao ensino, à pesquisa, à divulgação científica e à tentativa de instituir uma política indigenista comprometida com a preservação das etnias indígenas. A contribuição de seu pensamento teórico, tendo iniciado com explanações sobre as culturas materiais e não materiais, passou por abordagens funcionalistas e estruturalistas, lançando as bases dos estudos das sociedades indígenas em situação de contato e de mudança cultural. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27073/28845>. Acesso: 14/08/2021.

3.1 O TERRITÓRIO

Os conceitos de terra e território entre as sociedades indígenas apresentam um caráter distinto dos demais grupos não indígenas. O território, segundo Lappe e Laroque (2015), passa a ser disputado para a manutenção de seus traços étnicos e culturais e pelo fato de dependerem desses espaços para usufruir dos recursos naturais. Dessa forma, percebe-se que o território para os nativos não representa apenas um aspecto físico, mas um espaço repleto de simbologia e significações. Tommasino e Almeida (2014), descrevem que nessas sociedades, a produção e as relações sociais, políticas, sociais e de parentesco não surgem separadas, ou seja, as atividades relacionadas à caça e a coleta fazem parte do próprio exercício da reciprocidade entre parentes.

[...] as florestas subtropicais do Brasil meridional formavam o meio ambiente onde os *Kaingang* obtinham os seus meios de vida. Cada atividade – a caça, a pesca, a coleta, o cultivo – apropriou-se do calendário natural sobre o qual articularam-se todas as atividades econômicas e sócio-cerimoniais (TOMMASINO, 1995, p. 68)

A autora ainda destaca que os deslocamentos realizados pelos nativos no interior de seus territórios os direcionava a construir abrigos provisórios, porém suficientes para atendê-los durante o período que permaneceriam. O meio ambiente é visto pelos *Kaingang* como um elemento de socialização e percepção do mundo. Em conformidade com essa ideia, Almeida (2015) enfatiza que a organização ecológica dos ameríndios está associada às suas formas de organização social. Os *Kaingang* apresentam fortes vínculos entre suas práticas cotidianas de organização ecológica e social, pautadas numa elaboração cultural oriunda dessa relação no tempo-espaço, por conseguinte, cada povo apresenta uma organização ecológica e social particular com variação e intensidade próprias, de acordo com seu espaço de circulação no bioma de intervenção e interação.

Sobre os portadores da tradição Itararé-Taquara, Becker (1999) descreve que são considerados os antepassados dos *Kaingang*, que tinham como seu habitat preferencial os terrenos altos, compostos com vegetação de campos de matas mistas com pinheiros. Nesse ambiente, os nativos desenvolviam suas práticas sociais e mitológicas.

Segundo Laroque e Silva (2013) para o *Kaingang* a terra é o elemento primordial, entendido como a mãe de todos os elementos da natureza, pois a terra os fez nascer, isso porque, conforme seu mito de origem, os primeiros *Kaingang* saíram da terra e para a terra retornaram. Sendo assim, colocam-se como responsáveis também pelos outros seres do universo, devendo viver em harmonia com o ambiente onde estão inseridos. Em suma, o bem estar do *Kaingang* está diretamente associado com o bom funcionamento da fauna e flora que os rodeiam. Ainda relacionado às origens, destaca Curt Nimuendajú apud Almeida (2015, p.152):

[...] o mito de origem *Kaingang* remete aos dois irmãos *Kañerú* e *Kamé* que povoaram a terra com seus descendentes e fizeram todas as plantas e animais. Portanto, a explicação mitológica de origem do homem *Kaingang*, ancorada nas metades (dualismo), serve também para denominar o mundo natural e sobrenatural: “[...] Como foram estes dois irmãos que fizeram todas as plantas e animais, e que povoaram a terra com os seus descendentes, não há nada neste mundo fora da terra, dos céus, da água e do fogo, que não pertença ou ao clã *Kañerú* ou o de *Kamé*. [...]”

Percebe-se que essas metades exogâmicas se estenderam para outros seres da natureza. Haverroth (1997, p.84) destaca que “os motivos pintados no rosto das pessoas durante o ritual do *Kiki* não marcam apenas a metade ou seção a que pertence determinada pessoa, mas estende essa dualidade aos objetos da natureza, como as plantas e os animais. ”

Almeida (2015) descreve que o espaço *Kaingang* compreende o *domus* ampliado que se pauta na mobilidade bem como se expressa na noção de *homo situs*, dessa forma, o *Kaingang* espacializa-se do lócus central e doméstico de sociabilidade ao periférico dos lugares onde residem outros seres humanos e não humanos. Baldus (1937, p. 29) destaca que os *Kaingang* afirmavam que “antigamente, o seu pouso principal era o lugar em que hoje está a cidade de Palmas. E afirmou-se que, quando, há cem anos mais ou menos, Palmas foi fundada, os fundadores exterminaram uma das hordas *Kaingang*, destinando às outras as terras que ainda hoje possuem”.

O importante papel que a natureza desempenhava diante das ações cotidianas dos *Kaingang* pode ser descrito na fala de Mabilde (1983) *apud* Tommasino (1995), que destaca o papel fundamental dos rios na organização social dos nativos. Como eram considerados péssimos nadadores e não eram navegadores, os grandes rios serviam de obstáculos naturais e sociais, tornando-se limites entre os territórios de grupos rivais.

3.2 FESTAS E RITUAIS

O tempo *Kaingang* está relacionado com sua organização social, sendo um dos momentos mais marcantes e importantes na sociedade se relaciona à realização da festa do *Kiki* ou *Kikikoi* ou seja, a festa dos mortos (ALMEIDA, 2015). Segundo Nimuendajú (1993), geralmente esta festa era realizada uma vez por ano, logo no momento em que o milho produzido na roça já estava no ponto para fazer a bebida *Kiki*. Ainda em relação ao ritual do *Kikikoi*, Fernandes (1998) comenta que durante o cerimonial dispensado aos mortos, percebe-se de forma clara a separação dos *Kaingang* em duas metades que se complementam, ou seja, as metades *Kaimé* e *Kairu*, consideradas as formadoras originais da sociedade, transformadas em reguladoras das atividades religiosas e que envolvem diferentes aspectos da cultura. Cada metade é representada com pintura facial correspondente ao grupo formador da sociedade *Kaingang* pertencente à sua origem. O ritual tem como objetivo garantir

a complementaridade das metades, a integração das comunidades, o controle do território e recursos naturais, além de garantir a purificação e separação do mundo dos vivos e mortos. Baldus (1937) descreve que o culto aos mortos era a expressão mais forte da cultura espiritual *Kaingang*, já que o poder sobrenatural dos mortos se tornou para os indígenas um acontecimento místico. O morto é considerado um poder porque enquanto vivo constituía uma parte do poder da comunidade. O ritual serve para romper o laço que ainda une o morto à comunidade. Ainda, segundo o autor, entre meados de abril a junho, período da maturação do pinhão, realizam uma dança com o objetivo de que o morto vá embora, sendo o culto aos mortos a maior expressão da cultura espiritual *Kaingang*.

Sobre a divisão estabelecida entre os indígenas Fernandes (1998) destaca que aos grupos distintos ou a cada metade cabem uma série de responsabilidades, que incluem desde o pronunciamento de rezas até a ocupação de lugares distintos no espaço durante a realização do ritual. Também se percebe que a complementação entre as metades se expressa na responsabilidade que os membros de uma metade têm em relação aos mortos da outra metade, ou seja, os *Kaimé* rezam para os mortos *Kairu*, assim como os *Kairu* rezam para os mortos *Kaimé*, culminando com a fusão das metades e a realização de uma grande dança, que é considerada o momento máximo da representação entre as partes. Durante a realização do ritual, os *Kaingang* evidenciam suas relações com a natureza e com o domínio do território. Um exemplo a ser destacado conforme Fernandes (1998) se refere à produção de uma bebida que dá o nome ao ritual – o *Kiki*. derrubam uma araucária que servia de cocho onde era preparada uma mistura de água e mel. Pinheiro (2013) destaca que após um acordo com os parentes do morto é marcada a data para a realização do ritual, que inicia com a escolha de um pinheiro para ser derrubado e transformado em cocho onde a bebida era produzida. Além disso, os instrumentos musicais utilizados durante o ritual são compostos de elementos natureza, assim como as danças que são realizadas com dançarinos segurando galhos de xaxim e outras espécies nativas, sendo as coreografias inspiradas nos movimentos dos animais, demonstrando que vários elementos da natureza estão incorporados nessa celebração.

Referente ao importante papel das matas para os indígenas Lappe e Laroque (2015) destacam que ela possibilita a sustentabilidade desse grupo, além de estar associada aos diversos significados que norteiam sua sociedade fazendo-se presente nos rituais sagrados, como é o caso do enterro dos recém-nascidos e a Festa do *Kikikói*.

No início do século XX, esse ritual foi substituído por rezas em português, sendo que os *Kaingang* de Palmas acabaram deixando de encenar a divisão social das duas metades e perdendo o motivo central de sua religiosidade. O abandono do *Kiki* coincide com os primeiros anos da presença

do Posto Indígena na comunidade de Palmas, sendo substituída pela celebração do dia do índio (FERNANDES, 1998).

3.3 PLANTIO

No plantio, utilizavam técnicas comuns. Fernandes (1941) explica que a prática era realizada com o auxílio do fogo, por meio de queimadas em áreas com vegetação pouco densa. Essa prática passou a receber o apoio de pequenas ferramentas como machados e facões, incrementando ainda mais a ação do fogo. Ainda cabe destacar que por conta das técnicas de produção, associada a limitação territorial imposta pelo projeto colonizador, a quantidade de alimentos produzido mal dava para abastecer a comunidade ao longo do ano no Toldo das Lontras na região de Palmas. Ambrosetti (2006) comenta que a atividade agrícola era suficiente apenas para abastecê-los com milho, algumas abóboras e um pouco de feijão. De acordo com Fernandes (1941), eram as mulheres as responsáveis pelo desenvolvimento das práticas agrícolas, que iniciavam muito cedo, enquanto o sol não estava muito forte, pois quando o calor aumentava, abandonavam o trabalho para tomar banho nos rios. O autor ainda aponta que plantavam em pequena quantidade a mandioca, que geralmente era utilizada para fazer farinha, prática que foi abandonada já que prefeririam comprar a farinha pronta. Entre os gêneros cultivados, destacava-se o milho, que era consumido geralmente antes da maturação.

Baldus (1937) descreve que o cultivo do milho era uma prática desenvolvida desde o tempo dos antepassados *Kaingang*, quando encontraram o milho nas moelas das aves, porém não sabiam explicar quem os ensinou a plantar. Posteriormente, segundo Baldus (1937), passaram a cultivar o feijão por incentivo da Comissão de Proteção aos Índios. Ainda em relação às técnicas agrícolas desenvolvidas pelos *Kaingang*, pode-se destacar:

Para fazerem suas roças, escolhem mattas pouco frondosas, quebram com cacetes os mattos miúdos, depois de secco este, põem-lhes fogo e está prompta a roça. As mulheres são as que fazem as plantações; servem-se para este fim, de cavadeiras de pao, para fazer as covas, onde depositam a semente, depois de passala pela boca, para humidecela (BORBA, 1908, p. 16).

Baldus (1937) descreve que os *Kaingang* de Palmas colhiam alguns frutos silvestres como o pinhão, o butiá, a guabiroba, algumas outras árvores e arbustos como as folhas da urtiga, o coração do butiá e o caraguatá, os brotos da samambaia preta e o urupê, uma espécie de cogumelo de pau.

3.4 ALIMENTAÇÃO TÍPICA OU TRADICIONAL

Becker (1999) aponta que a dieta alimentar dos *Kaingang* era composta de carne de animais domesticados e complementada com a caça, pesca e coleta de frutos silvestres, além do mel. Segundo Ambrosetti, (2006) eles eram loucos por mel, das numerosas abelhas que povoam as matas, entre elas

mirins, manduri, tubuna, entre outras. Apenas o mel produzido pela espécie irati requeria certo cuidado, pois produzia a paralisia do corpo de quem o tomava. Caso isso ocorresse, bastava tomar o próprio mel aquecido, que servia como antídoto. Fernandes (1941) relata que os *Kaingang* possuíam uma grande habilidade para localizar as abelheiras nos mais altos galhos da mata, sendo surpreendente o modo como localizavam as colmeias. Ainda segundo o autor, assim como os pinhais, as colmeias tinham grande importância para os indígenas como forma de definição de seus territórios, já que geralmente buscavam áreas de fartura de mel para construir suas casas. Ao identificar uma árvore onde existisse uma colmeia, caso não conseguissem subir, derrubavam o tronco para facilitar o acesso ao mel.

A caça sempre foi atividade importante na subsistência desse povo. Para conservar a carne da caça, os indígenas desidratam-na colocando grande quantidade de sal. Copé (2015) descreve que de acordo com a variedade das paisagens, na fauna local ainda podem ser encontrados roedores, felinos, cão selvagem, quatis, lontras, tapir, veados, pecari, símios, tatus, tamanduá, preguiça, morcegos, rãs, aves, insetos, peixes e moluscos.

[...] à medida que avança no sertão, o número de animais e espécies cresce, na categoria de felinos reconheceram o tigre negro, espécie que acusa ser raríssima, ainda a onça pintada canguçu, a onça de malhas grandes, a onça suçuarana vermelha de cara rajada, a parda e a jaguatirica, além dos gatos do mato preto e pintado ou mourisco (ALMEIDA, 2015 p. 125).

Cabe destacar que, muitos dos animais mencionados compunham a cadeia alimentar dos nativos, já que com a preservação da flora, a fauna também se fazia abundante. Borba (1908) destaca que entre as caças que eram mais apreciadas pelos *Kaingang*, destacavam-se a anta, o macaco, bugio, porco do mato e quati. Fernandes (1941), descreve que os *Kaingang* não apreciavam muito as carnes de cotia, paca e veado, por considerarem-nas muito secas e duras. Já Ambrosetti (2006) aponta que estas últimas, chamadas de *ko kamé*, não eram apreciadas porque tinham medo de comer, pois acreditavam que a carne lhes fazia mal. Sobre a questão da fauna presente nessa floresta, Peres (2009, p. 83-84) destaca:

A fauna associada à Mata de Araucárias é tão diversificada quanto às espécies vegetais também associadas. Só entre aves são mais de 250 espécies. Nos meses frios, quando amadurecem os pinhões, a fartura de alimento dá início a uma intensa cadeia alimentar. Mamíferos como os macacos-prego e bugios e também as aves como as gralhas alcançam as copas das árvores, debulhando e derrubando as pinhas. Embaixo, outros bichos aproveitam as pinhas para se alimentarem. Por fim, os restos são aproveitados por insetos, como formigas, moscas e lesmas. Outros animais que circulam na região, não só, mas principalmente na época do amadurecimento das pinhas, é a anta, [...] o ouriço, a paca e a cutia. A quantidade de animais disponíveis na região por conta principalmente do amadurecimento dos pinhões facilita as investidas de caça. Os animais também são importantes na manutenção da biodiversidade e pelo menos dois podem ser citados como dispersores da araucária. Assim como a gralha-azul, que virou símbolo da Mata de

Araucárias, alguns morcegos também se caracterizam por serem dispersores da araucária, pois carregando as sementes de um lado para outro estas muitas vezes caem, dando origem a novas plantas.

Depois que se alimentavam, Borba (1908) descreve que limpavam as mãos nos cabelos e iam lavar o corpo nos rios. Esse ritual se repetia cada vez que se alimentavam. Também gostavam de caçar as onças existentes na região, animais estes que lhes causavam grande temor. Por apresentarem um caráter belicoso, os *Kaingang* simpatizam com os animais carnívoros, aves de rapina e peixes vorazes. Por este motivo simpatizam muito com o jaguar, que conforme aponta o etnólogo Nimuendajú (1993), parece ser um parente ou um amigo, se bem que às vezes parece ser um amigo bem mau, que precisa ser combatido. Essa relação se evidencia quando os nativos pintam o corpo de amarelado e durante os assaltos soltam gritos parecidos com os deste animal.

Borba (1908) destaca que os nativos possuem uma extraordinária sensibilidade visual e olfativa, que os favorece no momento de perseguir a caça pelo mato. O seu olfato, permite distinguir a aproximação de cobras e outros animais. Sobre este tema, Ambrosetti (2006) comenta que os sentidos dos indígenas eram tão desenvolvidos que chegavam a perseguir até uma pequena abelha que voava sem produzir ruído levando-lhes até a tão desejada colmeia escondida dentro do oco de uma velha árvore.

Para auxiliar na caçada, utilizavam os cães, Fernandes (1941) observa que geralmente aparentavam ser muito magros e famintos. Os nativos não davam carne e nem os ossos da caça para os cães, apenas o sangue da presa abatida, pois acreditavam que se o animal se alimentasse com os ossos e a carne da caça poderia se tornar preguiçoso (FERNANDES, 1941). Ambrosetti (2006) destaca que os cães duravam pouco tempo entre os indígenas, já que não eram alimentados adequadamente por eles.

Podemos perceber que a estratégia de os manter magros e famintos servia para estimulá-los no período da caça, assim realizariam a caçada com maior eficiência. Sobre este tema, Almeida (2015) relata que para treinar o faro dos cães, os *Kaingang* expunham os mesmos à fumaça da pele queimada do animal que desejavam. Já Ambrosetti (2006) descreve que o tratamento com o couro queimado dos animais servia para que o cão rastreasse apenas um tipo de caça, ou seja, o cão que caça antas não serve para caçar tatetos. Esse tratamento com os animais não significava que os indígenas não tivessem carinho pelos mesmos. Muito pelo contrário, Fernandes (1941), destaca que as mulheres *Kaingang*, quando estavam amamentando e possuíam leite em abundância, também amamentavam os pequenos cães. “O caçador para não espantar os animais e obter sucesso, costumava passar terra e mato em seu corpo para disfarçar seu cheiro, pois os elementos da natureza possuem cheiros específicos, e o homem também” (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2011, p.17).

Os cães vieram a integrar a vida doméstica *Kaingang* assim como outros animais, como papagaios, quatis, macacos, saracuras (ALMEIDA, 2015). Apresentavam grande afeto pelos animais domésticos, dando-lhes comida e água adoçada com mel para beber circulando com tais animais pendurados no pescoço, ombro ou na cabeça dos donos (ALMEIDA, 2015, p. 164).

Durante as caçadas, Borba (1908) descreve que os grupos se reuniam entre dez a vinte indivíduos, acompanhados de cães famintos, que perseguiram, alcançavam e matavam a presa. Quando a caça era muito grande, como a anta, por exemplo, eram retiradas as entranhas, dando o sangue aos cães. A caça permanecia dentro da água até o outro dia. Depois era levada para seus ranchos onde faziam fogo dentro de uma cova, forravam com folhas de palmeira, colocavam a carne cobrindo novamente com folhas de palmeira e terra, deixando-a assar até o dia seguinte. Ainda de acordo com Borba (1908), a caça de pequeno porte era assada diretamente sobre as brasas ou muitas vezes cozida. Os pequenos pássaros eram capturados utilizando um laço na ponta de pequenas varas, laçando-os pelo pescoço. Sobre a busca por alimentos ainda cabe destacar:

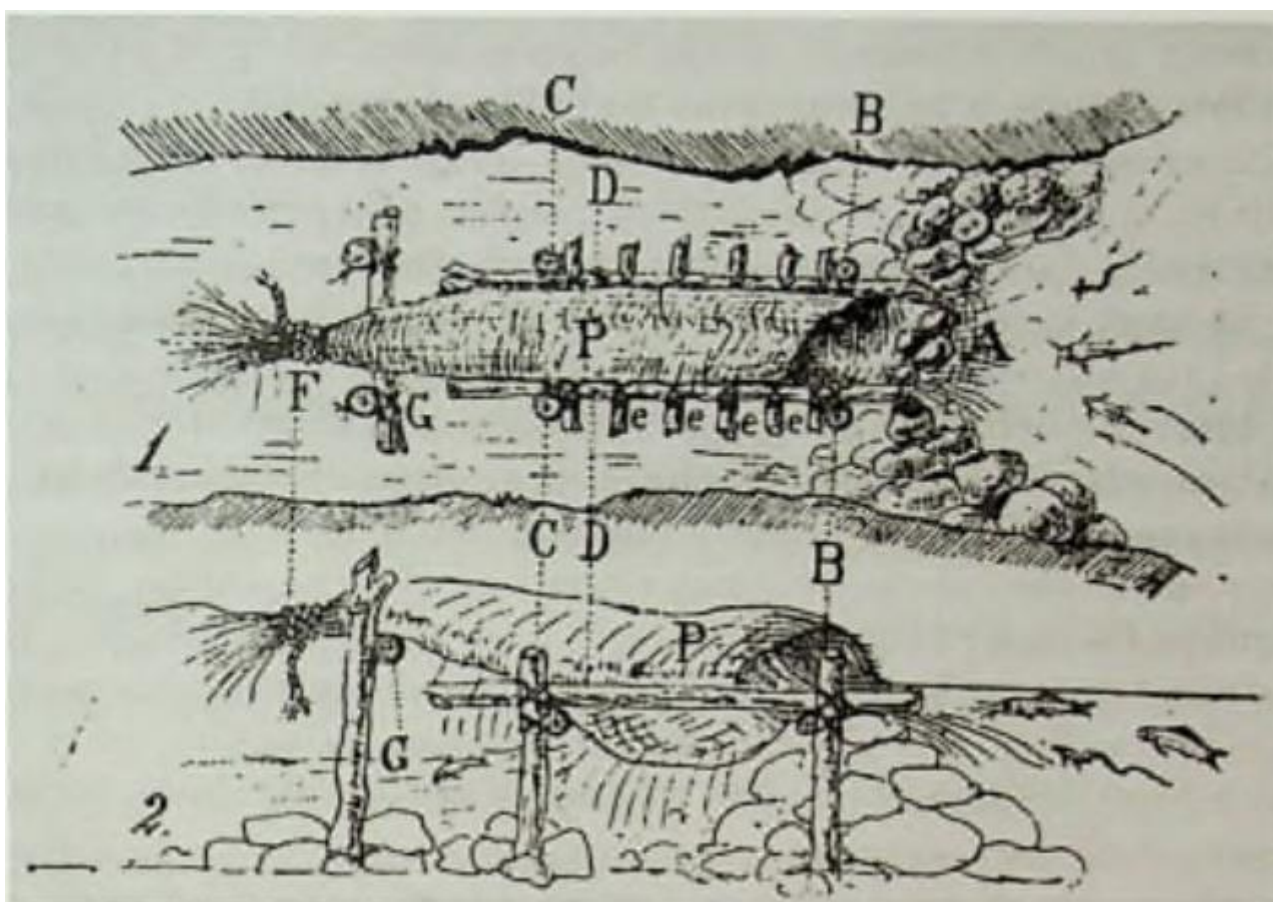
Para a cata de frutas e para a caça, cada família vai em comum e separada das outras. Dizem que todos os homens são bons flecheiros e capazes de flechar um boi à distância de 50 mts. e que, quando atiram a flecha ao ar, ela vai tão alto que se torna invisível. No "Toldo das Lontras", não se fabricavam mais arcos, ao tempo da minha visita. A vara do arco tem nas extremidades incisões para segurar a corda, feita de fibras do pedúnculo da folha dum coqueiro. As flechas farpadas servem para a caça de veados, mamíferos menores e peixes; as maiores, cujas pontas são lisas e mais pesadas, destinam-se a onças e antas; outras flechas que, em vez da ponta, possuem uma espécie de castão de madeira, servem para a caça de macacos e aves. Costumam caçar em qualquer época do ano. A carne de montaria é geralmente assada. Assar e cozer são trabalhos da mulher (BALDUS, 1937, p. 36).

A caça é uma atividade muito desgastante, pois precisavam percorrer longas distâncias e nem sempre conseguiam voltar no mesmo dia, obrigando-os a passar a noite ao lado da presa, informação esta apresentada por Ambrosetti (2006). Ainda, segundo o autor, o arco e a flecha eram as principais armas utilizadas durante as caçadas, porém em alguns casos quando encontravam catetos, espécie de porcos selvagens, os nativos perseguiram-nos até que estes se escondessem em troncos de árvores ocos, onde era usada a fumaça para asfixiar o animal e completar a captura. Tommasino (2004) descreve que os *Kaingang* têm a capacidade de observar desde as pegadas e fezes deixadas pelos animais que estiveram na trilha e identificar a espécie, até indicar a quantidade e o tempo quando passaram por ali.

Os peixes que consumiam eram apanhados no pari (Figura 8), espécie de armadilha em formato de cesto feita de taquara, as quais eram colocadas nos cursos de água para que se enchessem da pesca. Ambrosetti (2006) afirma que para a preparação da armadilha era necessária a construção de um dique, dentro do curso da água, capaz de suportar a força da correnteza e fixado parcialmente

submerso fazia com que os peixes que seguiam a corrente de água fossem direcionados para o seu interior, ficando presos na armadilha. Sua fixação acontecia por meio de estacas de madeira fixadas no fundo do rio (A/C), unidas por meio de um tronco amarrado fortemente com ligas de cipó (D-D). Após a colocação do cesto, a parte posterior permanecia levantada, preferencialmente fora da água (G), permitindo que a água passasse pelo cesto escapando pelas aberturas das malhas do tecido.

Figura 8. Armadilha de pesca *Kaingang* – Pari



Fonte: Ambrosetti (2006, p. 67).

Após a captura, as armadilhas eram esvaziadas e os peixes poderiam ser consumidos imediatamente ou até mesmo conservados durante algum tempo.

Os *Kaingang* conhecem também o modo de defumar o peixe, que pescam com os paris, e que conservam por longo tempo. Antes de tudo destripam os peixes, após os terem descarnado bem; então, um por um, são atados com três tiras de taquaras verdes, uma que passa pela boca até o meio da cauda em sentido longitudinal ao eixo do corpo, e outras duas transversais a este, que o cingem em dois pontos distintos, cujo objetivo é impedir que se desfaçam. Em seguida, os colocam uns ao lado dos outros sobre uns jiraus que constroem com ramos, de 1,10 a 1,50 m. de altura, onde os assam a fogo vivo, virando-os para que o cozimento se faça de uma maneira uniforme. Uma vez terminadas essas operações, tomam os peixes assados e

os levam a seus grandes ranchos, colocando-os em uma espécie de armação sobre a fogueira, para que recebam a fumaça. Desse modo, me disse Maidana, conservavam-se por muito tempo, tendo ele comido alguns preparados havia mais de um ano (AMBROSETTI, 2006 p. 48).

Fernandes (1941) descreve que os hábitos alimentares dos *Kaingang* de Palmas, passaram a sofrer alterações em razão do cultivo de subsistência, sendo que a coleta dos produtos naturais não representava uma contribuição tão importante em sua dieta. Apenas o pinhão continua sendo um dos alimentos fortes no Toldo da Lontras em Palmas. Na época da colheita, percorriam os pinhais buscando aqueles pinhões caídos ou derrubavam as pinhas que ainda não tinham atingido a maturação, utilizando a serigoia espécie de cinto feito de taquara ou embiras, que era passado ao redor do tronco da araucária e na cintura do nativo para facilitar a escalada em busca das pinhas (Figura 9). Ambrosetti (2006) aponta que ao subir no pinheiro, o *Kaingang* levava seu machado de pedra ou de ferro para fazer pequenos degraus no tronco, com o objetivo de apoiar os pés enquanto o corpo era sustentado pela serigoia. Porém, Fernandes (1941) relata que os indígenas de Palmas não levavam estas ferramentas para fazer o entalhe nos troncos e que quando eram muito grossos, faziam peias com cipó para oferecer maior segurança e firmeza nos pés. Em pouco tempo derrubavam grandes pinhas, sendo que as mulheres e crianças se encarregavam de recolhê-las. Além disso, Peres (2009) descreve um depoimento de Mabilde, no qual destaca que as mulheres carregavam cestos nas costas cheios de pinhas até um lugar que pudessem conservar aquelas frutas para consumi-las fora de época. Ambrosetti (2006) afirma que os *Kaingang* faziam uma espécie de pasta, obtida depois de deixar os pinhões de molho na água durante certo tempo e, depois, socá-los num pilão. Segundo o autor, os *Kaingang* afirmavam que esse modo de preparo não evitava a indigestão ao consumi-los. Almeida (2015) descreve que o pinhão, é considerado uma das bases alimentares do povo, ademais a madeira do pinheiro foi muito utilizada em vários períodos da história, bem como na elaboração de bebidas fundamentais no contexto das práticas ritualísticas. Sobre a exploração da madeira de araucária, pode-se destacar que:

Essas explorações iniciais da madeira de araucária, de imediato proporcionaram o deslocamento dos indígenas de algumas áreas que ocupavam ou que utilizavam durante a coleta do pinhão. Também proporcionaram um contato maior entre indígenas, caboclos e colonos. A caça começou a ser dificultada para os indígenas, pois caboclos e colonos também caçavam. Além de aumentar a concorrência, a disputa por alimento era desigual, isso porque dispunham de armas de fogo (PERES, 2009, p. 84).

Figura 9: Indígena *Kaingang* subindo na araucária com o auxílio da serigoia



Fonte: Fernandes (1941, p. 214)

Outro alimento tipicamente consumido pelos *Kaingang* da região de Palmas eram os frutos da palmeira do Jerivá (Figura 10). Segundo Fernandes (1941), os frutos eram consumidos crus e inteiros ou eram socados em um pilão, até que a polpa fosse bem esmagada. Após esse processo, era adicionada a água e o líquido era deixado alguns dias para fermentar, dando origem a uma bebida muito apreciada pelos nativos. Os caroços do jerivá eram guardados e, depois de secos, era retirada a castanha do seu interior, sendo muito apreciada entre os indígenas. De acordo com Ambrosetti (2006), os nativos comiam também os miolos da palmeira, que eram cortados em pequenos pedaços, levados ao pilão e socados. Depois, o produto era colocado numa panela para secar, resultando em um pó branco semelhante a farinha de mandioca, rico em amido e naturalmente próprio para alimentação. Cabe destacar ainda que os *Kaingang* costumavam apreciar larvas, conhecidas como coró que se desenvolviam nos troncos apodrecidos das palmeiras ou das araucárias, que eram consumidas assadas em meio às cinzas (FERNANDES 1941). O autor também destaca que os indígenas consumiam as

lagartas do bicho da taquara, pois encontrou diversas taquaras fendidas ao meio para a retirada da larva.

Figura 10: Palmeira Jerivá



Fonte: Giacon (2019).

Também faz parte da dieta alimentar dos *Kaingang* a mandioca, tanto cozida quanto a farinha, que segundo Becker (1999) é consumida como complemento de outros alimentos ou simplesmente com mel. Segundo a autora, era comum entre os *Kaingang* adquirir a farinha já manufaturada, como foi explicado anteriormente.

As bebidas alcoólicas sempre fizeram parte do cotidiano dos nativos. Ambrosetti (2006) destaca que os *Kaingang* são grandes apreciadores de bebidas alcoólicas, e preparam vários tipos de diferentes delas, como o *Kiki*, o *góio fá* e o *góio kupri*, as quais costumam consumir tanto em festas quanto no cotidiano. Borba (1908) destacava que a bebida chamada de *góio fá* era fermentada e tinha como principal matéria prima o milho, que depois era socado e depositado em grandes quantidades de água morna e deixado perto do fogo até atingir a fermentação. Já o *Kiki*, era produzido praticamente da mesa forma, porém acrescenta-se o mel. O *góio kupri*, conforme descrito por Ambrosetti (2006), também chamado de água branca, era produzido com o milho e colocado junto às brasas em cestos, para que ficassem ligeiramente assados, depois eram socados no pilão e colocados na panela de barro com água. No dia seguinte, era realizada a moqueada, que consistia na mastigação do milho retirado das panelas para que a fermentação ocorresse mais rapidamente. Depois

da mastigação, o milho era devolvido na panela. Cabe destacar que muitas das plantas que eram consumidas como alimentos também possuíam propriedades medicinais, sendo utilizadas constantemente pelos indígenas buscando algum benefício para o corpo.

3.5 MEDICAMENTOS NATURAIS

O grande conhecimento dos *Kaingang* sobre as plantas da região permitia que algumas delas fossem utilizadas com fins medicinais. Ambrosetti (2006) destaca que os *Kaingang* poucas vezes ficavam doentes e quando de medicamentos geralmente a causa era motivada por acidentes durante a caça. Quando sofrem uma fratura, enrolam fibras da casca do iguapoí ou figueira do mato. No caso de feridas curam com líquen ou barba de pau. Borba (1908, p. 13) afirma que quando os nativos adoecem utilizam ervas de seu conhecimento, como o caso da embira, utilizada para alguma dor local, sendo que apertam envolvendo a região dolorida com o medicamento. O tratamento era feito sempre perto de uma grande fogueira onde mantinham o doente.

Fernandes (1941) aponta que no Toldo das Lontras existem homens com grande conhecimento sobre os remédios do mato, que lhes foram revelados pelos antepassados. Porém esse conhecimento não é compartilhado com todos, apenas para seus descendentes, ensinando-os a distinguir as plantas com propriedades medicinais. Ainda de acordo com Fernandes (1941), os *Kaingang* realizam atos cirúrgicos de emergência, como a incisão de abscessos praticada com dentes de animais, escarificações, ou seja, uma técnica de produzir cicatrizes no corpo com objetos cortantes, além de sangrias. É oportuno destacar que o contato do indígena com o branco trouxe muitas doenças para o *Kaingang* de Palmas, como a gripe, a varíola e o sarampo.

Sobre este tema, Baldus (1937) relata que o clima e a água do território de Palmas são tão bons que nem as doenças aparecem, havendo poucos mosquitos, o que conseqüentemente os afasta das doenças provocadas por eles. Porém, destaca que no ano de 1918 uma epidemia de gripe, que assolou o mundo e foi disseminada na região pelos movimentos imigratórios fez de vários nativos suas vítimas⁷. Baldus (1937) relata que, pouco antes de sua chegada no Toldo das Lontras, a comunidade havia sido assolada por uma grande onda de disenteria de forma epidêmica, que atingiu toda a região, provocando a morte principalmente de crianças. Outro fator que chamou a atenção de

⁷ A pandemia de Gripe ou Influenza Espanhola de 1918 foi uma das enfermidades infecciosas mais devastadoras de que se tem notícia, sendo considerada o maior flagelo sanitário da história moderna. Estima-se que a doença afetou quase um terço da população mundial, que era de menos de 2 bilhões de pessoas, e vitimou por volta de 2,5% dos indivíduos acometidos. Em termos numéricos, cerca de 500 milhões de pessoas foram infectadas e em torno de 40 a 100 milhões foram a óbito, números muito superiores aos observados na Primeira Grande Guerra, que oscilaram entre 10 a 20 milhões de mortes. No Brasil, a pandemia chegou em 14 de setembro de 1918, espalhando-se rapidamente pelos grandes centros urbanos, apesar de todo o país ter sido acometido. Disponível em <<http://www.rbac.org.br/artigos/memoria-medica-gripe-espanhola-de-1918/>>

Baldus, foi a presença de uma inflamação ocular bastante contagiosa nos nativos. Também chamou atenção do etnólogo a grande presença de índios albinos no Toldo das Lontras, acontecimento recorrente apenas nas índias (Figura 11). Fernandes (1941), durante sua passagem pela TI de Palmas registrou uma imagem de uma pequena indígena albina conforme foi descrito por Baldus.

Figura 11: Menina *Kaingang* albina iniciando os trabalhos com a fibra de taquara



Fonte: Fernandes (1941, p. 215)

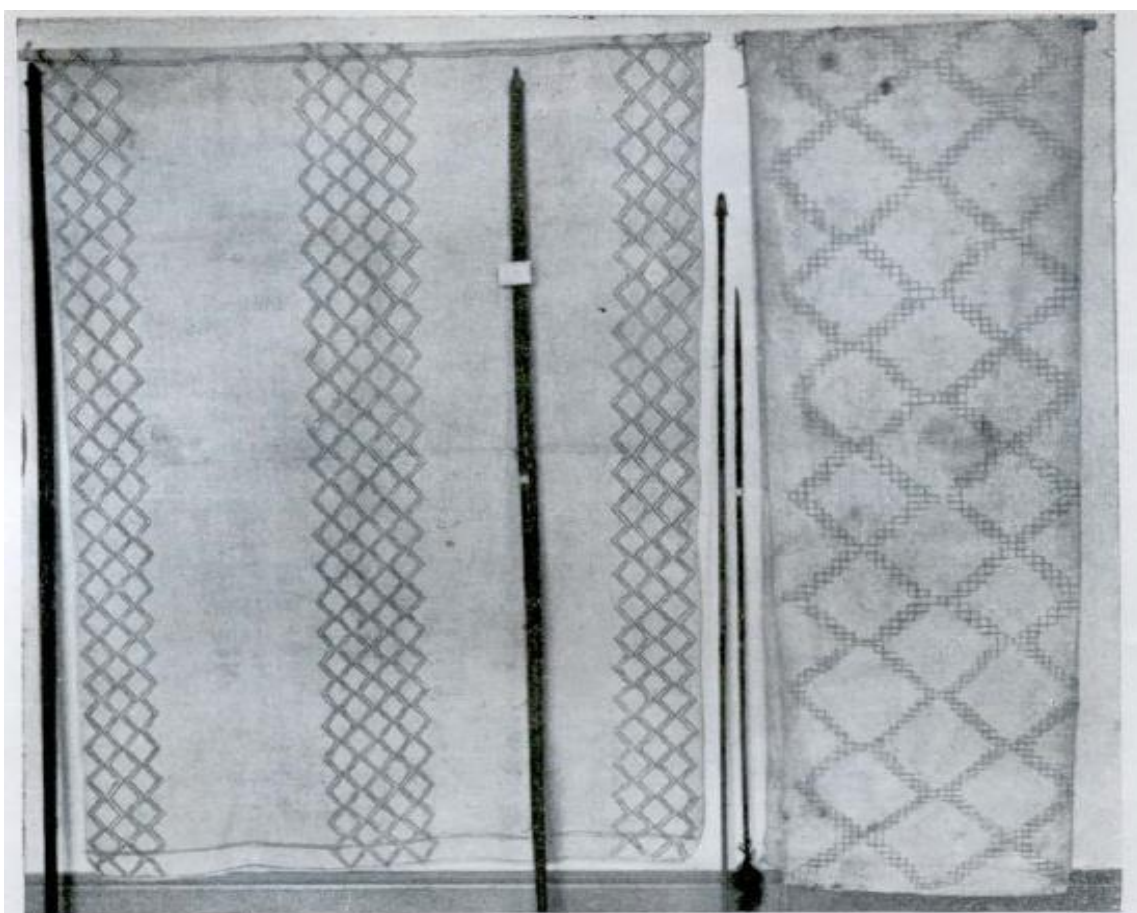
3.6 FORMAS DE HABITAR

Os *Kaingang* viviam em moradias isoladas ou organizadas em conjuntos. Fernandes (1941) destaca que na região de Palmas, no início do século XX, o Governo do Estado construiu algumas habitações, próximas umas das outras e em torno de uma praça central. Já Becker (1999) relata que as informações são muito limitadas, tendo apenas o registro de alguns alojamentos, formados por 13 ranchos próximos a uma grande roça de milho, capaz de acomodar aproximadamente 150 pessoas. Ainda de acordo com Becker (1999), a estrutura das moradias da região de Palmas seriam mais ou menos num formato circular, em taboão, sem qualquer revestimento. Posteriormente, essas moradias serviam para os componentes das expedições que ali seguiam, os quais as revestiam de barro,

formando as casas barreadas. Os indígenas mais velhos, afirmavam que as antigas moradias eram ranchos cuja cobertura e paredes eram de palmeira Jerivá (BECKER, 1999).

Esses ranchos, descritos por Fernandes (1941), eram construídos sem nenhuma divisão interna, com um espaço reservado para a fogueira, que ficava acesa durante o dia e a noite. Além das várias utilidades domésticas, a fogueira servia como fonte de luz no interior das casas. A preocupação com a conservação do fogo, chegava ao ponto de realizarem o transporte das brasas durante a viagem, levados em um cilindro de taquara revestido de argila. Quando dormiam, deitavam com os pés direcionados para o fogo, usando uma casca de árvore como leito. Na cabeceira desse leito acomodavam objetos de uso individual, como balaios, adornos e curús, espécie de manto confeccionado com a fibra de urtiga (Figura 12).

Figura 12: Curú *Kaingang*



Fonte: Fernandes (1941, p. 212).

Sobre as moradias, Borba (1908) descreve que os *Kaingang* construíram grandes ranchos, de 25 a 30 metros, em locais em que encontram caça e mel em abundância. Também descreve que não tinham o hábito de varrer seus ranchos. Quando ficavam muito sujos e cheios de pulga, queimavam

tudo e construía outro. Ambrosetti (2006), relata que os ranchos *Kaingang* apresentavam o seu interior coberto com folhas de palmeira e suas portas eram muito baixas e estreitas, precisando abaixar-se para entrar nas casas. Nas paredes, no interior das casas, ficavam pendurados vários objetos, entre eles cestos, cuias, arco e flechas. Fernandes (1941) destaca que os ranchos deixaram de ser construídos como os primeiros, pois as paredes laterais que antes eram de folhas de palmeira foram substituídas por troncos de palmáceas divididos ao meio, por serem mais resistentes (Figura 13).

Figura 13: Rancho ou choupana dos *Kaingang*



Fonte: Fernandes (1941, p. 211)

Fernandes (1941) explica que paralelo a esses ranchos existiam outras habitações na TI de Palmas que apresentavam uma base retangular, com quatro paredes distintas e o telhado feito com tabuinhas (Figura 14). Estas casas tinham assoalho de madeira que não era muito apreciado pelos indígenas, que muitas vezes arrancavam-nos substituindo pelo chão de terra batida. Já Baldus (1937) descreve as moradias do Toldo das Lontras como simples casinhas de tábuas agrupadas ao redor de uma praça retangular, onde de um lado se apresenta uma cabana maior, a igreja. Todos foram

construídos pelo Serviço de Proteção aos Índios, porém os velhos *Kaingang* conservam algo da cultura dos antepassados.

Figura 14: Casa de madeira de pinho coberta de tabuinhas – Toldo das Lontras Palmas



Fonte: Fernandes (1941, p. 210).

A partir do momento em que o processo de ocupação por parte de frentes colonizadoras passam a ocupar as terras na região de Palmas, entre o século XIX e início do século XX, a relação dos *Kaingang* com o meio ambiente passa a sofrer alterações significativas. Becker (1999), destaca que o processo de conquista dos Campos de Palmas, provocou várias mudanças no cotidiano dos nativos, pois com a implantação de postos ou aldeamentos, os índios mais arredios foram se embrenhando nas matas para fugir do processo de dominação, além de intensificar o conflito com os nativos considerados colaboracionistas ao processo de ocupação. Deve-se enfatizar também que Fernandes (1941) aponta que os *Kaingang* da região de Palmas ainda construíam abrigos temporários nas suas expedições de caça ou em viagens longas, assim como seus antepassados.

Becker (1999), ao comentar o relatório do presidente da Província do Paraná, enfatiza que o único aldeamento que se encontrava em situação parcial de regularidade nos anos de 1857 e 1865 era o de Palmas, mesmo sem um projeto que pudesse contribuir para atingir a prosperidade dos nativos. De acordo com o relatório, os índios viviam em plena ociosidade, abandonando-a apenas para o enfrentamento dos nativos arredios, não ficando claro na época se os mesmos representavam uma defesa ou um perigo para a nascente povoação de Palmas. Percebe-se que, mesmo os indígenas colaborando com o processo colonizatório, existia muito receio por parte do governo, no que se referia a possibilidade de que pudessem se revoltar e com isso interferir no projeto de ocupação do território.

Stockmann (2001) destaca que nos relatórios provinciais do Paraná de 1875 foram observadas várias estratégias de atração objetivando integrar os indígenas ao novo projeto de colonização. Segundo o autor, se o método correto fosse utilizado, poderia ser demonstrado aos indígenas que a natureza lhes oferecia recursos que poderiam ser transformados em riquezas, o que integraria permanentemente o indígena a sociedade nacional. Quando esses nativos não eram atraídos pelo processo colonizador, eram empurrados pela força da colonização para outras regiões. Cabe destacar que os nativos eram absorvidos pela economia como mão de obra barata ou até mesmo escrava, enquanto os colonizadores se apropriavam de seus territórios.

Na prática de *atração*, os indígenas eram deslocados da área que habitavam para outra, próxima a um posto do SPI. A área esvaziada era liberada para a ocupação e exploração de atividades como agropecuária, extração de madeira, minérios, etc. Assim, diversas culturas indígenas eram reunidas em grupos, algumas vezes até inimigos. Embora, as expedições de *pacificação* e *atração* tenham sido exaltadas como feitos heróicos pelo Estado, tais práticas ocasionaram várias mortes de funcionários do SPI e da FUNAI e as populações indígenas foram extremamente reduzidas, tendo como consequência a diminuição da autonomia cultural desses povos. Outro fato importante a ser destacado são as mortes, muitas vezes causadas pelo despreparo de funcionários, que não sabiam o que fazer depois das pacificações e por falta de recursos financeiros. Em regra geral, se observa que o SPI foi fundado para atender aos interesses econômicos de grupos, como fazendeiros, seringalistas, madeireiros e empresas e não aos interesses dos indígenas (BARBOSA, 2016, p. 58).

Os grupos que se aliavam ao colonizador de certa maneira acabavam “protegidos” dos ataques dos indígenas que permaneciam “arredios”. Porém, como afirma Becker (1999), pouco a pouco passaram a ser dispensados, pois os fazendeiros locais, não estavam dispostos a sustentar uma população que não poderia oferecer mais nada em troca. Ribeiro (2017) destaca que as expedições de pacificação se caracterizam por apresentar uma situação de conflito aberto entre os índios e os civilizados, pela desconfiança mútua, sendo o civilizado visto pelo nativo como um inimigo feroz, que deve ser combatido, assim como os servidores do SPI, que avançam pelas matas, afugentando a caça, assaltando os índios e dizimando suas aldeias.

Almeida (2015) explica que os modelos de desenvolvimento adotados pelos estados nacionais europeus para a dominação da natureza serviram de inspiração para a ocupação e o povoamento das fronteiras dos sertões do sul do Brasil. A colonização europeia poderia transformar áreas de florestas em campos domesticados e agricultáveis. Quanto aos índios, restava aldear-se e perder gradativamente a mobilidade pelas diversas florestas, que acabaram se transformando em madeira e dinheiro, satisfazendo os interesses da sociedade regional diante de seu potencial econômico.

Cabe destacar a importante colaboração prestada pelos caciques Condá e Viri no processo de colonização, tornando-se peças chave no povoamento da região. As suas atuações contribuíram para intermediar os conflitos entre os índios considerados mansos e os arredios, mesmo que estas atitudes viessem a modificar completamente a relação dos nativos com o ambiente em que viviam. Becker (1999) destaca que a ocupação branca não foi tão fácil assim. Foram organizadas duas comissões para a demarcação das terras e, depois de muitas negociações com Vitorino Condá, chegaram a um entendimento. Estima-se que, em 1839, já existiam 37 fazendas de criação com aproximadamente 36 mil animais espalhados pelos campos. Fernandes (1998) também explica que a oficialização definitiva sobre a presença dos *Kaingang* no município de Palmas só ocorreu com a promulgação da Lei nº 853 de 22 de março de 1909, que concedia aos nativos duas áreas de terras por eles ocupadas, capazes de estabelecer cem famílias, assegurando o patrimônio indígena. Antes mesmo da instalação do Posto Indígena, os *Kaingang* de Palmas mantinham contato permanente com os moradores brancos da região. De acordo com os estudos de Fernandes, (1998, p.88), em 1920 as terras do município estavam divididas da seguinte forma:

(...) 30 % de campos, 30% de matas virgens, 15% de capoeiras, 15% de cultura e 10% de cerrados. A economia local neste período estava basicamente voltada à criação de gado e à extração de erva-mate. Muitos índios eram empregados para o trabalho temporário nas fazendas da região. Alguns, como o Sr. João Maria Velho, trabalhavam para o governo na abertura de estradas. A produção e a comercialização da erva-mate, ao contrário da criação de gado, empregava os índios em tempos de colheita e possibilitava que os *Kaingang* vendessem parte de sua produção própria.

As grandes mudanças provocadas pelo processo colonizador na Terra Indígena de Palmas levaram os *Kaingang* a passar de uma economia baseada na caça, na pesca e na coleta para uma economia basicamente agrícola. No seu cotidiano, algumas mudanças foram sendo estabelecidas aos poucos, conforme relatado por Baldus (1937) eles já não dormiam mais no chão, mas sim em camas feitas de taquara, não fabricavam mais tantos objetos quanto no período anterior à colonização, e já possuíam o pensamento voltado a ganhar dinheiro.

No início do século XX, pouco antes da crise de 1929, que acabou assolando a economia mundial, Baldus (1937) comenta que os *Kaingang* de Palmas obtinham a maior parte de seu sustento

por meio do comércio da erva mate. Após a crise, a região suspendeu a exportação da erva, o que levou os nativos a falarem em crise, ou seja, demonstraram que sua cultura já estava se adaptando aos moldes capitalistas impostos pela sociedade colonizadora. Baldus ainda destaca que o artesanato produzido pelas mulheres recebia poucos pedidos e, quando isso acontecia, geralmente eram muito mal pagos. O milho produzido pelos indígenas, só era vendido no comércio de Palmas se o valor pudesse ser pago parte em cachaça, o que acabava agravando ainda mais a situação de sobrevivência dos nativos na região (BALDUS, 1937).

Percebe-se que com o passar dos anos, a relação estabelecida entre os *Kaingang* e o meio ambiente foi passando por transformações, alguns costumes foram substituídos por novos, tendo em vista que as culturas são dinâmicas e essa população foi se adaptando às transformações impostas pelo governo nacional. O processo colonizador aos poucos foi impondo alterações no cotidiano dos nativos, causando rupturas com o modo de vida tradicional, induzindo-os a adotarem novos elementos baseados na proposta econômica que se desenvolvia na região de Palmas, voltada primeiramente a formação de fazendas criadoras de gado e mais tarde na exploração madeireira e agricultura. Tais mudanças provocaram grandes transformações no ambiente em que os *Kaingang* viviam, alterando completamente a flora e, conseqüentemente, a fauna local, portanto, conservar seu modo de vida baseado no nomadismo e na grande dependência dos recursos que a floresta oferecia se tornou cada vez mais difícil. Cabe aqui destacar que todas essas mudanças integravam um projeto nacional de ocupação dos campos da região de Palmas, sendo as ações amparadas pela legislação, elaborada ao longo dos séculos XIX e XX, e que entre outros objetivos buscava transformar o nativo em um trabalhador nacional (mão de obra para as fazendas locais e mais tarde para as serrarias), reduzindo seu território em reservas, civilizá-lo, catequizá-lo, enfim, integrá-lo à sociedade nacional.

4. OS KAIANGANG E O DIREITO À TERRA

No presente capítulo busco identificar e analisar a legislação referente à política tutelar criada para atender a população indígena no Brasil, a partir da análise dos Decretos Leis elaborados durante o período, além de fotografias que registraram momentos importantes relacionados à aplicação das políticas tutelares. Também foram analisados importantes documentos referentes à instalação e desenvolvimento das serrarias, destacando como essa prática contribuiu para a espoliação do patrimônio indígena durante o período de vigência do SPI, na região de Palmas.

Desde o início do processo de colonização no território brasileiro no século XVI, os povos indígenas não tiveram seus direitos reconhecidos e respeitados pela legislação brasileira. Ribeiro (2017) explica que mesmo amparado pela legislação ainda dos tempos coloniais, o indígena jamais pode impor de fato a sua posse sobre as terras. Deve-se ressaltar que na legislação colonial o direito dos indígenas aos territórios que ocupavam era frequentemente reconhecido, porém isso não impedia o esbulho de suas terras (CUNHA, 1987). Com o passar dos anos, os indígenas foram se afastando das áreas próximas à costa brasileira, ficando despercebidos pelos legisladores, que estabeleceram um regime de propriedade de terras no Brasil a partir de 1850 (Lei de Terras). Durante muito tempo, os indígenas sequer foram mencionados nas diferentes leis que amparavam o desenvolvimento de políticas ligadas ao andamento do processo de colonização, ou quando se referiam aos mesmos, apenas indicavam a necessidade de integrá-los à sociedade nacional.

Assim como a Constituição Imperial de 1824, a Constituição Republicana de 1891 não menciona sequer a palavra indígena. Ainda à semelhança da Constituinte de 1823, o processo de elaboração da primeira Constituição Republicana do Brasil conheceu algumas iniciativas humanitárias para com os índios. O projeto constitucional de José Bonifácio pretendia incluir um programa de civilização do indígena na Constituição de 1824. Durante a elaboração da Constituição de 1891 os membros da Igreja Positivista foram os defensores da causa indígena, propondo o estabelecimento de relações diplomáticas com os grupos indígenas, considerando-os como nações independentes. Tal projeto não logrou êxito (FERNANDES, 1998, p. 75).

Ribeiro (2016) destaca que nas matas de araucárias do estado do Paraná, os nativos eram frequentemente vítimas de chacinas organizadas por matadores profissionais, conhecidos como bugreiros, financiados por colonizadores ou mesmo pelos cofres públicos. O extermínio dos indígenas era defendido e praticado em nome da segurança daqueles que iriam construir uma civilização no interior do Brasil. O autor ainda explica que havia um abismo entre a população não indígena que vivia nas cidades e daqueles que viviam nas áreas de expansão. Enquanto para a população urbana os indígenas eram associados aos personagens de romances, para a população do sertão eram considerados inimigos ferozes, feras indomáveis que detinham a terra virgem. Essas visões diferentes

em relação aos indígenas é que incentivou a criação de um órgão oficial capaz de tratar essa questão. Com as descrições das chacinas, providências passaram a ser cobradas do Governo.

Logo após a proclamação da República, o trato das autoridades com a causa indígena era ainda muito contraditório. Segundo Fernandes (1998), os legisladores apresentavam inúmeras dificuldades para identificar os indígenas que viviam em diferentes níveis de civilização, sendo que alguns grupos já estavam incorporados aos núcleos coloniais, outros estavam em processo de incorporação, exigindo do Estado ações para conduzir o processo de civilização, além daqueles considerados estranhos à sociedade. Quanto às políticas indigenistas do início da República, cabe destacar:

Importante também enfatizar que logo após a proclamação da República o Governo Provisório atribuiu aos Estados o poder de decisão sobre a questão indígena, através do Decreto nº. 7, parágrafo 12, de 20 de novembro de 1889. Esta descentralização deu ainda mais poder às oligarquias locais, que vinculadas diretamente à classe política dos Estados, agiram visando a expansão das frentes colonizadoras nas terras consideradas “devolutas” e nos territórios já tradicionalmente ocupados por grupos indígenas (NOVAK; MOTA, 2016, p.78).

No início da República brasileira, o Positivismo tornou-se o alicerce da política desenvolvida no país, visto como capaz de orientar a adoção de novos padrões políticos, econômicos, sociais e culturais, servindo de diretriz para os governos federal, estadual, no legislativo, militar e cultural (RODRIGUES 2019). Alguns temas passaram a fazer parte do cenário político novamente, entre eles o projeto de identidade nacional que começou a ganhar impulso. Diante disso, em 1891, a única proposta que foi encaminhada à Assembleia Constituinte sobre o direito dos indígenas foi apresentada pelo apostolado positivista, único a defender a causa indígena.

Art. 1o — A República dos Estados Unidos do Brasil é constituída pela livre federação dos povos circunscritos dentro dos limites do extinto Império do Brasil. Compõe-se de duas sortes de estados confederados, cujas autonomias são igualmente reconhecidas e respeitadas segundo as fórmulas convenientes a cada caso, a saber:

1. Os Estados Ocidentais Brasileiros sistematicamente confederados e que provêm da fusão do elemento europeu com o elemento africano e o americano aborígene.

11. Os Estados Americanos Brasileiros empiricamente confederados, constituídos pelas hordas fetichistas esparsas pelo território de toda a República. A federação deles limita-se à manutenção das relações amistosas hoje reconhecidas como um dever entre nações distintas e simpáticas, por um lado; e, por outro lado, em garantir-lhes a proteção do Governo Federal contra qualquer violência, quer em suas pessoas, quer em seus territórios. Estes não poderão jamais ser atravessados sem o seu prévio consentimento pacificamente solicitado e só pacificamente obtido (Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes, Bases de uma Constituição política ditatorial federativa para a República Brasileira, 1890 *apud* RODRIGUES, 2019, p.189).

Essa proposta foi apresentada num momento em que a causa indígena era discutida principalmente em razão dos conflitos de origem agrária que se desencadeavam entre os colonos e os

nativos. Na teoria defendida pelo Comtismo⁸ a humanidade passaria pelos seguintes estágios: a teológica, a metafísica e a positiva.

No Estado teológico — estado natural e primitivo da inteligência humana —, os fenômenos explicam-se pela intervenção arbitrária de agentes sobrenaturais que ficam responsáveis por todas as transformações do universo. No Estado metafísico, forças abstratas tomam lugar dos agentes sobrenaturais na explicação da experiência humana. No Estado positivo, a inteligência do homem, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia à procura da origem e do destino do universo e ao conhecimento das causas íntimas dos fenômenos para preocupar-se exclusivamente com o descobrimento, pelo uso combinado do raciocínio e da observação, das leis efetivas, isto é, das relações invariáveis de sucessão e semelhança que ligam os fenômenos (SPONCHIADO, 2005, p. 126).

Os positivistas acreditavam que os nativos se encontravam no primeiro estágio mental da humanidade, sendo assim, era necessário protegê-los até que atingissem o estágio da civilização. Rodrigues (2019) destaca que o apostolado criticava a violência que era aplicada contra os nativos e defendia que somente através dos preceitos comtianos os indígenas iriam atingir o progresso.

Quando passou a circular a notícia de que um órgão seria criado para prestar assistência aos índios, Teixeira Mendes, vice-diretor da Igreja Positivista do Brasil, descreveu os princípios que deveriam reger esta nova repartição:

[...] os territórios e as instituições das tribos selvagens tratando-as como nações independentes como realmente são, perante a moral e a razão. Demarcar, pois, com escrupulosa lealdade esses territórios e punir qualquer violação por parte dos chamados civilizados; Promover pacificamente a abolição da antropofagia, das guerras e inimizades entre diversas tribos; Desenvolver entre os indígenas o asseio, o vestuário, a cultura musical; Facilitar a instituição da vida sedentária, aperfeiçoando as habitações, desenvolvendo os hábitos e processos industriais, sobretudo agrícolas. Respeitar todas as livres tentativas de transformação da cultura moral e mental, mediante os esforços espontâneos das fiéis de qualquer religião ou dos adeptos de qualquer doutrina. Cumpre, para isso, que os missionários quaisquer fiquem exclusivamente entregues ao seu prestígio próprio, não podendo, em caso algum, solicitar a intervenção violenta do Governo, sob o pretexto de reprimir ou impedir atrocidades dos selvagens (MENDES *apud* RODRIGUES, 2019, p. 193).

Mesmo diante da campanha adotada pelos positivistas, suas propostas não foram anexadas na Constituição Federal de 1891. Os ideais propostos por Teixeira Mendes se apresentavam de certa maneira indefinidos pois, ao mesmo tempo, que defendia a teoria de Comte, voltadas ao respeito às comunidades nativas, Mendes propunha mudanças para os hábitos dos indígenas.

As ações do Estado só foram institucionalizadas junto às comunidades indígenas no ano de 1910 com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização do Trabalhadores Nacionais.

⁸ Sistema filosófico ideado e desenvolvido pelo filósofo e matemático francês Augusto Comte (1798-1857); positivismo. Disponível em: www.dicio.com.br Acesso em 26/08/2021.

Este órgão era subordinado ao Ministério da Agricultura, tinha como principais objetivos, conforme destaca Fernandes (1998), controlar o acesso à propriedade, o treinamento agrícola, além da proteção aos índios. Ribeiro (2016) explica que a organização desse órgão previa que se formariam núcleos de atração aos índios hostis, passando por povoações destinadas aos índios com hábitos mais sedentários, culminando na formação de centros agrícolas nos moldes rurais brasileiros, de forma que os nativos receberiam uma gleba para se instalarem junto com os sertanejos. Rodrigues (2019) enfatiza que o Estado brasileiro estava apresentando o progresso às populações nativas sob a égide do ideário positivista. Deve-se considerar que este órgão de proteção pretendia atingir objetivos mais direcionados ao processo de colonização e incorporação dos indígenas na sociedade nacional do que efetivamente a proteção dos nativos, pois essa nova proposta adotada pela política indigenista representava o extermínio cultural dos povos nativos. Barbosa (2016) descreve que o Estado apresentava uma posição ambígua diante desta questão, pois alegava proteger e amparar os nativos, porém na prática promovia meios para a entrada de invasores nas suas terras. Ribeiro (2016) aponta que nos primeiros anos de atuação, ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foram destinadas todas as condições para seu funcionamento, tanto que o parlamento votava prontamente as verbas solicitadas, a equipe foi formada por oficiais com formação positivista e com experiência no trato com os indígenas, juntamente com outros profissionais, entre eles professores universitários, funcionários públicos, médicos e engenheiros, que se transformaram nos primeiros inspetores do SPI, extremamente dedicados a causa. O autor ainda destaca que poucos anos depois todos esses requisitos começam a faltar e o SPI passou por um longo período de estagnação.

Além dos políticos, estavam envolvidos na discussão sobre os direitos indígenas os juristas, responsáveis por fazer a mediação entre os indígenas e o Estado, os jornalistas, que acabavam vulgarizando a questão indígena diante da opinião pública, e os propagandistas, que buscavam formar a opinião pública fazendo o Estado tomar posição diante do debate (LIMA, 1989). A contradição mencionada anteriormente na estrutura do SPILTN, se apresentava dentro do próprio quadro institucional.

O diretor do Museu Paulista, Herman von Ihering, era defensor de uma perspectiva radicalmente oposta àquela que viria a se tornar a orientação básica do SPI. Von Ihering propunha o extermínio dos índios em nome do progresso. Sua posição foi manifestada explicitamente em 1908, ano em que publicou artigo na Revista do Museu Paulista argumentando que mesmo os índios civilizados não apresentavam garantias para o desenvolvimento nacional. Quanto aos índios arredios ele os considerava uma ameaça constante que deveria ser eliminada (FERNANDES, 1998, p. 78)

Essa situação conflituosa entre índios e colonos se enquadrava muito bem no esquema conceitual de Herman von Ihering⁹, fundamentado na competição vital, ou seja, os mais fracos devem ceder lugar, por um imperativo das leis naturais, da evolução, do progresso. Desta forma, Herman von Ihering chegou a ver ameaçada a própria civilização, ou seja, a própria cultura colonizadora estava em perigo (RIBEIRO, 2016)

A eliminação dos nativos para priorizar a colonização e o desenvolvimento econômico de áreas cobiçadas no Brasil Meridional fazia parte dos objetivos das pessoas que estavam no comando dos órgãos estatais. Lima (1989) destaca que todos os projetos indigenistas do período buscavam atingir três metas: abrir terras para colonização, realizar o extermínio da selvageria e conferir aos índios um papel junto à nação. Cabe destacar aqui, que em Palmas, esse tipo de atitude associada a violência para a dominação não era necessária.

Em Palmas a relação entre a presença institucional do SPI e os índios foi diferente. Os mais velhos moradores da Área Indígena de Palmas ainda se lembram do tempo em que o encarregado 'Nenê' vivia na cidade. Segundo alguns informantes, o Delegado de índios não interferia na vida da comunidade. Os *Kaingang* de Palmas, entretanto, sempre que iam à cidade visitavam o encarregado em busca de alimentos, sementes, ferramentas ou outras formas de auxílio (FERNANDES, 1998, p. 82).

O SPI, na região de Palmas, iniciou sua atuação com os *Kaingang* somente no final da década de 1920. A atuação desse órgão tinha como objetivo central transformar os nativos em pequenos produtores rurais capazes de se sustentarem (LAROQUE, 2005). Em 1928, por meio do Decreto 5.484 de 27 de julho, Fernandes (1998) explica que esta lei dividiu os nativos em quatro categorias: nômades, aldeados, pertencentes a povoações indígenas e pertencentes a povoações agrícolas. Essas quatro categorias estariam sob a tutela do SPI, que a exerceria seu poder de forma branda ou persuasiva; enfim naqueles casos que os nativos não apresentassem adaptação integral a sociedade e os demais grupos, integrados aos centros agrícolas, considerados conscientes da vida civil, foi reconhecida a subordinação à lei comum.

No ano de 1925, conforme descreve Novak (2006), foi realizado um acordo no Cartório do município de Guarapuava entre um representante da SPI, o Doutor José Maria de Paula, defendendo os interesses da TI de Palmas, e o proprietário da Fazenda São José na Comarca de Chapecó, o Coronel Aníbal Wirmund, com o objetivo de definir os limites entre a fazenda e a área indígena. Ainda, segundo o autor, durante a sua realização nenhum nativo estava presente, o que demonstrava

⁹ Médico e naturalista alemão Hermann von Ihering (1850-1930) foi escolhido como primeiro diretor do Museu Paulista, permanecendo no cargo entre 1895 e 1916. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/instituicoes/museu-paulista>. Acesso: 14/08/2021.

que o SPI atendia mais aos interesses dos colonos do que dos próprios indígenas, conforme pode ser evidenciado em alguns trechos da Ata redigida pelo tabelião Alexandre Cleve em 01/06/1925:

Uma parte de suas terras de cultura e pastagem, confinam em um determinado ponto com terras ocupadas por um aldeamento de índios, na extremidade norte e fazendo-se necessário a determinação material de seus limites, nestes pontos, confusos. (...) O segundo outorgante Doutor José Maria de Paula, consente em permitir a passagem do pessoal do serviço da fazenda de São José pela picada que passa pelo aldeamento das Lontras, em direção a Cidade de Palmas, obrigando-se o primeiro outorgante Coronel Aníbal Wirmund, a colocar na cerca do feixo um portão de bater que se conservará fechado, ficando a respectiva chave em poder do referido primeiro outorgante (NOVAK, 2006, p. 184).

Em 1931, conforme destaca Fernandes (1998), o SPI passou por algumas modificações, sendo transformado em órgão subordinado ao Departamento de Povoamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, posteriormente, tornou-se subordinado ao Ministério de Guerra. As duas subordinações demonstram a intenção do Estado em transformar o nativo em um trabalhador nacional e monitorá-los na situação de fronteira. Conforme destacam Alves e Vieira (2017), a justificativa para a transferência do SPI ao Ministério da Guerra era que a maior parte dos indígenas já se encontravam em regiões de fronteira, eram portadores de características especiais como a robustez física e a capacidade de adaptar-se aos climas e, principalmente, deviam ser atraídos a nossa nacionalidade antes que os países vizinhos o fizessem.

No ano de 1934, pela primeira vez na história foi feita referência aos povos indígenas na Constituição Federal. Em seu artigo 5, destaca-se que é papel da União “legislar sobre a incorporação dos selvícolas à comunhão nacional no seu artigo 129 destaca que “Será respeitada a posse de terras dos selvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo, no entanto, vedado aliená-las”. A partir da consolidação do Estado Novo, a estrutura de funcionamento do SPI vincula-se ao Ministério da Agricultura, através do Decreto-Lei nº 1736 de 03 de novembro de 1939.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição e considerando:

- que o Serviço de Proteção aos índios, criado pelo Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, esteve até 1930 sob a dependência do Ministério da Agricultura;

- que o problema da proteção aos índios se acha intimamente ligado à questão de colonização, pois se trata, no ponto de vista material, de orientar e interessar os indígenas no cultivo do solo, para que se tornem úteis ao país e possam colaborar com as populações civilizadas que se dedicam às atividades agrícolas;

DECRETA:

Art. 1º Fica subordinado ao Ministério da Agricultura o Serviço de Proteção aos Índios.

Art. 2º O presente decreto-lei entra em vigor a partir de 1 de janeiro de 1940; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1939, 118º da Independência e 51º da República.

GETÚLIO VARGAS

Pelo decreto estabelecido por Vargas é nítida a intenção da União de transformar os indígenas em trabalhadores agrícolas, seguindo ainda o objetivo de incorporá-los à sociedade nacional por meio

do trabalho. Almeida (2015) descreve que o SPI passou a se dedicar a inserir os indígenas em atividades consideradas de utilidade e concebidas como civilizadas, ou seja, despertar o gosto do índio para o trabalho na agricultura e indústrias rurais, desconsiderando o conhecimento nativo e promovendo intervenções no seu modo de vida para que se tornassem úteis para o Estado Brasileiro. Essas ações foram colocadas em prática pelos chefes encarregados de postos e pela Inspetoria Regional Sul. Bringmann (2015) esclarece que nas inspetorias eram realizados os atendimentos às necessidades dos indígenas, que geralmente eram informadas pelos encarregados locais. O autor destaca ainda que entre os agentes responsáveis pela condução dos trabalhos, existiam alguns cargos que eram ocupados por indígenas, estratégia que servia para legitimar o Serviço perante a população assistida. Com a implantação da nova política, os *Kaingang* não morreriam de fome, mas poderiam estar sujeitos a passar necessidades. Logicamente, que os indígenas apresentavam descontentamento com o novo sistema imposto, contudo não era mais possível retomar ao velho sistema econômico (BALDUS, 1937).

4.1. O POSTO INDÍGENA DE PALMAS

No ano de 1940, ocorreu a instalação do Posto Indígena Fioravante Esperança em Palmas, na Terra Indígena Toldo das Lontras que respondia a 7ª Inspetoria Regional, com sede em Curitiba. No momento da criação do PI de Palmas, a população *Kaingang* era composta de 240 indígenas. Ao todo foram criadas sob a jurisdição da referida Inspetoria doze postos, distribuídos entre os estados do Paraná, Santa Catarina, sendo que do total, dez foram instalados no Paraná. O documento transcrito a seguir (Figura 15) mostra os PIs que estavam sob a jurisdição dessa regional, assim como o número de indígenas em cada área (Anexo I).

Figura 15: Relação dos PIs sob a jurisdição da 7ª Inspetoria Regional no ano de 1940

Nº de Ordem	Posto Indígena	Tribo (nome)	Localização (município)	Número de Índios
1	Barão de Antonina	Caingang	São Gerônimo da Serra – PR	259
2	Cacique Capanema	Caingang	Mangueirinha – PR	380
3	Cacique Gregório Kaexchot	Caingang	Manoel Ribas – PR	310
4	Cel. José de Carvalho	Guarani	Santa Amélia – PR	83
5	Cel. Telêmaco Borba	Caingang	Ortigueira – PR	110
6	Duque de Caxias	Botocudos	Ibirama – SC	398
7	Fioravante Esperança	Caingang	Palmas – PR	240
8	Interventor Manoel Ribas	Caingang	Laranjeira do Sul – PR	916
9	José Maria de Paula	Caingang	Guarapuava – PR	352
10	Dr. Carlos Cavalcanti	Caingang	Cândido de Abreu – PR	58
11	Dr. Selistre de Campos	Caingang	Xanxerê – SC	932
12	Dr. Xavier da Silva	Caingang	Londrina – PR	226

Fonte: Museu do Índio (2021).

Quanto a mudança proporcionada pela criação dos Postos Indígenas, deve-se destacar que

Os Postos Indígenas constituíram as unidades básicas para a implementação das políticas indigenistas brasileiras. Eles podem ser entendidos, do mesmo modo, enquanto receptáculos empíricos das experiências no campo das práticas de proteção e controle das populações indígenas, onde se desempenharam normativas de caráter assistencial, orientações educacionais, de saúde e promoção da economia indígena. Esta última, que deveria pautar-se pela vocação econômica da região em que estavam estabelecidos os Postos, em muitos casos, possibilitou a exploração sob vários aspectos dos bens do patrimônio indígena, os quais, em tese, deveriam ser revertidos para a manutenção das comunidades indígenas envolvidas nas iniciativas (BRINGMANN, 2015, p. 157-158).

A presença de um representante da autoridade do SPI dentro da aldeia mudou a rotina dos *Kaingang*. De acordo com Fernandes (1998), nos anos que antecederam a instalação do PI, os nativos desenvolviam atividades para os fazendeiros, para o governo, produziam alguns gêneros agrícolas e parte daquilo que produziam, do artesanato e da caça era comercializado, sendo que o delegado dos índios da cidade de Palmas atuava diretamente nesse processo, sendo um dos responsáveis pela criação da Comissão sobre a semeadura e a criação de gado dos habitantes do Toldo das Lontras. Abaixo, apresento um quadro elaborado por Baldus (1937), com base nas atas desta comissão (Figura 16).

Figura 16: Quadro elaborado com base nas atas da Comissão de sementeira e a criação de gado dos habitantes do Toldo das Lontras Março de 1933

	litros de milho semeado	litros de feijão semeado	vaca	vitela	cavales	cachaços	porcas	leitões	galinhas	maximo de milho semeado por um homem	minimo de milho semeado por um homem	numero de proprietarios	numero dos sem propriedade
Viuvo	20	10	—	—	—	—	—	—	4	—	—	1	—
Casado, de mais de 60 anos	43	6	—	—	—	—	2	2	8	—	—	1	—
Casado, de mais de 50 anos	60	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2
Casados, de mais de 40 anos	708	31	1	1	13	3	12	34	48	298	30	6	3
Casados, de mais de 30 anos	470	—	—	1	4	—	10	19	66	110	10	10	—
Casados, de mais de 20 anos	90	18	—	—	—	1	6	4	13	40	20	3	2
Solteiro, de mais de 25 anos	20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Solteiro, de mais de 20 anos	20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Solteiro, de mais de 14 anos	30	2	—	—	—	—	5	6	—	—	—	1	2
Soma	1461	72	1	2	17	4	35	65	139	—	—	25	9

Fonte Baldus (1937, p. 38).

Percebe-se que entre os gêneros cultivados pelos *Kaingang* durante esse período, o milho se destaca de forma expressiva, com 1461 litros semeados. Fernandes (1998) descreve que parte das sementes de milho utilizadas nesse período eram obtidas pelo Delegado dos Índios ‘Nenê de Souza’. Já a sua comercialização após a colheita, era realizada na cidade de Palmas, estabelecendo o contato permanente entre os nativos e os novos moradores da cidade, motivado para a obtenção de dinheiro ou produtos que passaram a ser necessários no seu cotidiano, entre eles roupas, sapatos, cobertores, café, açúcar e sal. Na imagem seguinte (Figura 17) percebe-se a estrutura criada no Posto Indígena de Palmas.

Figura 17: PI de Palmas no ano de 1943



Fonte: Acervo Museu do Índio (2021).

Com a criação dos PIs, o governo buscava atrair e fixar os indígenas pela cultura sistemática da terra, eliminando o nomadismo à medida em que garantia o cultivo da terra, transformando os nativos em agricultores inseridos no modelo econômico vigente, baseado na exploração agrícola e extrativa (ALMEIDA, 2015). Com a implantação das atividades extrativas aparecem transformações influenciadas pelas políticas de assimilação adotadas pelo governo. Como exemplo pode-se citar o desenvolvimento da apicultura (Figura 18). Ganhou destaque, na Figura 18, a utilização das caixas para a criação das colmeias, uma forma de inserir os indígenas ao novo modelo econômico que estava em desenvolvimento.

Figura 18: Apicultura implantada no PI de Palmas na década de 1940.



Fonte: Acervo Museu do Índio (2021).

De acordo com o artigo 12 do Regimento elaborado em 1942, conferia aos Postos Indígenas:

Art. 12. Aos Postos Indígenas compete:

- a) atrair as tribos arredias ou hostis, impedindo hostilidades entre as mesmas e estabelecendo entre elas relações amistosas;
- b) conservar e fazer respeitar a organização interna das tribos, sua independência, seus hábitos, línguas e instituições, não intervindo para alterá-los, a não ser que ofendam a moral ou prejudiquem os interesses do índio ou de terceiros;
- c) exercer sobre o índio, de qualquer categoria, na forma da legislação vigente, a tutela que lhe deve ser prestada pelo Estado, resguardando-o da opressão e da espoliação;
- d) criar um ambiente de respeito recíproco entre o índio e o civilizado;
- e) não permitir violência contra o índio, promovendo a punição dos crimes que se cometerem contra ele, garantindo o respeito à família indígena e promovendo a punição dos que a violarem ou tentarem violar;
- f) garantir a efetividade da posse das terras ocupadas pelo índio, impedindo, pelos meios legais e policiais ao seu alcance, que as populações civilizadas ataquem-no ou invadam suas terras, e comunicando às autoridades os fatos dessa natureza que ocorrerem;
- g) fiscalizar a entrada, para o sertão, de pessoas estranhas ao serviço e velar pela fronteira próxima, de acordo com as instruções que lhes forem expedidas ;
- h) informar à I.R. das ocorrências extraordinárias ou imprevistas;
- i) executar, rigorosamente, as instruções baixadas pela I.R. ou diretamente pelo diretor;
- j) zelar pela preservação e conservação do material e demais bens do patrimônio nacional e do índio, confiados à sua guarda, mantendo em dia a sua escrituração e prestando contas, ao chefe da Inspeção, da respectiva gestão e dos suprimentos recebidos ou ao diretor, quando pelo mesmo tenham sido feitos os aludidos suprimentos;
- l) proceder a demarcação das terras pertencentes ao índio, conforme determina o art. 154 da Constituição;
- m) manter escolas para o índio;

- dar ao índio ensinamentos úteis, procurando despertar nele os sentimentos nobres, inculcar-lhe a ideia de que faz parte da nação brasileira e, ao mesmo tempo, prestigiar as suas próprias tradições e manter nele, bem vivo, o orgulho de sua raça e de sua tribo;
- n) prestar ao índio assistência sanitária, fazendo-o observar práticas higiênicas;
 - p) conduzir o índio ao trabalho por meios persuasivos;
 - q) combater o nomadismo e fixar as tribos, despertando o gosto do índio para a agricultura e indústrias rurais e assegurando, pelo incremento das mesmas e da pecuária, uma base sólida à vida econômica do índio;
 - r) manter trabalho e instituições de lavoura e pecuária em grau condizente com o nível do índio, aperfeiçoando a técnica, à medida que o índio for evoluindo socialmente; evitar esforços para melhorar as condições materiais da vida indígena, fornecendo ao índio, quando for necessário, roupas, alimentação, instrumentos de trabalho, sementes, animais e outros recursos;
 - s) incentivar a construção de casas para o índio, empregando-o, persuasivamente, nesse mister;
 - t) manter o índio da fronteira dentro do nosso território.
- (BRASIL, Decreto n. 10.652, de 16 de Outubro de 1942)

Percebe-se que o objetivo deste decreto era garantir que o indígena fosse inserido na sociedade nacional, como forma de impor um modo de vida útil, conforme os critérios econômicos da época. Tendo em vista esse aspecto, ocorria fiscalização mediante a observação das práticas agrícolas e de criação que estavam de fato sendo desenvolvidas dentro do Posto, tais medidas visavam o abandono do nomadismo característico desse grupo étnico. Também se destaca a preocupação em educá-los com o objetivo de fazer com que se percebessem como parte da nação brasileira, mesmo que para isso suas características culturais fossem alteradas, sendo as escolas o foco central para esta transformação.

Foi a partir de Getúlio Vargas que se instalaram escolas em Postos Indígenas pelo Brasil. Os chefes de Postos incumbiam a participação das comunidades indígenas e escolas em eventos regionais/nacionais, como o caso dos desfiles de Sete de Setembro, data memorável para a fatídica independência do Brasil e afirmação da brasilidade (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2014, p. 5).

A escola tinha um papel determinante diante da proposta do governo de promover a assimilação dos nativos à cultura nacional. Na sequência, podemos perceber as ações desenvolvidas dentro do PI, conforme algumas atribuições especificadas acima. A instalação de unidades escolares técnicas demonstrava o objetivo do governo de transformar o nativo em mão de obra por meio da imposição de um modelo educacional integrador, atuando de forma estratégica no processo de pacificação e nacionalização dos povos indígenas (Figura 19). Quanto à formação técnica atribuída a essas unidades escolares, um exemplo identificado nas fontes corresponde à costura com o uso de máquinas (Figura 20). Ainda se percebe o quanto a proposta de assimilação era intensa e com um objetivo bem específico, ao analisar a imagem dos indígenas se preparando para um desfile cívico (Figura 21), demonstrando que a prática educacional estava conseguindo atingir seus objetivos

voltados a promover a unidade da nação, sendo a escola uma importante ferramenta para o desenvolvimento desse processo.

Figura 19: Crianças indígenas na Escola Cacique Condá no PI Fioravante Esperança, no ano de 1945



Fonte: Museu do Índio (2021).

Figura 20: Crianças indígenas realizando trabalhos manuais PI Fioravante Esperança no ano de 1945



Fonte: Museu do Índio (2021).

Figura 21: Alunos da Escola Indígena Cacique Condá em parada cívica de 7 de Setembro realizada em Palmas em 1943 no PI Fioravante Esperança



Fonte: Acervo Museu do Índio (2021).

Percebe-se, por meio das fontes analisadas, que as políticas tutelares implantadas nos Postos Indígenas como forma de incorporar os *Kaingang* à sociedade nacional, foram realidade. Cabe aqui ainda destacar que o decreto 10.652 acabou suprimido no início da década de 1960. O regimento que o substituiu, passou a apresentar uma seção dedicada ao Patrimônio Indígena, que reafirma as obrigações do SPI, relacionando-o ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), pois este último órgão demonstrava mais aptidão na condução das políticas indigenistas (ALMEIDA, 2015).

Com a promulgação do Decreto 52.668 de 1963 percebe-se algumas alterações no que tange às políticas indigenistas dessa época. Entre as determinações, foram apresentadas as diretrizes estabelecidas pelo CNPI quanto ao funcionamento do SPI e visavam colocar em prática a política indigenista brasileira, principalmente em relação a demarcação e legalização das terras habitadas pelos indígenas, adotando mecanismos considerados necessários para o exercício da tutela. Também faziam parte do Decreto, medidas para a educação, manutenção do tratamento recíproco adequado, ações médico-sanitárias, trabalho realizado nas TIs, o aproveitamento econômico das mesmas e de seus recursos, além da valorização do patrimônio. O documento destacava que deveriam ocorrer reuniões periódicas com os funcionários do SPI, a fim de discutir os problemas que enfrentavam bem como comunicar suas experiências e promover o registro contábil do patrimônio e da renda proveniente do trabalho indígena.

Apesar de o Decreto apresentar algumas mudanças na legislação que coordenava o funcionamento do SPI desde sua formação, o objetivo principal era transformar os indígenas em trabalhadores economicamente mais produtivos, independentes e educados para cumprir todos os seus deveres cívicos (BRINGMANN, 2015). Sendo assim, os antigos Centros Agrícolas e Povoações Indígenas passaram a ser denominados de Postos Indígenas.

Na política desenvolvimentista e de expansionismo iniciada por Getúlio Vargas e continuada por Juscelino Kubitschek, o SPI seguiu mais abertamente a orientação de que os indígenas deveriam integrar a sociedade nacional através do trabalho, tornando-se camponeses produtores de bens de consumo. Assim, o órgão indigenista deveria exercer o papel de conciliador entre os indígenas e a sociedade branca, tendo em vista o choque inevitável que o contato com a dita civilização traria a esses povos. Nesse sentido, a função do SPI seria preparar o indígena para a vida civilizada, através destas técnicas e táticas, com a intenção de auxiliar o Estado no processo de integração de novas áreas à economia nacional (BARBOSA, 2016, p. 56).

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a intenção de transformar os indígenas em trabalhadores nacionais se destaca mais ainda. Segundo Saraiva (2016), o SPI teria a tarefa de transformar os índios em trabalhadores produtivos à nação, pois a política de Vargas durante o Estado Novo não era compatível com a existência de mendigos, criminosos, subversivos, malandros e índios nômades. Após a Segunda Guerra Mundial, os interesses nacionalistas despertaram a necessidade de proteção das fronteiras, portanto o governo Vargas decide incluir os povos indígenas no projeto nacional, sendo necessárias estratégias para despertar neles um sentimento de pertencimento, moldando-os de acordo com o interesse do Estado (SANTOS, 2016). Para atingir este objetivo, iniciou-se uma campanha educativa com o intuito de atingir vários segmentos da sociedade, inclusive os indígenas, sendo fundamental o papel dos Postos Indígenas.

O SPI esteve sempre lutando para impor a aplicação da lei, aquela que garantia amparo especial ao índio, bem como o simples respeito ao Código Civil quando havia conflito entre indígenas e não indígenas. Sua atuação ia contra os interesses de poderosos locais que desejavam a exploração da mão de obra indígena e a usurpação de suas terras (RIBEIRO, 2017). Ainda segundo o autor, os governos estaduais e locais ligados à política desses grupos acabavam não colaborando para o pleno funcionamento do Serviço de Proteção aos Índios. As rivalidades entre os governos Federal e dos Estados fazia com que a atuação do SPI aparentasse estar contra os interesses dos indígenas, tamanha a violência que desencadeou. O apoio dos governos locais geralmente saía muito caro e sempre exigiam uma nova política que facilitasse a expropriação do que restava aos indígenas. Esta inconsistência, aliada a momentos de falta de investimentos financeiros, gerava uma grande instabilidade na realização dos trabalhos pelo órgão. De acordo com Barbosa (2016), no decorrer da década de 1930, os problemas financeiros enfrentados pelo SPI, impediram que mecanismos de

exploração contra os indígenas fossem implementados, sendo que muitos Postos Indígenas acabaram sendo desativados e suas terras ficaram muito mais vulneráveis à ação dos invasores. A incoerência das políticas adotadas pelo SPI deixava evidente a dificuldade em inserir os indígenas nas políticas e situá-los na sociedade brasileira. Foram direcionados ao campesinato, na indústria extrativa, além de serem considerados fundamentais para a garantia de posse territorial por parte do governo brasileiro nas áreas de fronteira (ALMEIDA, 2015). Esta função que foi atribuída aos indígenas pode ser observada no Decreto 736 de seis de abril de 1936, onde no seu segundo artigo, letra K destaca que uma das funções do SPI é de “diligenciar para que os índios das fronteiras não cedam à atração das nações limítrofes e para que se desenvolvam neles, vivamente, os sentimentos da nacionalidade brasileira”.

Sobre a atuação do governo Getúlio Vargas diante da causa indígena, Saraiva (2016) destaca que foi durante essa gestão que foi instituído o dia 19 de abril como o Dia do Índio, numa clara indicação de que todos deveriam ser incorporados à nova ideologia que o Estado Novo apresentava. A partir de 1940, depois de uma visita de Vargas à Ilha do Bananal, situada entre os rios Araguaia e Javaés, no atual estado do Tocantins, o governo passa a dar maior amparo ao SPI, começando um novo ciclo de atividades intensas por parte do órgão. Mas, após alguns anos, o órgão passou a ser ocupado por um grande número de burocratas ligados ao SPI, que não se identificavam ideologicamente à questão indígena (RIBEIRO, 2017). Em 1949, no estado do Paraná, sob o pretexto de regularizar as terras, o SPI faz um acordo com o governo Moysés Lupion¹⁰, tirando de seis áreas indígenas um total de 150 mil hectares de terra, política que estava alinhada com a conjuntura econômica do país e com o surto de expansão agrícola da época (D'ANGELIS, 2006). Ainda segundo o autor, os postos foram entregues a funcionários completamente despreparados, que desempenhavam apenas as normas burocráticas formais, muitas vezes não aplicáveis à proteção dos indígenas. Essa situação demonstra que durante os anos de existência da SPI, o órgão enfrentou vários momentos de dificuldades e contradições na aplicação de suas práticas de defesa aos índios. Barbosa (2016) explica que entre os anos de 1940 até a primeira metade da década de 1950, o SPI apresentou um período de crescimento, motivado pela reorganização no quadro pessoal, com a contratação de etnólogos e também pela reativação de postos indígenas que tinham sido abandonados. Este período pode ser considerado uma das melhores fases do órgão, conforme descrito abaixo:

¹⁰ Moysés Lupion foi governador do Paraná em dois mandatos, sendo que o primeiro ocorreu no período 1947 a 1951 e o segundo de 1956 a 1961. Filho de imigrantes espanhóis exerceu as funções de industrial, comerciante, contador e empresário. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/33136/DINALVA%20ROSA%20-NEVES%20MAURICIO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 14/08/2021.

Uma reação enérgica contra esta situação foi levada a efeito de 1950 a 1954 por José Maria da Gama Malcher, que contrata etnólogos e lhes entrega a direção das principais divisões do SPI, num esforço para substituir a antiga ideologia positivista, evidentemente superada, por uma orientação científica moderna. A experiência revelou-se altamente fecunda e permitiu ao SPI alcançar outra fase alta de sua história. Lamentavelmente entraria logo em novo colapso, quando a política partidária começa a interferir em seus destinos. O SPI, como inúmeros outros órgãos da administração federal, transformado em prêmio de barganha eleitoral entre os partidos políticos vitoriosos nas eleições de 1955, é entregue ao PTB (RIBEIRO, 2017, p. 136).

A indicação de pessoas ao cargo de agentes do SPI por parentesco político era prática comum nesse período (BARBOSA, 2016). Relacionado a este caráter político, Santos (2016) enfatiza que os diretores do SPI praticavam ações criminosas no comando do órgão, levando ao caos administrativo, onde imperava a tortura, o uso indevido da renda indígena e o estupro.

Pessoas sem qualquer qualificação são contratadas apenas pelo fato de terem sido indicadas por políticos. O Serviço possui em seus quadros funcionais professores semianalfabetos, radiotelegrafistas que nunca haviam utilizado um rádio transmissor, pilotos de avião sem aparelho para pilotar, mecânicos de avião sem avião para consertar, enfermeiras e outros profissionais sem qualquer qualificação para o cargo para o qual foram nomeados (ROCHA, 2003, p. 57).

A partir dos anos de 1950, ocorreu grande substituição na direção do SPI e as ações sobre os *Kaingang* chegaram ao ponto da indiferença, sendo o trabalho de integração pouco eficaz, facilitando o avanço do processo colonizatório (FASSHEBER, 1998). Sobre esse processo, Ribeiro (2017) destaca que os servidores do SPI reagiram e conseguiram retirar a influência política do órgão a partir de 1957, destinando este ao interesse militar. As fazendas e as madeireiras trouxeram muitas consequências para a vida econômica e ambiental dos *Kaingang* da região de Palmas e Fassheber (1998) esclarece que os fazendeiros da região não se dedicavam apenas a atividade agropastoril, mas especialmente a atividade extrativista, principalmente da Araucária e da Imbuia, com a conveniência do SPI.

As promessas de dinheiro fácil e rápido, conseguido com a derrubada da madeira farta, seduziram os índios. Não foram poucos os que se dispuseram a cortar suas reservas de mata até quase seu fim, como aconteceu com a área de Palmas nos mais de vinte anos em que a serraria atuou lá. Muitos habitantes da região e alguns *Kaingang* contaram-me que esta foi talvez a época em que alguns poucos índios – os que tiravam madeira – estiveram mais “ricos”, tinham carros, alguns mais de um carro e faziam compras em cidades vizinhas à Palmas (FASSHEBER, 1998, p. 40)

Percebe-se que a instalação de serrarias no interior da Terra Indígena de Palmas trouxe benefícios monetários para alguns indígenas, assim como uma sensação momentânea de melhoria nas condições de vida de acordo com os moldes da sociedade capitalista. A permanência das serrarias na Área Indígena, como explica Fassheber (1998), era justificada pelo SPI como sendo um recurso que tinha por objetivo a construção de mais casas e a implementação na geração de renda para os

moradores locais. D'Angelis, (2006) descreve que a exploração da madeira já era registrada na região desde meados do século XIX, embora com pouca expressividade. O autor ainda destaca que o maior impulso desse setor acontece no início do século XX com o término do litígio entre Paraná e Santa Catarina¹¹. A exploração madeireira limpou as riquezas naturais das terras antes de vendê-las aos colonos. Durante este período, as madeiras se destacam como um dos principais setores econômicos do Estado do Paraná, apresentando o maior rendimento entre as atividades de produção industrial, conforme pode ser analisado na Figura 22.

Figura 22: Produção industrial do Paraná em 1951

Indústrias extrativas de produtos minerais.....	61.734
Indústrias extrativas de produtos vegetais.....	148.932
Indústrias de transformação de minerais metálicos.....	165.763
Indústrias metalúrgicas.....	114.083
Indústrias mecânicas.....	13.604
Indústrias do mat. elétrico e do mat. de comunicações....	11.292
Indústrias da const. e montagem de mat. de transportes..	20.941
Indústrias da madeira.....	1.281.813
* Indústrias do mobiliário.....	128.563
Indústrias do papel e papelão.....	78.580
Indústrias de couros, peles e similares.....	117.142
Indústrias químicas e farmacêuticas.....	201.111
Indústrias têxteis.....	97.781
Indústrias do vestuário, calçados e artefatos de tecidos....	36.418
Indústrias editoriais e gráficas.....	89.635
Indústrias de produtos alimentares.....	2.443.143
Indústrias de bebidas.....	147.410
Indústrias diversas.....	22.586
TOTAL.....	5.180.533

Fonte: Centenário de emancipação do Estado do Paraná (1953, p. 130).

Percebe-se por meio da análise do documento que o madeireiro se destacava como um dos setores que realizava as maiores movimentações financeiras durante o período. Carlin (2019) descreve que em Palmas, o setor madeireiro começou a atuar de forma mais intensa nessa época, superando o processo artesanal na transformação da madeira. A autora ainda explica que a madeira derrubada na região de Palmas foi transformada em tábuas, fósforos, caixotes, móveis e outros objetos, enquanto a fauna ficava sem seu habitat.

¹¹ A Guerra do Contestado foi o conflito armado entre camponeses e forças do Exército na região que engloba os estados de Santa Catarina e Paraná — uma região litigiosa (contestada), daí o nome do conflito — que ocorreu entre os anos de 1912 e 1916. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-guerra-do-contestado-maior-conflito-brasileiro-do-seculo-20.phtml>. Acesso: 18/08/2021.

Dessa forma, pode-se concluir que o modo de vida tradicional dos indígenas de Palmas estava completamente transformado diante de todas as mudanças econômicas que surgiram com o avanço das novas atividades econômicas na região.

Em meados do século XX, com o crescente acúmulo de capital entre alguns madeireiros bem-sucedidos também começaram a ficar cada vez mais comuns a formação de grandes empreendimentos industriais madeireiros na região da araucária. Essa certamente foi uma tendência que colaborou para o incremento na velocidade do desmatamento, pois agora os madeireiros tinham cada vez mais tecnologia e capital disponíveis para desmatar áreas imensas e inclusive pinheiros de apenas 20 cm de diâmetro para as indústrias de pasta mecânica (BRANDT; CARVALHO; SILVA, 2015, p. 285-6).

Deve-se destacar que nesta época, até mesmo o Código Florestal aprovado no ano de 1934 (Decreto 23.793/34) não era capaz de conter a grande devastação provocada pelos madeireiros locais, pois chegava a incentivar a retirada da floresta nativa sob a condição de que 25% de reservas de lenha fossem replantados. Jornais que circulavam no período, principalmente na capital do Estado, noticiavam a instalação de serrarias nas Terras Indígenas exaltando o processo de industrialização proporcionado pelo SPI nas áreas ocupadas pelos nativos. Abaixo podemos observar uma reportagem sobre a instalação de uma serraria no Posto Indígena de Palmas. Os argumentos utilizados pelos representantes do órgão era que as serrarias tornariam o SPI autossuficiente, o que resolveria um antigo problema enfrentado pelo SPI ao longo de sua existência, que era a falta de investimentos. Utilizando-se desse fundamento, abriu-se a oportunidade da instalação de madeireiras nas áreas indígenas, sempre sob a alegação de que estariam contribuindo para que os indígenas se adaptassem aos moldes da sociedade nacional. A atividade madeireira no Posto indígena de Palmas pode ser observada por meio de reportagem apresentada no Jornal Diário do Paraná (Anexo II), edição de 13 de março de 1965, conforme transcrito abaixo:

SPI instalará indústria para auxiliar os Índios
Começou a funcionar ontem no Posto Indígena Fioravante Esperança, em Palmas, a primeira serraria com mão de obra exclusivamente indígena. Este é o primeiro passo, dentro da nova fase do Serviço de Proteção aos Índios, para a industrialização dos postos indígenas localizados nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
O sr. Felipo Câmara Brasil, Inspetor-regional substituto da 7ª Inspetoria, esteve naquele município ultimando os detalhes para o funcionamento da iniciativa pioneira, que propiciará trabalho a aproximadamente trezentos índios caingangues, tutelados daquele órgão.
Idênticas medidas serão instituídas noutros postos e, dentro do plano de atividade do SPI, será intensificada a dinâmica da assistência médico-dentária e educacional. O setor agrícola também vai sendo incentivado e contará, inclusive, com o apoio de órgãos estaduais e Ministério da Agricultura. (DIÁRIO DO PARANÁ, 1965)

Também notificando a instalação de atividades relacionadas a indústria madeireira o jornal Folha Palmense, edição de 28 de fevereiro de 1965, trazia entre suas manchetes o edital de tomada de preços para o corte de pinheiros na TI de Palmas (Anexo III), além de documentos que apresentam

os contratos de prestação de serviço estabelecidos entre as madeireiras e o Posto Indígena Fioravante Esperança, conforme transcrito abaixo:

Serviço de Proteção aos Índios

7ª Inspeção Regional

Comissão Responsável da Coleta de Preços – Ordem de Serviço nº 1/65

EDITAL

A 7ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, devidamente autorizado pelo sr. Diretor do SPI, possuindo 1.000 (Hum mil) pinheiros, na área do POSTO INDÍGENA FIORAVANTE ESPERANÇA situado no município de Palmas, Estado do Paraná, aceita propostas para a venda dos referidos pinheiros nas condições seguintes:

1ª – O pinheiro está em seu estado natural e terá que ter a bitola de cinquenta (50) centímetros acima;

2ª – O preço básico inicial para o pinheiro é de Cr\$ 10.000 (DEZ MIL CRUZEIROS);

3ª – As condições mínimas de pagamentos são as seguintes: 30% (trinta por cento) na assinatura do contrato e o restante escalonado em 60 (sessenta), 90 (noventa) e 120 (cento e vinte) d.d.; será contado ponto aquele que apresentar melhores condições de pagamento;

4ª – O contrato deverá ser assinado com o Chefe da 7ª Inspeção Regional do SPI em Curitiba na rua Emanoel Pereira, 259, 5 (cinco) dias após a notificação ao ganhador;

5ª – Será obrigado o concorrente ganhador ao replantio de 3x1 ou seja, 3 (três) mudas de pinheiros por unidade abatida;

6ª – O prazo para a retirada dos 1.000 (hum mil) pinheiros, será de (hum) ano, a contar da data da assinatura do contrato;

7ª – Serão recebidas propostas em envelopes fechados até às 18 (dezoito) horas do dia 10/3/65, que serão abertas dia 11/3/65 às 10 horas da manhã na sede do Posto Fioravante Esperança, neste município de Palmas.

Phelipe Augusto da Camara Brasil – Presidente da Comissão

Arthur Santos - Membro

(Folha Palmense, p.5, 1965)

As notícias relacionadas a instalação de serrarias na TI eram divulgadas como se fossem a solução de todos os problemas enfrentados pelos indígenas até aquele momento. Vários documentos registram a movimentação do setor madeireiro em Palmas, como pode ser observado na Ordem de Serviço da Madeireira Ipiranga (Figura 23), além de outros documentos que registraram a solicitação de corte (Anexo IV) além de um telegrama emitido pelo Chefe da 7ª Inspeção relacionado ao comércio de madeira no Posto de Palmas (Anexo V). Ao mesmo tempo que era legalizada a exploração dos recursos naturais também anunciavam a assistência educacional e médica nos Postos Indígenas, que podem ser vistas como formas de amenizar o impacto provocado pela devastação decorrentes da instalação de serrarias com o aval do SPI.

Figura 23: Ordem de serviço da Madeireira Ipiranga de Palmas no ano de 1965

CÓPIA

16°
3/27/65
B. B. B.

MADREIRA IPIRANGA LTDA.
Madeiras em Geral

PALMAS - PARANÁ Palmas, 10 de março de 1.965.-

1

7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios
Posto Indígena "Fioravante Esperança"
Palmas - Pr.

Ref. Coleta de Frutos - Ordem de Serviço nº 1/65.

Com referência a Coleta de Frutos acima epi-
grafada, datada de 11 de fevereiro último, oferecemos o prê-
ço de Cr\$13.000,00 (treze mil cruzeiros), por pinheiro em pé
com cinquenta centímetros de diâmetro e acima, de duas toras
de cinco metros de comprimento e acima, localizados no terre-
no de propriedade do Posto Fioravante Esperança, nas proxim-
dades de Palmas, com pagamento integral no ato da assinatura
do contrato e marcação das árvores.-

Esperando merecer desse Serviço a atenção ha-
bitual, aproveitamos do ensejo para apresentar protestos de
estima e real consideração.

Atenciosamente
Gariabo MADEIRA IPIRANGA LTDA
(a) Illegível
Gerente

CONFERE COM O ORIGINAL
Vivaldo de Souza

VISTO
a. p. de
Carlos de Souza

BR RJM: REL FIC-V13-1246

Fonte: Relatório Figueiredo (1967).

A instalação de serrarias nas Terras Indígenas não era considerada crime, desde que a renda oriunda da atividade fosse revertida ao próprio Posto (SANTOS, 2016). Porém, o que se acompanhou foi a venda ilegal da produção das serrarias sendo desenvolvidas pelos funcionários da SPI. Agravando o problema, a concessão irregular para a instalação das serrarias, a venda ilegal da produção, a apropriação da renda indígena para uso pessoal do chefe do posto foram denunciadas como práticas corriqueiras durante este período. Guimarães (2015) aponta que desde o início da década de 1950 foram instaurados vários inquéritos com o objetivo de averiguar irregularidades no

SPI, que passou a sofrer várias denúncias quanto ao descaso com a população indígena, irregularidades na administração da renda indígena, vendas ilegais de madeira, gado e até mesmo o genocídio praticado por agentes do órgão. Entre as denúncias se registrou inclusive a inoculação de vírus como o da varíola, além de muitos outros crimes que foram comprovados por meio das investigações (BARBOSA, 2016). No ano de 1963, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI com o objetivo de averiguar as denúncias apresentadas. Após concluídas as investigações, o resultado foi publicado apresentando as seguintes considerações:

- I - foram, realmente, constatadas graves irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios sendo, portanto, procedentes as denúncias constantes da Resolução nº 1 de 1963, que deu origem à CPI;
- II - dessas irregularidades resultaram sérios prejuízos ao índio, quanto à sua integração à comunidade nacional, e ao seu patrimônio;
- III - ficou evidenciada a prática de delitos contra a Fazenda Nacional e o Patrimônio Indígena;
- IV - ficou positivado, ainda, o abandono sob o aspecto social em que se encontra o índio e a precária ou quase nula assistência médico-sanitária, educacional e técnico-agrícola por parte do SPI, através dos diferentes postos, em contraste com o trabalho desenvolvido pelas missões religiosas visitadas;
- V - constatou-se que a decadência da instituição se deve, também, à deficiência de pessoal especializado para atender aos encargos do Serviço de Proteção aos Índios (BRASIL, Resolução 142 de 1965).

A partir do golpe militar em 1964, a situação do SPI se tornou praticamente insustentável. Houve a demissão de vários funcionários, entre eles o diretor do órgão, Noel Nutels¹², que havia sido nomeado pelo Presidente da República João Goulart e pretendia redirecionar o SPI aos moldes do início da década de 1950 (BARBOSA, 2016). Com base nas denúncias apresentadas na investigação de 1963, deu-se início a uma nova rodada de investigações, que culminou na apresentação do Relatório Figueiredo, composto por mais de sete mil páginas onde se apresentam atas, depoimentos, descrições, fotografias e outros documentos que denunciam as diferentes formas de violência sofrida pelos povos indígenas (ALMEIDA, 2015). A comissão formada pelo procurador Figueiredo coletou vários documentos, além de testemunhos nas cinco inspetorias do SPI resultando em trinta volumes que foram entregues durante o governo Costa e Silva (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2014). Um dos acusados, considerado chefe do esquema criminoso na Inspetoria Regional 7, responsável pela administração do Posto de Palmas, era Dival José de Souza (SANTOS, 2016). Dentre as acusações que recaiam sobre ele, aparecem algumas irregularidades (Anexo VI) envolvendo o Posto Indígena Fioravante Esperança, conforme destacado abaixo:

¹² Médico sanitário que denunciou o genocídio dos povos indígenas do Brasil. Entre as décadas de 1940 e 1970, Noel Nutels percorreu o interior do Brasil atendendo populações até então bastante ignoradas pelo poder público. Personagem da saúde pública brasileira, notabilizou-se por rejeitar a naturalização do genocídio dos povos indígenas no Brasil. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/noel-nutels-indigenas-genocidio/> Acesso: 18/08/2021.

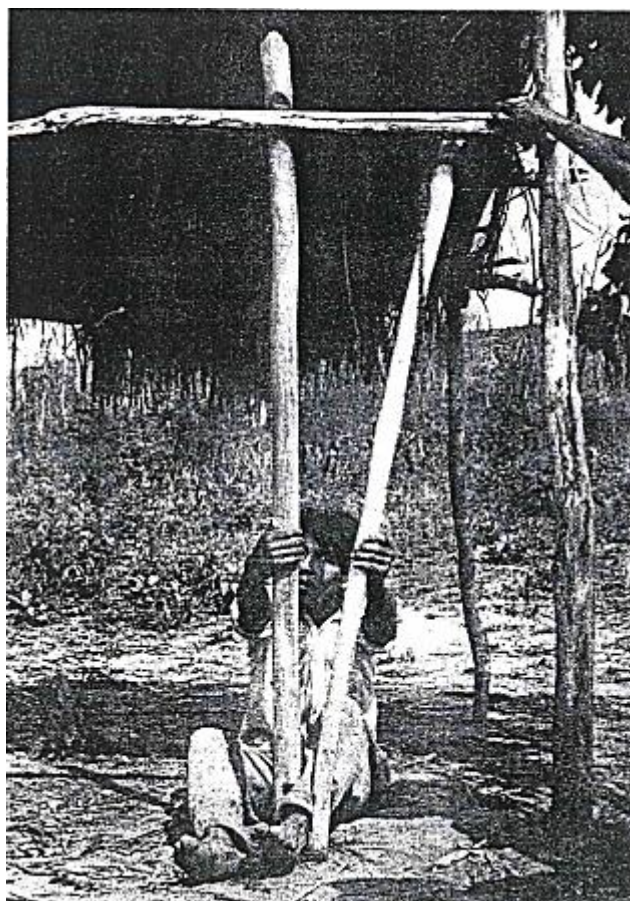
Comprou materiais, construiu casas e fez funcionar serraria no Posto Indígena Fioravante Esperança, sem autorização, nem licitação (fl. 1750); [...] Venda de madeira no Posto Indígena Fioravante Esperança, contra a ordem expressa do Ministro da Agricultura, por coleta de preço (fl. 1727); [...] Vendeu sem concorrência 2.271 dúzias e 20 pés de tábuas serradas no Posto Indígena Fioravante Esperança, à Madeira e Materiais Chile Ltda, e madeira Marval Ltda. No Posto Indígena Fioravante Esperança (fls. 1747, 1748, 2058); [...] Vendas de madeira serrada em Fioravante Esperança e Cacique Capanema por coleta de preço (fl.1735). (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, p. 22-23).

Percebe-se por meio deste relatório a quantidade de madeira que era comercializada, provavelmente de forma irregular no Posto Indígena de Palmas. D'Angelis, (2006) destaca o grande interesse na venda de madeira e principalmente dos grandes pinheirais existentes nas terras indígenas. De acordo com o autor, os contratos com as mais diversas irregularidades eram realizados para a retirada das riquezas naturais ao menos nos vinte últimos anos de existência do SPI. Relata ainda que os indígenas que se opunham a vender as madeiras eram considerados “rebeldes” ou “vadios”, e, conseqüentemente, transferidos para outro posto, podendo em casos extremos serem até mesmo espancados por ordem do Chefe do Posto. Quanto à relação que se estabelecia entre os nativos e os chefes dos Postos Indígenas, Santos (2016) descreve que parecia mais de patrão e empregado do que uma relação assistencial, pois havia uma clara exploração fazendo muitos indígenas preferirem trabalhar fora do posto. O trabalho desenvolvido pelos indígenas fora do PI tinha o objetivo de conseguir dinheiro para a aquisição de ferramentas, sementes, mantimentos para os meses em que a produção doméstica já tinha sido consumida, objetos que passaram a utilizar depois do contato com os não índios, além de atender a população regional viam os nativos como mão de obra capaz de realizar os trabalhos mais rudimentares (HELM, 1974).

O SPI que tinha o objetivo de criar mecanismos e transformar os nativos em trabalhadores nacionais, acabou gerando a exploração tanto dos indígenas quanto de seus territórios. Como forma de desenvolver a política de assimilação, Helm (1974) destaca que os indígenas desempenhavam serviços braçais gratuitos ou a troca de uma pequena porcentagem na produção dentro do Posto. A justificativa era que o Posto só poderia dar assistência aos índios se eles produzissem para conseguir recursos, que seriam aplicados na manutenção de escolas, enfermarias e funcionários. Ainda de acordo com a autora, em alguns casos os nativos eram aliciados a produzir roças para os chefes do Posto Indígena e, em troca do serviço, recebiam sementes que eram enviadas pelo próprio governo usadas pelos funcionários para gratificar o trabalho prestado. Os nativos eram proibidos de iniciar suas roças antes que fizessem a do Posto e a dos funcionários do PI e aqueles que desrespeitassem as ordens, poderiam receber castigos como a prestação de tarefas agrícolas e até mesmo o tronco, castigo corporal definido pela polícia indígena (Figura 24). D'Angelis (2006) explica que foram criadas

dentro dos Postos Indígenas as chamadas Guardas Indígenas, que garantiam a obediência dos nativos diante do esbulho que suas terras estavam sofrendo.

Figura 24: Índio *Kaingang* mostrando como era usado o tronco no ano de 1965



Fonte: Helm (1974, p.142).

Os indígenas eram controlados e manipulados pelos chefes dos Postos Indígenas, que contavam com o apoio de autoridades locais, que viam os nativos como instrumento de trabalho para servir ao patrão civilizado (HELM, 1974). Ainda de acordo com a autora, a atuação dentro das reservas acontecia pela utilização do trabalho forçado, não remunerado, sendo o capital produzido pelos nativos aplicado na exploração agrícola ou em campanhas políticas que davam prestígio aos encarregados junto às autoridades e ajudavam a acobertar as irregularidades cometidas envolvendo vários agentes com o regime de espoliação, desenvolvida pelo órgão que deveria prestar assistência aos índios.

A prática adotada pelo SPI que visava a exploração e conseqüentemente a corrupção dos recursos provenientes de sua comercialização se tornaram comuns no território paranaense, principalmente durante a década de 1950, quando o Estado era governado por Moysés Lupion,

empresário do setor madeireiro. Santos (2016) destaca que ele é lembrado por alguns como o grande civilizador do Paraná, sendo que seu lema de governo era marcado pela priorização das políticas de colonização.

De acordo com informações coletadas no Portal *Kaingang* (2021) a área original da demarcação do Posto Indígena de Palmas era, no ano de 1909, de 4.840 hectares. Porém, no ano de 1961, houve uma redução em consequência da nova demarcação, cuja área passou para 2.944,5 hectares. Ademais, é possível constatar a grande comercialização de madeira envolvendo o Posto Indígena de Palmas e madeiras locais por meio da documentação anexada ao Relatório Figueiredo. Também é observado por meio de um recibo emitido por um representante da 7ª Inspeção do SPI, declarando o pagamento pelo arrasto, transporte e organização das toras de madeira retiradas do PI de Palmas (Anexo VII). Outro documento que merece destaque traz a relação de toras cortadas e estocadas no PI, mostrando que a atividade de exploração madeireira estava em pleno desenvolvimento no ano de 1966 (Anexo VIII). Isso demonstra que as políticas adotadas em meados do século XX estavam voltadas a organizar o processo de ocupação das terras indígenas favorecendo o estabelecimento dos grupos de colonizadores. De acordo com Barbosa (2016), a política indigenista desenvolvida pelo Estado ao longo do século XX se destacava por apresentar uma perspectiva de que a condição do nativo era passageira, ou seja, eles apenas estavam índios, e que após serem integrados e civilizados esqueceriam suas origens.

O Estado se apresentava como tutor, defendendo-os e evitando que suas terras fossem tomadas. À medida que os nativos foram sendo integrados à sociedade nacional, foram assumindo um comportamento que atendia às expectativas dos brancos, passando os índios a depender parcialmente do sistema ao qual estavam sendo inseridos, pois tiveram que reorganizar suas atividades para que pudessem garantir o seu sustento (HELM, 1974). É salutar destacar que como constituíam mão de obra barata, boa parte de seu tempo era destinada a atividades prestadas para terceiros, o que comprometia o tempo destinado à produção de lavouras de subsistência e tornava a condição de vida do indígena precária. Pelo fato de ter ficado submetido a vários ministérios diferentes ao longo de sua trajetória, o SPI enfrentou muita dificuldade em desenvolver políticas específicas voltadas aos povos indígenas, principalmente, no que se referia a dar suporte para o desenvolvimento de práticas que incentivassem o desenvolvimento de atividades de subsistência.

O indigenismo do SPI esteve primeiramente vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), contudo, ao longo de sua trajetória oscilou entre ministérios, evidenciando certa inconstância em situar os povos indígenas, bem como as políticas específicas. O órgão integrou o referido ministério de 1910 até 1930, quando iniciou a gestão do político e militar Getúlio Vargas, assim, dentre 1930 a 1934 o órgão de proteção tutelar passou ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Não obstante, entre 1934 e

1939, período de fundação e afirmação de políticas nacionalistas e integracionistas e da implantação do Estado Novo (1937 – 1945), o SPI associou-se ao Ministério da Guerra (MG), subordinado à Inspetoria Especial de Fronteiras e, a partir de 1936, ao Estado Maior do Exército. Neste momento há uma retomada das questões indígenas vinculadas às noções de território, fronteira e segurança, como em alguns momentos históricos do período colonial e imperial, apesar de haver outra tônica de associação. No final de 1939 o órgão retornou ao Ministério da Agricultura passando a contar com a ajuda do órgão assessor e normativo do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), criado pelo Decreto n. 1.794, 22 de novembro de 1939.603. Desde então, o SPI manteve-se ligado ao Ministério da Agricultura até sua extinção em 1967 (ALMEIDA, 2015, p. 293-4).

Em meio às contradições apresentadas durante o período de funcionamento do SPI e, conseqüentemente, após as inúmeras denúncias que foram apresentadas pela CPI instaurada em 1963 e, posteriormente, em 1967-1968, a situação desse órgão indigenista tornou-se insustentável. A gravidade das denúncias apresentadas contra funcionários tirava completamente a credibilidade da instituição, que tinha por objetivo proteger os nativos diante do processo de espoliação ao qual estavam sendo submetidos. A utilização da instituição para facilitar a exploração dos recursos presentes nas terras indígenas foi denunciada, expondo a omissão do Estado diante da causa e a sua intenção de favorecer o desenvolvimento de políticas voltadas à colonização. Barbosa (2016) descreve que devido a estas e outras denúncias, durante o mandato do Presidente da República Marechal Costa e Silva (1967-1969), aproveitando da imagem abalada do SPI, resolve acabar com esse Serviço para implantar a Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Ainda sobre a extinção do SPI, é importante destacar:

O SPI foi extinto em 1967 num contexto de denúncias que se estenderam ao longo da década. A acusação de corrupção do órgão representa uma das facetas menos aviltantes das denúncias uma vez que pesava sobre a agência revelações acerca das diversas formas de violência delegadas aos povos indígenas, como conivência na invasão de terras e na disseminação de epidemias, maus tratos, genocídio, práticas de tortura e espancamento, coerção e controle social, trabalho compulsório ou escravidão e ações disciplinares praticadas pelos agentes encarregados nos Postos Indígenas. Enfim, uma lista extensa de ações vexatórias: assim surge a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (ALMEIDA, 2015, p. 295).

A extinção do SPI era uma tentativa de reverter o efeito negativo da divulgação de várias denúncias na imprensa nacional e estrangeira sobre os problemas envolvendo o órgão, aproveitando para implantar uma política atrelada ao desenvolvimento do capital, ou seja, voltado a implantação de grandes empreendimentos no interior do país, como a expansão das fronteiras agrícolas (BARBOSA, 2016). A transição para o novo órgão foi discreta e pouco percebida, pois muitas das práticas desenvolvidas pelo SPI continuaram ocorrendo. O Relatório Figueiredo surgiu a partir das denúncias e conclusões das CPIs anteriores e mesmo apresentando acusações muito graves, não resultou em ações concretas que atenuassem o prejuízo imputado aos nativos ou incriminasse com rigor as fraudes. As autoras ainda destacam que a comissão do Ministério do Interior, que elaborou

o Relatório Figueiredo recolheu vários documentos do SPI, que acabaram sendo consumidos em um incêndio em junho de 1967 (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2014).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou analisar o processo de ocupação histórica dos povos *Kaingang*, a partir das fontes etnohistóricas, bibliográficas e documentais, assim como transformações que ocorreram na paisagem da região do município de Palmas que foram intensificadas, principalmente em virtude do avanço do processo de colonização ocorrido na região, fazendo com que os nativos se adaptassem a diferentes formas de sobrevivência no momento em que suas terras foram sendo reduzidas e os indígenas ficaram limitados nas áreas reservadas pelo Estado.

As políticas adotadas visavam atender a um modelo de sociedade baseado em práticas capitalistas e expansionistas priorizando a transformação dos indígenas em trabalhadores nacionais integrados ao modelo de desenvolvimento apresentado. O SPI, órgão criado para dar assistência e proteger os indígenas, apresentou um caráter muito contraditório ao longo de seu exercício, ora desenvolvendo políticas de assistência e proteção aos nativos, ora promovendo práticas que atendiam com mais prioridade os interesses expansionistas do que aos próprios nativos.

No primeiro capítulo, apresentei a descrição da paisagem natural da região de Palmas, formada pela Floresta Ombrófila Mista, com destaque para a Floresta de Araucária, ambiente onde se desenvolveu a cultura ancestral dos *Kaingang* ao longo dos últimos dois milênios, segundo os dados arqueológicos. Posteriormente, abordei as etapas de ocupação desta região com destaque para o avanço das frentes colonizadoras e conseqüentemente a reação dos nativos diante da ocupação de suas terras até a demarcação das áreas onde seriam estabelecidas as reservas.

No segundo capítulo, descrevi as características dos *Kaingang* e sua interação com o ecossistema, destacando a utilização dos recursos florestais no seu cotidiano, tanto nas atividades culturais como espirituais e sociais, isso a partir da análise de relatos apresentados por etnólogos. A sobrevivência dos nativos era obtida a partir dos recursos extraídos da FOM, que se apresentava importante também no que se relacionava aos aspectos religiosos, pois estes estavam intimamente ligados ao meio ambiente. Um exemplo dessa proximidade era a realização do *Kiki*, celebração em homenagem aos mortos, que também era praticada pelos grupos que habitavam a região de Palmas. Apresentei ainda aspectos do cotidiano dos *Kaingang*, como a caça, a agricultura, a alimentação, as bebidas produzidas, os medicamentos, além da organização de suas moradias com o objetivo de demonstrar como estas relações foram sendo adaptadas à medida que as frentes de expansão avançavam sobre seus territórios limitando-os.

Ainda busquei relatar as estratégias que passaram a ser desenvolvidas pelo Estado, a partir da segunda metade do século XIX, com o objetivo de promover a organização de aldeamentos. Ponto crucial nesse processo foi o apoio dos caciques Viri e Condá, que atuaram como intermediadores

entre os nativos e colonos, negociando junto ao governo soluções para o impasse que se estabelecia na região. Como não poderia deixar de ser, as mudanças provocadas pelo estabelecimento de fazendas na região de Palmas foram alterando o modo de vida dos nativos, que passaram a desenvolver uma economia basicamente agrícola, o que transformou a paisagem local provocando grandes alterações na flora e na fauna, tornando a vida dos nativos cada vez mais difícil.

No terceiro capítulo, trouxe informações sobre a política tutelar que foi apresentada pelo governo a partir da criação do SPI, órgão que tinha a finalidade de proteger os indígenas diante das frentes colonizadoras, porém, em diversos momentos, contribuiu para a espoliação do patrimônio indígena, relacionado ao território e a extração da madeira. As práticas tutelares tinham o objetivo de inserir o nativo na sociedade nacional, transformando-o em mão de obra para as serrarias e as fazendas que se estabeleceram ao longo do século XX na região de Palmas, ou ainda transformá-los em pequenos produtores, capazes de se sustentarem. A Mata de Araucária e os Campos foram o cenário de atuação de grupos empresariais e fazendeiros interessados nas grandes extensões de terras que eram até então ocupadas pelos indígenas. As tentativas de inserir os *Kaingang* no novo modelo de sociedade objetivava facilitar o acesso dos colonizadores às terras, já que era comum o próprio SPI colaborar e o governo pouco fiscalizava.

No ano de 1940, ocorreu a instalação do Posto Indígena Fioravante Esperança em Palmas sob a jurisdição da 7ª Inspeção Regional sediada em Curitiba. A instalação do PI, intensificou o desenvolvimento das políticas de assimilação, em que o controle sobre esta população passou a ser exercido através do assistencialismo, políticas educacionais, além de atividades relacionadas à agricultura. O contato com os moradores da cidade de Palmas é intensificado neste período, já que constantemente a produção do PI era comercializada na cidade com o objetivo de conseguir recursos para a compra de outros produtos necessários para seu cotidiano.

Entre períodos de crescimento e de escassez, a partir da década de 1950, o SPI passa a incentivar a industrialização das terras indígenas através da instalação de serrarias, sob o pretexto que os recursos obtidos por meio desta atividade seriam revertidos para a manutenção das atividades de assistência aos indígenas. Cabe ressaltar, que o período corresponde a gestão de Moisés Lupion como governador do Paraná, lembrado como um político que priorizava as políticas de colonização. No município de Palmas durante este período, o setor madeireiro despontava como uma das principais atividades econômicas. Paralelo ao incentivo à instalação de madeireiras nos PI, iniciam investigações sobre irregularidades envolvendo dirigentes do SPI, inclusive denúncias recaíram sobre o diretor da 7ª Inspeção Regional responsável pelo PI de Palmas. As acusações estavam ligadas ao comércio irregular de madeira extraída da TI *Kaingang*, maus tratos contra os indígenas, que não

concordavam ou se mostravam insatisfeitos com o gerenciamento do Posto, genocídio, além da disseminação de epidemias. Tais denúncias foram anexadas com documentos que as comprovavam no chamado Relatório Figueiredo na década de 1960. Diante de tantas denúncias envolvendo o SPI, no ano de 1967, o então Presidente da República, Marechal Costa e Silva resolveu extinguir o órgão criando a FUNAI, no mesmo ano em que parte da documentação relacionada às denúncias foram consumidas em um incêndio.

Nesse sentido, a política tutelar apresentada pelo SPI ao longo do seu período de exercício (1910-1967) apresentou inúmeras contradições em relação à proposta inicial, demonstrando em vários momentos que seus objetivos visavam atender a um projeto colonizador deixando o indígena como coadjuvante no processo, vindo a atender os interesses políticos e de grandes fazendeiros e empresários do setor madeireiro.

Ao finalizar essa dissertação concluí que a prática de extração de madeira desenvolvida com o aval do SPI contribuiu para a grande destruição da FOM e para a redução das áreas indígenas, demonstrando a indiferença do poder público em relação à causa indígena. A pesquisa foi fundamental para meu crescimento profissional e humano, também será muito valiosa para a comunidade indígena *Kaingang* de Palmas que terá acesso aos documentos que demonstram todo o processo de expropriação e destruição das reservas que possuíam, além das estratégias usadas pelos órgãos indigenistas para manter sob controle a população nativa.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carina dos Santos. **Tempo, Memória e Narrativa Kaingang no Oeste catarinense: A tradição Kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem da Terra Indígena de Xapecó.** Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ALMEIDA, Carina dos Santos; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **A memória da paisagem: os Kaingang e as relações entre natureza nos “apontamentos” de Mabilde.** São Paulo: ANPUH, 2011.

ALMEIDA, Carina dos Santos; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. A proteção tutelar às avessas: o Relatório Figueiredo e a violência contra o povo Kaingang. **Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”.** Florianópolis: UFSC, 2014.

ALVES, Daise; VIEIRA, Martha Victor. A legislação indigenista no Brasil republicano do SPI a FUNAI: Avanços e continuidades. **Albuquerque: revista de História**, vol. 09, n° 18, p. 85-109, 2017.

AMBROSETTI, Juan Bautista. **Os índios Kaingang de San Pedro (Misiones).** Campinas: Curt Nimuendajú, 2006.

As belezas e riquezas da Floresta com Araucária. **Instituto Purunã**, Curitiba, 2019. Disponível em: <<https://www.institutopuruna.com.br/as-belezas-e-riquezas-da-floresta-com-araucaria>> Acesso em 11/04/2021.

BALDUS, Herbert. O culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas. In: TAUNAY, Affonso de E (org.). **Ensaio de etnologia brasileira.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 29-69.

BARBOSA, Rodrigo Lins. **O Estado e a Questão Indígena: Crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969).** 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

BAUER, José de Araújo. **Reminiscências, Histórias de Palmas.** Palmas: Kayganguê, 2002.

BECKER, Ítala I. B. **O índio Kaingang do Paraná: subsídios para uma etno-história.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.

BERTOLDO, Édson; PAISANI, Júlio César; OLIVEIRA, Paulo Eduardo de. Registro de Floresta Ombrófila Mista nas regiões sudoeste e sul do Estado do Paraná. **Hoehnea**, v. 1, n. 01, p. 1-8, 2013.

Biomás Brasileiros. Disponível em: <https://biomasbrasileiros.wordpress.com/2018/06/08/floresta-ombrofila-mista>. Acesso em 25/09/2020

BNDigital. **Diário do Paraná**, Curitiba, 1965. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761672&pesq=&pagfis=52860>> Acesso em: 20/06/2021.

BORBA, Telêmaco. **Actualidade indígena no Paraná.** Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

BRANDT, Marlon. **Uma História Ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 1.736, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1939. Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/11/1939, Página 26051. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1736-3-novembro-1939-411705-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 26/05/2021.

BRASIL, Decreto n. 10.652, de 16 de Outubro de 1942. Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), do Ministério da Agricultura. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10652-16-outubro-1942-464627-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27/05/2021

BRASIL. Decreto n. 52.668, de 11 de outubro de 1963. Regimento do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.html Acesso em: 27/05/2021.

BRASIL. Resolução da Câmara dos Deputados nº 142 de 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1960-1969/resolucaodacamaradosdeputados-142-13-julho-1965-319947-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 10/06/2021

BRASIL. Decreto n. 23.793/34 – Código Florestal de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm. Acesso em 11/06/2021.

BRASIL. Decreto Nº 736 de 06 de abril de 1936. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-736-6-abril-1936-472619-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13/06/2021.

BRIGHENTI, Clóvis Antônio. **O movimento indígena no Oeste catarinense e sua relação com a igreja católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CARBONERA, Mirian; CECCHIN, Cristiane. **Como Era Antes?** O patrimônio arqueológico pré-colonial do Oeste Catarinense. 1. ed. São José: Premier, 2015. 36p

CARLIN, Janete Chaves. **Entre campos e florestas: transformações da paisagem no município de Palmas/PR (1950 a 1980)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

Carta Régia de 5 de novembro de 1808. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40263-5-novembro-1808-572442-publicacaooriginal-95554-pe.html. Acesso em: 06/10/2020.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História**, vol. 30, n. 1, p. 349-371, 2011.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. O aumento da população humana (colonização e crescimento vegetativo) e os impactos sobre a floresta de araucárias. In: GERHARDT, Marcos;

NODARI, Eunice Sueli; MORETTO, Samira Peruchi (Orgs.). **História Ambiental e Migrações: Diálogos**. Chapecó: UFFS, pág. 139-156, 2017.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagens textos e identidade**. Rio de Janeiro: UERJ, pág. 13-74, 2004

Cobertura Florestal Nativa do Paraná. **IPARDES**, Curitiba, 2015 Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/sitemap>>. Acesso em 11/11/2020.

COLAÇO, Maria José Figueiredo. **Reserva Particular do patrimônio natural Grande Floresta das Araucárias**. Bom Retiro, 2017.

COPÉ, Sílvia Moehleecke. A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro. **Estudos avançados**, vol. 29 (83), pág. 149-171, 2015.

CORRÊA, Dora Shellard. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na Capitania de São Paulo ao final do século XVIII. **Varia História**, v. 24, n. 39, p. 135-152, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos dos Índios: Ensaio e documentos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. **Cadernos do CEOM**, n. 23, pág. 265-343, 2006.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, vol. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

FERNANDES, Loureiro. Os Caingangue de Palmas. **Arquivos do Museu Paranaense**, Vol. 1, pág. 161-216, 1941.

FASSHEBER, José Ronaldo Mendonça. **Saúde e políticas de saúde entre os Kaingang de Palmas/PR**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

FERNANDES, Ricardo Cid. **Autoridade política Kaingang: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palmas/Paraná**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

GIACON, Gustavo. **Coqueiro Jerivá**. Plantas nativas e exóticas. Disponível em: <http://ciprest.blogspot.com/2019/10/coqueiro-jeriva-syagrus-romanzoffiana.html>. Acesso em 14/04/2021.

GUIMARÃES, Elena. **Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias**. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

HAVERROTH, Moacir. **Kaingang um estudo etnobotânico: Uso e classificação das plantas na terra indígena de Xapécó (oeste de SC)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

HELM, Cecília Maria Vieira. ***Kaingang, Guarani e Xetá na historiografia paranaense.*** Caxambú, 1995.

HELM, Cecília Maria Vieira. **A integração do índio na estrutura agrária do Paraná.** 1974. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67725>>

HOERHANN, Rafael C.de L.e Silva. **O serviço de Proteção aos Índios e a desintegração cultural dos Xokleng (1927-1954).** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 19/06/2021.

LAPPE, Emeli; LAROQUE, Luis Fernando da Silva. Indígenas e Natureza: a reciprocidade entre os *Kaingang* e a natureza nas Terras Indígenas Por Fi Gâ, Jamã Tÿ Tãnh e Foxá. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 34, p. 147-156, 2015.

KURY, Lorelai. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciência e Saúde - Manguinhos**, vol. VIII (suplemento), p. 863-80, 2001.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Fronteiras Geográficas, Étnicas e culturais Envolvendo os *Kaingang* e Suas Lideranças no Sul do Brasil (1889-1930). **Pesquisas, Antropologia**, n. 64, p. 1-342, 2007.

LINO, Jaisson Teixeira. O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história. In: RADIN, José C.; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, pág. 92-108, 2016.

LOPONTE, Daniel; CARBONERA, Daniel; SIVESTRE, Romina. Fishtail Projectile Points from South America: The Brazilian Record. **Archaeological Discovery**, 3(3), p. 1- 19, 2015.

LOURDEAU, Antoine; CARBONERA, Mirian; SANTOS, Marcos C. P.; HOELTZ, Sirlei; FONTUGNE, Michel; HATTÉ, Christine; SILVA, Sergio. F. S. M.; ROSINA, Pierluigi; LUCAS, Lívia O.; DA COSTA, Amelie; FOUCHER, Cecile; RAMALHO, Juliana B.; KUCZKOVSKI, Franciele; CAMPOS, Juliano B.; VIANA, Sibeli A.; HERBERTS, Ana. Pré-história na foz do rio Chapecó. **Cadernos do CEOM**, n. 45, p. 220-242, 2016.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva; SILVA, Juciane Beatriz Sehn da. Ambiente e cultura *Kaingang*: saúde e educação na pauta das lutas e conquistas dos *Kaingang* de uma Terra Indígena. **Educação em Revista**, v. 29, n. 02, p. 253-275, 2013.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. De coadjuvantes a protagonistas: seguindo o rastro de algumas lideranças *Kaingang* no sul do Brasil. **Revista de História da Unisinos**, vol. 9, nº 1, p. 49-59, 2005.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso da prática da proteção fraternal na Primeira República. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Comunicação, MN/PPGAS, 1989. p. 4-85.

MERGEM, Natália Machado. **Complexidade na arqueologia do Jê Meridional: A contribuição de São José do Cerrito**, 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2016.

MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta: a implementação do Pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As colônias indígenas no Paraná provincial**. Curitiba: Aos quatro ventos, 2000.

MOTA, Lucio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: Eduem, 2008.

Museu do Índio. 2021. Disponível em:

<http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/spi/se/album/fioravante_esperanca/index.html>. Acesso em 07/06/2021.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará**. Org. Marco Antônio Gonçalves. Campinas, UNICAMP, 1993.

NOVAK, Eder da Silva. **TEKOHA E EMÃ: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná da primeira República – 1889 a 1930**. Maringá, 2006. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2006.

NOVAK, Eder da Silva; MOTA, Lucio Tadeu. Desiguais e combinados: índios e brancos no vale do Tibagi – PR na primeira metade do século XX. **Campos**, vol. 14, pág. 77-113, 2013.

PÁDUA, J. A. (org.). **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009. p. 118-150.

PARANÁ, Governo do Estado. **Centenário de Emancipação política do Paraná**. Clarim, 1953.

PERES, Jackson Alexandro. **Entre as matas de araucária: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914)**. Florianópolis, 2009. Dissertação (Mestrado em História Cultural), – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PERES, Jackson Alexsandro. **Parque estadual da Serra do Tabuleiro: Natureza, legislação e conflitos na baixada do Maciambú – Palhoça (1975-2012)**. Florianópolis, 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

Pinhão. **Cruzeiro do Vale**, Gaspar - SC, 2016. Disponível em:<<https://www.cruzeirodovale.com.br/colunas/vida-e-ciencia/pinhao>> Acesso em: 29/09/2020

PINHEIRO, Maria Helena de Amorim. **A Emergência do ritual doKiki no contexto contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

PIOVEZANA, Leonel. **Território *Kaingang* na mesorregião grande fronteira do Mercosul – Territorialidades em confronto**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2010.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**, n. 23, pág. 149-188, 2006.

PROCHNOW, Miriam. **O Parque Nacional das Araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta: Unidades de conservação da Mata Atlântica**. Rio do Sul: APREMAVI, 2009.

ROCHA, Leandro Mendes. **A política indigenista no Brasil 1930-1967**. Goiânia: UFG, 2003.

RADIN, José Carlos. Um olhar sobre a colonização da Fronteira Sul. In: RADIN, José C.; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, pág. 146-166, 2016.

RELATÓRIO da Comissão de Investigação do Ministério Interior (Relatório Figueiredo). Brasília, 1967.

RODRIGUES, Ivete; PSIDONIK, Liziane D. G.; SILVA, Roselaine I. C. Impactos socioambientais e a redução das áreas da Floresta Ombrófila Mista na Microrregião de Erechim- RS. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 29, p. 9-29, 2017.

RODRIGUES, Cintia Régia. O Apostolado Positivista do Brasil e o SPILT: propostas e políticas para a questão indígena no Brasil. **Topoi**, v. 20, n° 40, p. 185-203, 2019.

SARAIVA, Márcia Pires. Uma pedagogia para os índios: A política indigenista de Getúlio no contexto do Estado Novo (1937-1945). **Margens**, v.7, n.9, p. 213-229, de 2016.

SCHMITZ, Pedro I. et al. Os índios engenheiros e suas estranhas casas enterradas. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). **Casas subterrâneas: Anais do I Colóquio sobre sítios construídos**. Santa Maria: Palotti, 2005. p. 129-183.

SILVA, Claiton Marcio; BRANDT, Marlon; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. Uma História Ambiental da Fronteira Sul: campos, florestas e agrossistemas. In: RADIN, José C.; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, pág. 217-297, 2016.

SILVA, Luana Máyra da. **Entre a tradição e a ressignificação: A cultura material *Kaingang* na contemporaneidade – Terra indígena de Xaçupé/SC**, 2014. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à comarca de Curitiba**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

Sem autor: SPI instalará indústrias para auxiliar os índios. **Diário do Paraná**, Curitiba, 13 de março de 1965. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&Pesq=fioravante%20esperan%c3%a7a&pagfis=52860>>. Acesso em: 14/06/2021.

Sem autor: Edital. **Folha Palmense**, Palmas, 28 de fevereiro de 1965. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&hf=www.museudoindio.gov.br&pagfis=213756>. Acesso em: 14/06/2021.

Santos, Ellen Vieira dos. **O esbulho da territorialidade *Kaingang* no Paraná e a política indigenista do Serviço de Proteção aos Índios (SPI)**. Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, Foz do Iguaçu, 2016.

SANTOS, Silvio Coelho. **Índios e brancos no sul do Brasil**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1988.

SAUERESSIG, Daniel. **Levantamento dendrológico na Floresta Ombrófila Mista e implementação de um sistema de identificação online**. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SOUZA, Almir Antônio de. A invasão das terras *Kaingang* nos Campos de Palmas: O processo contra a liderança indígena de Vitorino Condá (1839-44). **Mediações**, Londrina, v.19, p. 43-6, 2014.

SPONCHIADO, Breno Antônio. **O Positivismo e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul**. Frederico Westphalen: URI, 2005.

STOCKMANN, Jaime. Colonização e integração *Kaingang* na sociedade paranaense. **Analecta**, v. 2, n. 1, p.123-138, 2001.

Terra indígena de Palmas. **Portal *Kaingang***, 2006. Disponível em: <http://www.portalKaingang.org/index_palmas.htm#>. Acesso em 08/06/2021.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos *Kaingang* da bacia do Tibagi: uma sociedade jê meridional em movimento**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

TOMMASINO, Kimiye. Homem e natureza na ecologia dos *Kaingang* da Bacia do Tibagi. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio. T.; NOELLI, Francisco S. (Orgs.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos *Kaingang***. Londrina: EDUEL, pág. 1-16, 2004.

TOMMASINO, Kimiye; ALMEIDA, Ledson Kurtz de. Territórios e territorialidades *Kaingang*: a reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista. **Mediações**, v.19, n. 2, p. 18-42, 2014.

VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da cultura *Kaingang***. Campinas: Curt Nimuendajú, 2006.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. **Paraná, sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero – Técnica, 1985.

WITTE, Gerson. **Os caboclos dos campos de Palmas e sua representação na Guerra do Contestado**. Francisco Beltrão, UNIOESTE, 2017.

WORSTER, Donald. Para fazer a História Ambiental. **Estudos Históricos**, vol. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

ANEXOS

Anexo I: Relação dos PIs sob a jurisdição da 7ª Inspetoria Regional no ano de 1940

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
7ª INSPECTORIA REGIONAL

3755

RELAÇÃO DOS POSTOS INDÍGENAS, SOB A JURISDIÇÃO DA 7ª INSPE
TORIA REGIONAL DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA, CONSTANDO, NOMES DOS POSTOS, TRIBU, LOCALIZAÇÃO E NÚMEROS DE ÍNDIOS EM CADA UNIDADE.

Nº DE ORDEM	POSTO INDÍGENA (NOME)	T R I B U (NOME)	LOCALIZAÇÃO (MUNICÍPIO)	NÚMERO DE ÍNDIOS
1	BARÃO DE ANTONINA	CAINGANG	SÃO JERÔNIMO DA SERRA PR.	259
2	CACIQUE CAPANEMA	CAINGANG	MANGUEIRINHA-PR	380
3	CACIQUE GREGÓRIO KAEKCHOT	CAINGANG	MANOEL RIBAS-PR	310
4	CEL. JOSÉ DE CARVALHO	GUARANI	SANTA AMÉLIA-PR	83
5	CEL. TELÊMACO BORBA	CAINGANG	ORTIGUEIRA-PR	110
6	DUQUE DE CAXIAS	BOTOCUDOS	IBIRAMA-SC	398
7	FIORAVANTE ESPERANÇA	CAINGANG	PALMAS-PR	240
8	INTERVENTOR MANOEL RIBAS	CAINGANG	LRANJEIRA DO SUL-FR	916
9	JOSÉ MARIA DE PAULA	CAINGANG	GUARAPUAVA-PR	352
10	DR. CARLOS CAVALCANTI	CAINGANG	CÂNDIDO DE ABREU-PR	58
11	DR. SELISTRE DE CAMPOS	CAINGANG	XANXERÊ-SC	932
12	DR. XAVIER DA SILVA	CAINGANG	LONDRINA-PR	226

ANEXO II: Jornal Diário do Paraná de 13 de março de 1965 trazendo a reportagem sobre a instalação de serraria no Posto indígena de Palmas

Revolução Exige Maior Eficiência nas

AUMENTOS CHEGAM AO PARANÁ: TRIGO E AÇÚCAR SUBIRAM

Com os novos preços determinados pela Superintendência Nacional de Abastecimento para todo o território nacional, a Delegacia do órgão, em Curitiba, informou que a farinha de trigo passará a custar, no Paraná, Cr\$ 14.616 a saca de 50 quilos, de primeira qualidade e Cr\$ 11.630 produto misto, na venda pelos moinhos. A farinha vendida em pacotes de um e cinco quilos foi liberada.

Para o açúcar cristal os novos preços serão na base de Cr\$ 12.000 por saca de 60 quilos, para S. Paulo, enquanto para Curitiba, o preço será estabelecido mediante a aplicação da fórmula «C.L.D.», com adição das despesas de frete ao custo original do produto e aplicação do lucro normal do comércio.

LEITE E PAO

A falta de leite e a entrega irregular do produto, nos bairros, já está se tornando abusiva, segundo os populares, que reclamam contra as altas sucessivas que o produto vem sofrendo. Até ontem à hora em que encerrava sua edição, não fora entregue pelos leiteiros, o memorial pedindo novos preços à SUNAB.

Por outro lado, os padeiros acabam de veicular que, dentro de alguns dias, o pão sofrerá aumento, em vista das majorações de trigo autorizadas pela SUNAB. Os panificadores estão

elaborando as novas tabelas em função dos novos níveis para a venda da farinha.

PREÇOS

O pão está sendo vendido pelos preços estabelecidos em dezembro de 1964, sendo um dos produtos que apresenta maior violência de alta, por se tratar de alimento importado mediante divisas em moeda forte que força aumento toda vez que ocorre reajuste do câmbio do dólar.

O pão de 50 gramas está sendo vendido a Cr\$ 23; o de 100 a Cr\$ 43; o de 150 gramas a Cr\$ 70 e o de 250 g. a Cr\$ 110. A margem do novo aumento será de 23 a 20%, para que possa ser absorvida, além da alta da farinha, a despesa acrescida de mão-de-obra, energia elétrica, etc.

DIRETRIZES

Tanto para o trigo como para o açúcar, os remanescentes só poderão ser faturados pelos comerciantes em preços antigos. No caso do açúcar cristal a diferença deverá ser recolhida ao Tesouro Nacional, à disposição do IAA, enquanto para o trigo segundo a orientação do Conselho Nacional de Abastecimento, os estoques da safra 1964-65 serão vendidos ainda nos preços antigos, só incidindo a majoração sobre as partidas que chegam agora às panificadoras.



SPI Instalará Indústria Para Auxiliar Índios

Começou a funcionar ontem, no Posto Indígena «Floravante Esperança», em Palmas, a primeira serraria com mão de obra exclusivamente indígena. Este é o primeiro passo, dentro da nova fase do Serviço de Proteção aos Índios, para a industrialização dos postos indígenas, localizados nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O sr. Felipe Câmara Brasil, inspetor regional substituto da Ta. Inspeção, esteve naquele município utilizando os detalhes para funcionamento da iniciativa pioneira, que propiciará trabalho à aproximadamente trezentos índios cataguáns, tutelados daquele órgão.

Identicas medidas serão instituídas noutros postos e, dentro do plano de atividades do SPI, será intensificada e dinamizada a assistência médico-dentária e educacional. O setor agrícola também vem sendo incentivado e controlado, inclusive, com apoio de órgãos estaduais e do Ministério da Agricultura.

ABUSIVA

É a maneira como os leiteiros estão forçando o aumento do leite, que deixará o produto, em Curitiba, mais caro que em todas as outras Capitais do Sul. Simplesmente deixam de proceder à entrega regular do leite, nos varejistas e casas residenciais dos bairros, causando ondas de protestos que se avolumam a cada dia. Falta, agora, o enquadramento dos infratores na Lei de Economia Popular, porque greve branca não pode ocorrer impunemente.

Dizendo raras vezes nova real posição, a sua, secretária dos Índios as outras rias emprções do c de aument Africano; aperfeiço é uma li vência e cuperação «Para tuar o as de atuali delicados faz que po, até o do Centro Paraná, há cerca panávies to, venci o empres ra - prt e precop produção, dutividade

MUD

Continua Joey Bas minto con senpre t dola aspe sença do to de de trial bras cias pré aspecto, anos, um acirrado, sa, para cados. «Estas danentati

Diário do Paraná

Curitiba, Sábado, 13 de Março de 1965

ANEXO III: Edital de tomada de preços para corte de madeira no PI de Palmas no ano de 1965

Pág 6 Fôlha Palmense 28/2/1965

3/12/5

A verdade contra «Arigó»

Há poucos dias, assistimos no canal 2 (TV Cultura), a um debate sobre o caso do médium espírita conhecido pelo alcunha de Zé Arigó, processado pela Promotoria Pública e preso pela prática de curandeirismo.

O debate, entretanto, não passou de uma armadilha, baseada numa clamorosa deslealdade: puseram DOIS espíritas (um jornalista e outro médico, ao que parece) a discutir contra UM sacerdote católico (o padre Quevedo, especialista em para-psicologia). Nessas ocasiões, leva a melhor quem grita mais. O pobre sacerdote, que tinha contra si ainda o «handicap» de falar o português misturado com castelhano, sofreu uma verdadeira avalanche de apertadas, perguntas e contestações. Mas apesar do seu embaraço inicial diante da agressividade quase histérica dos seus interlocutores, soube equilibrar as ações, ganhou terreno e no final conseguiu expressar seus pontos de vista com segurança e clareza. E pelo menos no que nos diz respeito, não vacilamos em afirmar que a sua argumentação nos pareceu muito mais convincente que a dos adeptos de Allan Kardec. Estes, por sinal, acabaram por deixar uma péssima impressão, pois frequentemente apelaram para ignorâncias, fazendo uma salada de palavras, risadinhas e outros recursos pouco decorosos para rebater as teses do sacerdote.

Em suma, o padre Quevedo deu a entender que a posição da Igreja em face dos fenômenos espíritas é muito mais compatível com os critérios científicos da medicina do que a dos partidários da reencarnação. Estes pretendem vêr nas «curas» e outras manifestações para normais dos «sensitivos» uma confirmação da crença na comunicação de almas do outro mundo com os seres humanos. A doutrina católica, ao contrário, considera tais pessoas dotadas de poderes extra-sensoriais provenientes do Aquém e não do Além. As faculdades que revelam de ler o pensamento alheio, de falar línguas estrangeiras, etc., pertencem a um setor ainda pouco explorado e conhecido da mente humana, mas não representam intervenções de entidades extra-terrenas. A prova é que vários cientistas e padres conseguiram reproduzir fenômenos desses, sem apelar para o espiritismo. Por outro lado, a Igreja não nega a possibilidade de comunicação entre vivos e mortos. — Nega é a facilidade e a frequência dessas comunicações como os espíritas acreditam. «Deus — afirmou a certa altura o padre Quevedo — não é um palhaço que permite às almas baixar a todo instante a este mundo». Os casos de comunicação dessa ordem são excepcionais, acrescentou uns poucos entre milhões. Por isso mesmo, quando surge alguém com faculdades para-psicológicas, a religião católica recomenda o mesmo procedimento que a ciência: tal pessoa deve ser estudada por cientistas competentes, nos centros de estudo adequados.

Quando a Arigó, embora não pondo em dúvida a sua especial capacidade de fazer «curas», indicou o padre Quevedo alguns casos concretos em que as «receitas» do médium quase casaram a morte dos pacientes.

Em Lins, por exemplo, o porteiro do Clube local, seguindo o «diagnóstico» de Arigó, que se morreu de inanição, pois não tinha câncer como este dissera e sim um simples tumor nos intestinos o que, aliás, os médicos da cidade sempre haviam afirmado e ficou comprovado quando o operaram, salvando-lhe a vida. No Vale do Paraíba, várias pessoas que seguiram a opinião de Arigó também foram parar no hospital. . .

Nessa atmosfera viciada pela demagogia que se formou em torno de Arigó, ao lado dos interessados em enfraquecer o prestígio da religião, a presença do padre Quevedo na TV, apesar da cidade armada ao tra ele, valeu como um lufada de ar fresco.

Roland Tavares

142

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
7a. INSPECTORIA REGIONAL
 Comissão Responsável da Coleta de Preços — Ordem de Serviço nº 1/65

EDITAL

ZEIROS:

3a. - As condições mínimas de pagamento são as seguintes: 30% (trinta por cento) na assinatura do contrato e o restante escalonado em 60 (sessenta, 90 (noventa) e 120 (cento e vinte) d.d.; será contado ponto à-quele que apresentar melhores condições de pagamento;

4a. - O contrato deverá ser assinado com o Chefe da 7a. Inspeção Regional do S.P.I. em Curitiba, na rua Emano Pereira, 259, 5 (cinco) dias após a notificação ao ganhador;

5a. - Será obrigado o concorrente ganhador ao replan-

A 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, devidamente autorizada pelo sr. Diretor do S.P.I., possuindo 1.000 (Hum mil) pinheiros, na área do POSTO INDIGENA «FIORAVANTE ESPERANÇA», situado no Município de Palmas, Estado do Paraná, aceita propostas para a venda dos referidos pinheiros, nas condições seguintes:

1a. - O pinheiro está em seu estado natural e terá que ter a bitola de cinquenta (50) centímetros acima;

2a. - O preço básico inicial para o pinheiro é de Cr\$ 10.000 (DEZ MIL CRU-

tio de 3x1 ou seja, 3 (três) mudas de pinheiros por unidade abatida;

6a. - O prazo para a retirada dos 1.000 (hum mil) pinheiros, será de (hum) ano, a contar da data da assinatura do contrato;

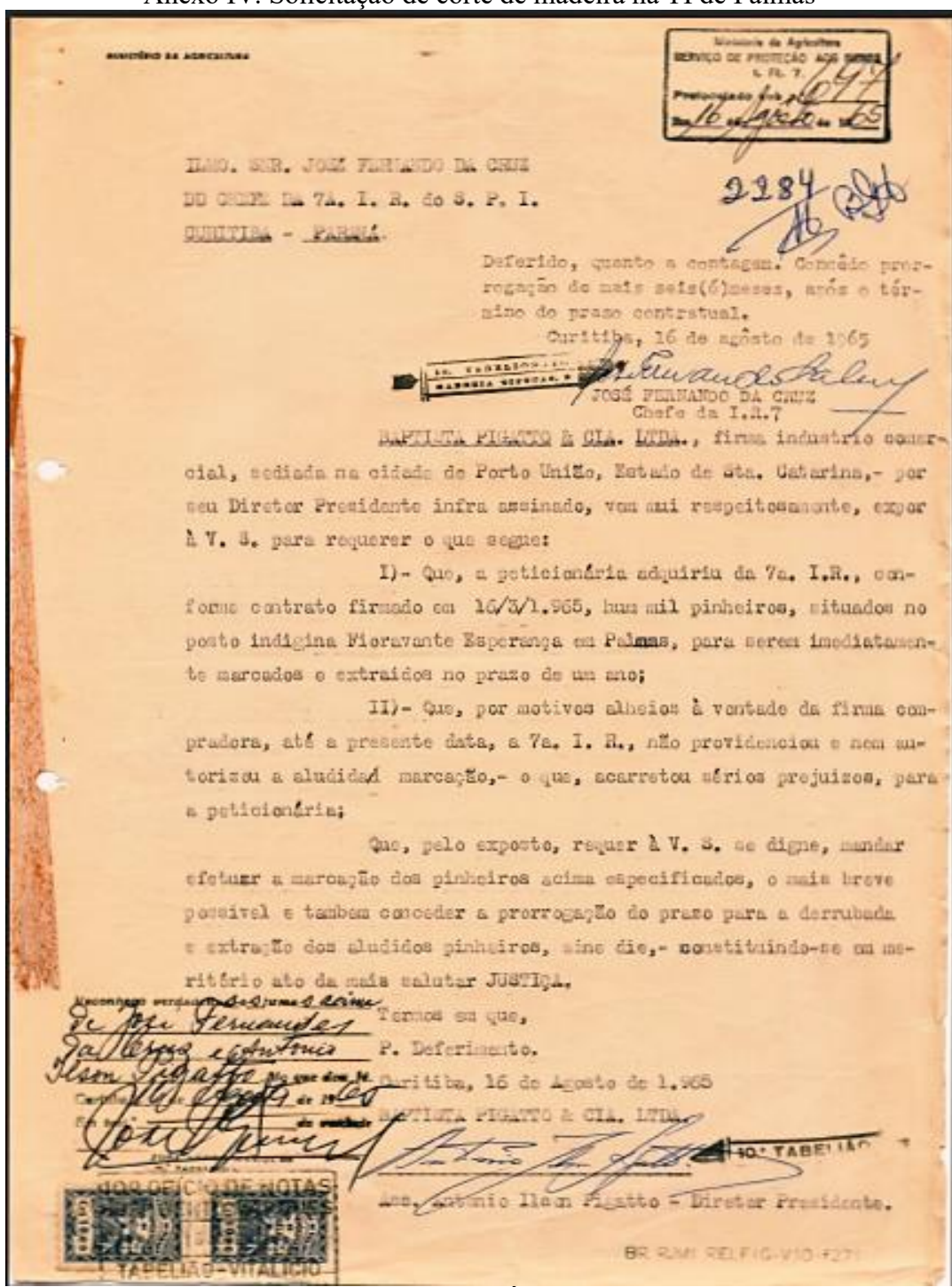
7a. - serão recebidas propostas em envelopes fechados até às 18 (dezoito) horas do dia 10/3/65, que serão abertas dia 11/3/65, às 10 horas da manhã na sede do Posto «Fioravante Esperança», neste município de Palmas.

(a) Philippe Augusto da Cãmara Brasil
 Presidente da Comissão
 (a) Arthur Santos
 Membro

SE VOCÊ QUER SER NOSSO ASSINANTE VEJA COMO É FACIL!

Fonte: Museu do Índio (2021)

Anexo IV: Solicitação de corte de madeira na TI de Palmas



Fonte: Museu do Índio (2021)

Anexo V: Telegrama relacionado ao comércio de madeira na TI de Palmas

BR RUMI RELFIG-V10-f94

TELEGRAMA


Nome e cargo do expedidor fechando o texto. Escrever separando as palavras com 2 espaços

PREMIELLO

INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADIS


ENFEREÇO

TEXTO A TRANSMITIR

 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA		CAMBIO DA ESTAÇÃO <i>PPI 21</i>	
Espécie: OFICIAL	Número <i>5</i>	Data <i>21</i> Hora <i>100</i>	
Origem	Palavras <i>22</i>	Via a seguir	
AGRÍNDIOS DIRETOR BRASÍLIA (DF)			HORA DA TRANSMISSÃO <i>25:45</i> INICIAL DO OPERADOR <i>[assinatura]</i>
N.º 217 de <i>21</i> - 10 - 66 TENDO VISTA SÔMENTE NESTA DATA CONSEGUI VENDER MADEIRA ESTOCADA SERRARIA POIND FLOREAVANTE ESPERANÇA VG SITUADO MUNICÍPIO PALMAS VG NESTE ESTADO VG SIGO AMANHÃ DESTINO AQUELA CIDADE FIM LIQUIDAR DÉBITOS CONTRAÍDOS GESTÃO PASSADA VG TUDO CONFORMIDADE ORDEM SERVIÇO INTERNA NÚMERO SETENTA ET QUATRO VG DATADA SETE JULHO ÚLTIMO PT POSTERIORMENTE VG REMETEREI RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO ATIVIDADES LEVADAS A EFEITO NAQUELA UNIDADE REFERENTE SITUAÇÃO ENCONTRADA ET PROVIDÊNCIAS TOMADAS SENTIDO SOLUCIONAR SITUAÇÃO NAQUELE SETOR PT SDS <div style="text-align: right;"> <i>Dival José de Souza</i> DIVAL JOSÉ DE SOUZA CHEFE 7ª IR </div>			
Assinatura ou rubrica do expedidor:			CHEFE 7ª IR

Fonte: Museu do Índio (2021)

ANEXO VI: Acusações contra Dival José de Souza envolvendo o Posto Indígena Fioravante Esperança de Palmas


MINISTÉRIO DO INTERIOR

22.

lação remunerada). (fl. 1905).

- 8 - Recebimento antecipado das 2ª e 3ª prestações do contrato de venda de 650 toros à Hélio Pissetti, em Salitre de Campos, cedendo desconta extorsivo de R\$ 1.182.600 (agiotagem: repor). (fls. 1906, 1573).
- 9 - Pagamento de R\$ 86.510 ao Lord Hotel de Curitiba, por despesas de hospedagem e bebidas (fl. 1945).
- 10 - Recebimento de R\$ 360.000 correspondente a vinte diárias da IR-7 (3.1 a 22.1.66), quando já lhe tinha sido pago o hotel (fl. 1991).
- 11 - Celebração do contrato para venda de pinheiros e corte de pinheiros digo pinhos na sua administração (fls. 2532).
- 12 - Autorização da venda de 320 toros de madeira de lei, do Posto Indígena Duque de Caxias (fl. 212).
- 13 - Mandou Samuel Brasil vender 20 cavalos Chucros, por coleta de preços no Posto Indígena Manoel Ribas (fl. 2134).
- 14 - Pagamento de despesas diversas (hospedagem, colégio, restaurante) do servidor Belarmino Sales (fl. 1905).
- 15 - Recebeu adiantamento de R\$ 500.000 para viagem já havendo recebido diárias. Não prestou contas. (fl. 4852).

DIÓGENES AJALA

- 1 - Conivente na assinatura irregular de contratos de arrendamento de terras (fl. 1574).
- 2 - Participação no roubo do gado Kadueus (fl. 1574).

DIVAL JOSÉ DE SOUZA

- 1 - Confessa haver recrutado e armado índios de Kanxerê para expulsar os invasores do Posto Indígena José Maria de Paulo, havendo incendiado 33 casas (fl. 1753).
- 2 - Utilização do Serviço de Rádio para as campanhas de Brizzola e outros políticos do PTB (fl. 1719).
- 3 - Tinha ciência das torturas dos índios, inflingidas pelo irmãos Bueno e nunca tomou providência, mesmo tendo sido feito apêlo pelos índios (fl. 1719).
- 4 - Utilizava código cifrado ao tratar de contagem de pinheiros / derrubados, do preço do negócio fechado e movimentação financeira, havendo um para cada Posto, conhecido somente por êle e pelo Chefe do Posto. Os papéis eram rasgado e não ficava cópia no arquivo (fls. 1719, 1729, 1733, 1736, 1737, 1780).

MT - 5A - 441



MINISTÉRIO DO INTERIOR

23.

- 5 - Concedeu permissão irregular de instalação de serraria do Sr. Peluiz Monteiro Piffaro, sem ter autoridade para isso (fl. 1730).
- 6 - Sonegava à contabilidade da Inspetoria os elementos para uma exata contabilização. A escrituração da renda indígena era feita por ele, secretamente, tanto que os lançamentos da Conta Corrente da Inspetoria não correspondem aos da Conta Corrente Bancária (fls. 1732, 1877).
- 7 - Permitia irregularidades na frequência dos servidores (fl. 1728)
- 8 - Jamais realizou balanços ou balancetes das variações patrimoniais da patrimônio indígena (fl. 1733).
- 9 - Comprou materiais, construiu casas e fez funcionar a serraria no Pôsto Indígena Fioravante Esperança sem autorização, nem lição (fl. 1750).
- 10 - Empregou, na renda indígena, sem autorização, R\$ 5.967.882 na IR-7. Repor (fl. 1750).
- 11 - Confessa que cultivava para si uma área de seis alqueires no Pôsto Indígena José Maria de Paula e utilizou o braço indígena / (fl. 1753).
- 12 - Utilizava a renda indígena para pagamento de Hotel, Colégio, (diversos), do servidor Belarmino Sales (fl. 1908).
- 13 - Venda de madeira no Pôsto Indígena Fioravante Esperança, contra a ordem expressa do Ministro da Agricultura, por coleta de preço (fl. 1727).
- 14 - Vendeu sem concorrência 2.271 dúzias e 20 pés de tábuas serradas no Pôsto Indígena Fioravante Esperança, a Madeira e Materiais CHILE Ltda. e Madeira Marval LTDA. no Pôsto Indígena Fioravante Esperança (fls. 1747, 1748, 2058).
- 15 - Vendas de madeira serrada em Fioravante Esperança e Cacique Capanema por coleta de preço (fl. 1735).
- 16 - Determinou retirada de madeira em Selistre de Campos, sem autoridade para isso (fls. 1883, 1884).
- 17 - Mandou entregar madeira no Pôsto Indígena Duque de Caxias, apesar da proibição ministerial e do novo código florestal (fls. 2894, 2895).
- 18 - Liberou 1.210 dúzias de tábuas para Serrarias Reunidas Irmãos Fernandes S/A, além do 1.500 toros, por conta de um contrato que sabia anulado pelo Parecer 215-H, de 19.07.65, da Consultoria Geral da República (D.C.U. fls. 8562)-Cacique Capanema (fls. 1887, 3271, 3273, 3276, 2064, 2069).



MINISTÉRIO DO INTERIOR

24.

- 19 - Venda irregular de 342 toros A Firma Kantor & Franco Ltda., do Pôsto Indígena Xavier da Silva, apesar da proibição (fls. 2048, 3359, 3362).
- 20 - Autorizou a Firma Indústria e Comércio Saad S/A a retirar 105 toros do Pôsto Indígena Cel. Telêmaco Borba, apesar da proibição (fls. 2062, 3357, 3359).
- 21 - Liberou a retirada de 198,407 cm. de madeira de lei do Pôsto / Indígena Duque de Caxias (fl. 2082).
- 22 - Responsável pela venda irregular de toros de madeira na importância de R\$ 14.145.853 e respectiva remessa ao Sr. Diretor do SPI (fl. 2206).
- 23 - Liberou irregularmente 3.381 toros em Selistre de Campos, a favor de João B. Tonial & Filhos (fls. 2206, 3439, 3457).
- 24 - Liberou irregularmente 2.025 toros em Selistre de Campos a favor de Ernani Coitinho e permitiu-lhe serrar madeiras, sem autoridade para isso (fls. 1883, 3415, 3418).
- 25 - Subtração de 300 dúzias de tábuas de pinho serrado no Pôsto Indígena Fioravante Esperança, integrantes do lote de 1834 dúzias oferecido à venda pelo Aviso nº 1, de 04.08.66. Essa madeira não consta de venda efetuada a Madeireira e Materiais CHILE Ltda. e nem consta dos registros da repartição (fls. 3532, 3540).
- 26 - Vendeu, mediante coleta de preços e, assim mesmo, totalmente / irregular, 133 toros a Madeireira Marval Ltda., cuja proposta havia sido recusada e 1534 dúzias de pinho serrado a Madeireira e Materiais CHILE Ltda que não havia oferecido proposta (fls. 2895, 3532, 3540, 1747, 1748, 2058).
- 27 - Omissão: não abriu inquérito administrativa quando do furto de duas máquinas de escrever na IR-7 em 23.10.66 (fl. 4432).
- 28 - Responsável pela não prestação de contas do adiantamento de R\$ 13.500,00 correspondente ao TC-23018/67 (fl. 4695).


DJALMA MONGENOT

- 1 - Deflorou a Índia Terena do Pôsto Indígena Ipegue, no própria recinto da sede da Inspetoria (fls. 3770, 3773, 3784).
- 2 - Enriquecimento ilícito. Possui vários caminhões adquiridos sem meios legais aparentes (fl. 337).

DORIVAL PAMPLONA NUNES

- 1 - Conivente na venda de 500 rêsas e cêrca de 200 abatimentos na

Anexo VII: Recibo de pagamento retirada de madeira do PI de Palmas



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
 SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
 Atento aos Termos Estatutários no tocante aos Procedimentos de Pagamento

Nº de Ordem: Gr\$ 1.244.685

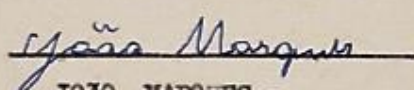
Nome: Victorina Tenente

Prof. Pré-Primário e Primário - Nível II

Recebi do Sr. SAMUEL BRASIL, responsável pelo expediente da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios - Ministério da Agricultura, a importância supra de Gr\$ 1.244.685 (UM MILHÃO DUZENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL SEISCENTOS E OITENTA E CINCO CRUZEIROS), proveniente de meu feitiço, arrasto, estabelecimento e transporte, de 319,150 M³. de Táras para o consumo e da serraria do Pond Fioravante Esperança, da referida Inspeção durante o mês de Dezembro de 1.965, à razão de Gr\$ 3.900 (TRÊS MIL E NOVECENTOS CRUZEIROS) por metro cúbico.

Para clareza firmo o presente recibo em cinco (5) vias para um só efeito.

Palmas, 31 de Dezembro de 1.965.


 JOÃO MARQUES.-

Ativar o Wind
 Acesse Configuraç

Fonte: Museu do Índio (2021).

Anexo VIII: Relação de toras cortadas no PI de Palmas no ano de 1966

MINISTERIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS
7a. INSPECTORIA REGIONAL
POSTO INDIGENA FIORAVANTE ESPERANÇA - PR.

Relação das toras de pinho cortadas, estaleiradas e sem estaleirar, que se acham no mato da area do
 "POSTO INDIGENA FIORAVANTE ESPERANÇA", em 1º de Agosto de 1966.

Di- me- tra	Compri- me- nto	TORAS		SEM ESTALEIRAS		ESTALEIRAS		Di- me- tra	Compri- me- nto	ESTALEIRADAS		
		Metro Cúbico.	Di- me- tra	Compri- me- nto	Metro cúbico	Metro cúbico	Di- me- tra			Compri- me- nto		
1,10	4,30	4.056	0,66	4,30	1.471	0,50	4,30	844	0,58	4,30	1.156	
1,04	4,30	3.653	0,79	4,30	2.108	0,56	4,30	1.022	0,54	4,30	985	
0,93	4,30	2.921	0,75	4,30	1.900	0,74	4,30	1.849	0,51	4,30	877	
0,85	4,30	2.440	0,71	4,30	1.702	0,54	4,30	949	0,65	4,30	1.059	
0,96	4,30	3.112	0,70	4,30	1.655	0,74	4,30	1.649	0,47	4,30	746	
0,94	4,30	2.984	0,68	4,30	1.562	0,60	4,30	1.216	0,54	4,30	985	
0,82	4,30	2.271	0,62	4,30	1.298	0,62	4,30	1.298	0,50	4,30	844	
0,79	4,30	2.108	0,63	4,30	1.340	0,56	4,30	1.059	0,52	4,30	915	
0,90	4,30	2.736	0,63	4,30	1.340	0,70	4,30	1.300	0,40	4,30	540	
0,86	4,30	2.498	0,69	4,30	1.608	0,42	4,30	596	0,43	4,30	624	
0,79	4,30	2.108	0,65	4,30	1.340	0,55	4,30	1.022	0,46	4,30	815	
0,78	4,30	2.055	0,66	4,30	1.471	0,57	4,30	1.126	0,44	4,30	654	
0,87	4,30	2.556	0,95	4,30	3.048	0,47	4,30	746	0,41	4,30	568	
0,82	4,30	2.271	0,92	4,30	2.858	0,85	4,30	2.440	0,38	4,30	488	
0,72	4,30	1.751	0,90	4,30	2.756	0,78	4,30	2.055	0,51	4,30	878	
0,70	4,30	1.655	0,89	4,30	2.675	0,45	4,30	624	0,50	4,30	844	
0,80	4,30	2.151	0,85	4,30	2.440	0,58	4,30	488	0,45	4,30	684	
0,72	4,30	1.751	0,79	4,30	2.108	0,84	4,30	2.308	0,59	4,30	1.176	
0,67	4,30	1.516	0,74	4,30	1.849	0,70	4,30	1.900	0,56	4,30	1.059	
0,63	4,30	1.340	0,55	4,30	1.022	0,68	4,30	1.062	0,47	4,30	746	
0,68	4,30	1.562	0,50	4,30	844	0,66	4,30	1.427	0,47	4,30	746	
0,62	4,30	1.298	0,49	4,30	811	0,49	4,30	811	0,50	4,30	1.022	
0,60	4,30	1.216	0,55	4,30	1.427	0,44	4,30	568	0,50	4,30	1.022	
0,62	4,30	1.298	0,57	4,30	1.097	0,41	4,30	568				
0,55	4,30	1.022	0,52	4,30	915	0,51	4,30	877				
0,80	4,30	2.151	0,48	4,30	778	0,52	4,30	915				
0,70	4,30	1.655	0,78	4,30	2.055	0,56	4,30	1.059				
0,68	4,30	1.562	0,75	4,30	1.300	0,47	4,30	746				
0,64	4,30	1.385	0,57	4,30	1.516	0,50	4,30	844				
0,82	4,30	2.271	0,62	4,30	1.298	0,55	4,30	1.022				
0,87	4,30	2.556	0,62	4,30	1.298	0,53	4,30	949				
0,67	4,30	1.516	0,51	4,30	878	0,66	4,30	1.471				
0,76	4,30	1.921	0,87	4,30	746	0,64	4,30	1.308				
0,72	4,30	1.751	0,77	4,30	2.052	0,58	4,30	1.136				
0,78	4,30	2.055	0,70	4,30	1.655	0,69	4,30	1.340				
0,71	4,30	1.702	0,65	4,30	1.427	0,75	4,30	1.361				
0,66	4,30	1.471	0,62	4,30	1.298	0,78	4,30	1.655				
SOMA...	37	-	77.503	37	-	58.704	37	-	45.644	22	-	18.259

Toras sem estaleirar, 74, correspondente a 136.297 metros cúbicos
 Idem Estaleiradas, 59, " 63.915
 Posto Indígena Fioravante Esperança, 1º de Agosto de 1966.

(a) RIALMA FURBIDA CALDAS - - - - - CONFERE COM O ORIGINAL
 RIALMA FURBIDA CALDAS, Agente de Proteção aos Indios Classe A, Nível 5 (P-1692-5.A). *João de Deus Brasil*
 Prof. Fim. Nível - II

(a) FRANCISCO TAVARES - - - - -
 FRANCISCO TAVARES, Trabalhador nível I
 GL-204-1).

VISTO
Francisco Tavares

Acesso Configurações para a

Fonte: Museu do Índio (2021).